

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
NÚCLEO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS,
CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS**

NAYHARA HELLENA PEREIRA ANDRADE

COTURNO ROSA E ORDEM UNIDA?

Uma análise da homofobia entre policiais militares na Paraíba

JOÃO PESSOA - PB

Julho/2017

NAYHARA HELLENA PEREIRA ANDRADE

COTURNO ROSA E ORDEM UNIDA?

Uma análise da homofobia entre policiais militares na Paraíba

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos – PPGDH - do Núcleo de Cidadania, Políticas Públicas e Direitos Humanos – NCDH - da Universidade Federal da Paraíba – UFPB - para Defesa Final.

Orientadora: Prof.^a Dra. Luziana
Ramalho Ribeiro

JOÃO PESSOA - PB

Julho/2017

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A553c Andrade, Nayhara Hellena Pereira.
 Coturno rosa e ordem unida? : uma análise da homofobia
 entre policiais militares na Paraíba / Nayhara Hellena Pereira
 Andrade. - João Pessoa, 2017.
 118 f. : il.

Orientadora: Luziana Ribeiro Ramalho.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA

1. Direitos humanos. 2. Homofobia. 3. Orientação
homoafetiva - Policiais militares - Paraíba. 4. Padrões de
masculinidade. I. Título.

UFPB/BC

NAYHARA HELLENA PEREIRA ANDRADE

COTURNO ROSA E ORDEM UNIDA?

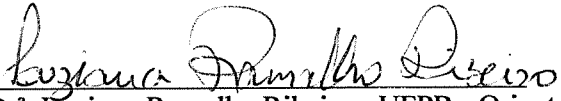
Uma análise da homofobia entre policiais militares na Paraíba

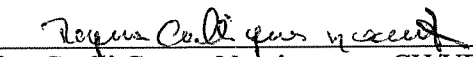
Dissertação de Mestrado apresentado ao
Programa de Pós-graduação em Direitos
Humanos – PPGDH - do Núcleo de
Cidadania, Políticas Públicas e Direitos
Humanos – NCDH - da Universidade
Federal da Paraíba – UFPB - para Defesa
Final

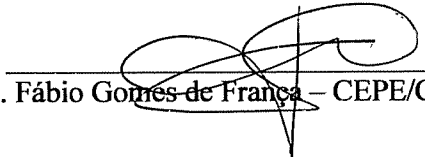
Orientadora: Prof.^a Dra. Luziana
Ramalho Ribeiro

Aprovada em: 20 de Julho de 2017.

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a Dr.^a Luziana Ramalho Ribeiro - UFPB - Orientadora


Prof.^a Dr.^a Regina Coelli Gomes Nascimento – CH/UFCG - Examinadora


Prof. Dr. Fábio Gomes de França – CEPE/CE - Examinador

JOÃO PESSOA - PB

Julho/2017

À mulher magnífica e única, verdadeira educadora, protetora, mãe e avó, que me ensinou a sentir a vida, a viver o hoje e esperar o melhor para o amanhã e que o amor ainda é possível e não cobra retorno por ser incondicional. A minha amada avó, Eliane de Oliveira Pereira, dedico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a essa força que acredito mover o universo e que escolhi chamar por “Deus”. Força única, proporcionadora de equilíbrio tão necessário nos momentos de dúvida, de questionamentos, de desespero (que foram tantos), e que me conduziu e me inspirou a buscar o que há de melhor;

A minha orientadora, a Prof.^a Luziana Ramalho Ribeiro, a quem só tenho que agradecer por sua dedicação, orientação, disponibilidade, atenção e por todas as oportunidades que me concedeu durante esses dois anos. Uma pessoa difícil de descrever, por sua intensidade e por ser a prova viva da existência do rizoma. Obrigada, Prof.^a Luziana, por tudo e pela amizade que surgiu desse processo de construção do conhecimentos!;

Ao meu grande amigo e mentor, o Prof. Fábio Gomes de França, por seus ensinamentos, sua dedicação e paciência. Ainda me recordo da primeira aula que ministrou na sala do 2º ano do Curso de Formação de Oficiais e da empatia que logo surgiu com suas colocações. É profundo o meu agradecimento por ter me iniciado na vida acadêmica e por ter feito com que eu enxergasse o mundo de forma diferente. Você despertou em mim o desejo de buscar constantemente o conhecimento;

À minha mãe, Sandra Cristina, que, ao longo de sua vida, sempre se preocupou e com minha formação pessoal e profissional e a priorizou, dando-me a oportunidade de estudar em escolas e em cursos que contribuíram para minha entrada na Universidade Federal da Paraíba e no Curso de Formação de Oficiais;

À minha irmã, Nathalya Andrade, às minhas tias, Helena de Lourdes, Luciana de Oliveira e Astrogilda de Oliveira, e aos meus primos, Matheus Leite e Marcus Vinícius, que sempre me ajudaram e vibraram com minhas vitórias;

Aos meus comandantes, o Capitão Kelton e a Capitã Rakel, que sempre foram muito solícitos e possibilitaram que eu gerenciasse minhas escalas de serviço com as aulas e as atividades do Mestrado;

A todos os policiais militares que contribuíram com esta pesquisa, confidenciando-me suas histórias de vida e sendo verdadeiros coautores;

Por fim, agradeço a todos os que contribuíram, direta e indiretamente, para a realização desse sonho.

*“Eles se amam de qualquer maneira, à vera
Eles se amam é prá vida inteira, à vera
Qualquer maneira de amor vale o canto
Qualquer maneira me vale cantar
Qualquer maneira de amor vale aquela
Qualquer maneira de amor valerá”.*

(Milton Nascimento)

RESUMO

ANDRADE, Nayhara Hellena Pereira. Coturno rosa e ordem unida? Uma análise da homofobia entre policiais militares na Paraíba. Dissertação de Mestrado-PPGDH. João Pessoa: 2017, 119 p.

É sabido que as relações homoafetivas sempre foram alvo de preconceitos e de estigmatizações em diferentes sociedades. Tal fenômeno aguçou-nos a curiosidade teórica a partir de nossa experiência profissional, posto que, trabalhando como policial militar, foi possível observar situações próprias de uma profissão marcada pela virilidade e pelo machismo, em que predomina uma crença masculina com forte viés estigmatizador. Assim, o objetivo desta dissertação foi o de analisar os comportamentos de um grupo constituído de policiais militares do estado da Paraíba que apresentam orientação homoafetiva, diante dos padrões de masculinidade institucionalizados e legitimados na Corporação, por meio de suas normativas, em especial, o Decreto nº 8.962 de 11 de março de 1981, que dispõe sobre o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado da Paraíba e dá outras providências. A pesquisa teve caráter qualitativo, com níveis de campo, documental, bibliográfica, de inspiração etnográfica. Para a coleta dos dados, foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturada, e para a interpretação dos dados, a análise do discurso. Foi trabalhado o processo de dominação masculina e estabelecidas as diferenças entre os sexos, segundo as distinções biológicas, instituindo-se uma valorização do masculino em detrimento das características relacionadas ao “ser mulher”. Também se discutiu sobre as formas de exercitar a austeridade moral, quando foram confirmadas a proibição dos comportamentos homoafetivos, a performatividade dos policiais militares sobre a obrigação de corresponder ao *habitus* militar e as ações de resistência à normalização de suas condutas norteadas pela virilidade. Por último, procedeu-se à análise das entrevistas realizadas com os policiais de diferentes unidades operacionais da Paraíba. Os resultados apontaram que esses profissionais estilizam seus corpos para atender às performances de gênero impostas segundo o sexo biológico, reproduzindo a heterossexualidade compulsória. Entretanto, foi possível identificar paródias sobre o *habitus* militar por parte de policiais militares homoafetivos, como resistência às normativas institucionais.

Palavras-chave: Policial militar; masculinidade; homoafetividade; performatividade.

ABSTRACT

ANDRADE, Nayhara Hellena Pereira. Pink boots and united order? An analysis of homophobia among military police officers in Paraíba.

Master's Dissertation-PPGDH. João Pessoa: 2017, 119 p.

It is well known that homosexual relationships have always been the target of prejudice and stigmatization in different societies. This phenomenon has sharpened our theoretical curiosity from our professional experience, since, working as a military police officer, it was possible to observe specific situations of a profession marked by virility and chauvinism, dominated by a masculine belief with a strong stigmatizing bias. The aim of this dissertation was to analyze the behavior of a group of military police officers from the State of Paraíba, who presented a homosexual orientation, in view of the institutionalized and legitimized masculinity standards in the Corporation, through its regulations, in particular, Decree No. 8,962 of March 11, 1981, which provides for the Disciplinary Regulations of the Military Police of the State of Paraíba and provides other measures. The research had a qualitative character, with levels of field, documentary, bibliographical, of ethnographic inspiration. For the data collection, a semi-structured interview script was used, and for the interpretation of the data, the speech analysis. The process of masculine domination was worked out and the differences between the sexes were established according to the biological distinctions, instituting a valorization of the masculine to the detriment of the characteristics related to "being a woman". We also discussed ways of exercising moral austerity, when the prohibition of homosexual behavior was confirmed, the performativity of the military police on the obligation to respond to the military habitus and the actions of resistance to the normalization of their behavior guided by virility. Finally, the interviews with the police of different operational units of Paraíba were analyzed. The results showed that these professionals stylized their bodies to meet the gender performances imposed according to biological sex, reproducing compulsory heterosexuality. However, it was possible to identify parodies about the military habitus by homosexual officers, as resistance to institutional norms.

Keywords: Military police; masculinity; homosexuality; performativity.

LISTA DE SIGLAS

CFO – Curso de Formação de Oficiais

OPM – Organização Policial Militar

PM – Polícia Militar / policial militar

PMPB – Polícia Militar do Estado da Paraíba

RDPM- Regulamento Disciplinar da Polícia Militar

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Foto do primeiro casal homoafetivo a assumir sua orientação nas fileiras do Exército Brasileiro

39

Figura 2: O aluno do ITA, Talles Oliveira Faria, vestido de drag queen em sua formatura

63

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 “CIVILIZAÇÃO E SODOMIA: COMPREENDENDO A CONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA HOMOAFETIVIDADE.....	20
1.1 O legado da “boa ordem”: Disciplina, autocontrole e masculinidade.....	21
1.2 Adentrando as casernas militares: Virilidade e a construção dos “filhos da pátria”.....	31
1.3 A construção de um país viril: O Brasil em fins do século XIX.....	39
1.4 “A masculinidade hegemônica”: Homofobia e preconceito nas casernas militares.....	44
2 “DON’T BE, DON’T SHOW YOURSELF!”: A PERFORMACE HOMOAFETIVA NAS POLÍCIAS MILITARES.....	52
2.1 O preconceito à homoafetividade nas polícias militares como herança das forças armadas.....	53
2.2 Homofobia, preconceito e a dignidade da pessoa humana: um paradoxo cultural nas casernas policiais militares.....	59
2.3 “Regulamentos morais” e o autorreconhecimento: por que é proibido ser um policia militar “gay”?.....	67
3 VESTINDO A FARDA E FICANDO NO ARMÁRIO: A HOMOAFETIVIDADE POLICIAL MILITAR.....	76
3.1 “Existem muitos militares que vivem uma vida dupla”.....	79
3.2 “Tem um artista entrando na polícia”.....	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
REFERÊNCIAS.....	112
APÊNDICE A.....	118
APÊNDICE B.....	119

INTRODUÇÃO

*Consideramos justa
toda forma de amor.
(Lulu Santos)¹*

Justiça! Foi um dos primeiros conceitos com o qual me deparei assim que ingressei no Curso de Bacharelado em Direito. Eis que um professor, de cujo nome não me recordo agora, cita a frase célebre de Ulpiano: “A justiça consiste em dar a cada um aquilo que é seu”. Meus questionamentos voltaram-se para saber “o que dar?”, “a quem dar?” e “em que circunstâncias dar?”. Posteriormente, foi-nos apresentada a teoria dos círculos secantes² entre a moral e o direito, segundo a qual nem tudo o que era direito era moral, mas existiam normas imorais ou sem nenhum cunho de moralidade. Questionei-me outra vez: “Então, se o fim do direito é de alcançar a justiça, como ele pode desvincular-se da moral?”. Esses questionamentos foram sendo protelados durante os dois anos em que eu estava cursando Direito, antes de ser aprovada no processo seletivo que proporcionou meu ingresso na carreira policial militar através do Curso de Formação de Oficiais.

No ano de 2009, iniciei o Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado da Paraíba. Foi uma experiência ímpar e desmistificadora. Meu pai é policial militar e representa bem o estereótipo do policial “padrão operacional”. Ele incentivou-me a prestar o concurso, visto que era um emprego público que garantiria minha estabilidade para o resto da vida. Nos primeiros dias, passamos pela famigerada “semana zero”, em que os recém-egressos são submetidos a uma série de exercícios físicos, atividades extremamente desgastantes física e psicologicamente, quando o intuito é de selecionar os que estarão aptos a lidar com a atividade operacional inerente ao policial militar. Essa foi uma das piores experiências de minha vida. Quase não dormíamos, comíamos mal, o asseio pessoal era feito da pior forma possível e sofriamos constantes humilhações.

Houve dois momentos durante o curso que nunca esqueci. O primeiro diz respeito a uma palestra que éramos obrigados a ministrar para todo o corpo de cadetes³. Escolhi como tema “os Direitos Humanos”. Havia cursado essa disciplina nos primeiros anos do Curso de Direito e me identificara muito com ela. Foi fácil constatar, devido à noção negativa que os policiais militares têm dessa matéria, que minha

palestra foi muito mal recebida pela tropa. Fui motivo de piadas durante muitos dias na Academia⁴. O segundo momento, do qual me recordo até hoje com muito desconforto, diz respeito ao fato de que todos os cadetes, durante uma semana, são obrigados a assumir o comando de sua turma e que, na Academia, chamamos de pelotão. Na semana em que assumi o comando, por ter um timbre de voz fino, quando estava dando comandos para a tropa, um cadete “mais antigo”⁵ perguntou se eu estava “entupida”, pois não conseguia ouvir minha voz. Mais uma vez, fui motivo de piada diante de meus superiores e pares. Ali percebi que ser mulher numa instituição muito masculinizada era muito difícil e que, para alcançar respeito e reconhecimento, eu teria que me adequar aos padrões institucionais e que ser “performática”.

Depois de formada, fui trabalhar em determinada unidade operacional⁶. Lá vivenciei muitas cenas em que os policiais sempre se posicionavam de forma contrária à compreensão da alteridade feminina e/ou homossexual, já que, para eles, o “ser gay” é sinônimo de atitudes feminilizadas que carregam uma conotação de inferioridade, em comparação com o estatuto do papel heterossexual. Como exemplo, recordo-me da situação em que um sargento da polícia militar, como militar “mais antigo”, estava à frente do policiamento ostensivo de um bloco carnavalesco. Nesse episódio, o Sargento deu ordens para que determinado Cabo cumprisse, visto que ele integrava a patrulha policial comandada por aquele. Todavia, o Cabo não cumpriu a ordem, que também passou a pejorativar o Sargento de “desmoralizado”, pelo fato de ter uma orientação homoafetiva. Portanto, de acordo com a realidade inerente à profissão policial militar e à rotulação imposta a possíveis profissionais PMs que assumem a identidade homoafetiva, passei a enxergar uma suposta contradição entre a conjuntura sociocultural da instituição policial e a possibilidade de se efetivar o resguardo de seus direitos.

¹ Estrofe retirada da música “Toda forma de amor”, do músico Lulu Santos.

² “Para Du Pasquier, a representação geométrica da relação entre dois círculos concêntricos, mas a dos círculos secantes. Assim, Direito e Moral possuiriam uma faixa de competência comum e, ao mesmo tempo, uma área particular independente” (NADER, 2002, p. 42).

³ “Cadete” é a palavra utilizada para denominar os alunos dos cursos de formação de oficiais de diferentes instituições militares.

⁴ Refiro-me à Academia de Polícia Militar do Cabo Branco, ou seja, o local de formação dos futuros oficiais da PMPB.

⁵ “Mais antigo” é o termo utilizado para denominar os militares que estão em uma posição hierárquica superior aos demais, que são denominados de “recrutas” ou “mais modernos”.

⁶ Os quartéis da polícia militar onde são desempenhadas as atividades relativas ao policiamento ostensivo são denominados de “Unidades Operacionais”.

Minha condição de “feminino” na instituição e os relatos de policiais militares que se assumiam como “gays” aguçaram-me a curiosidade de analisar essas estruturas sociojurídicas, para que eu pudesse empregar a teoria para compreender bem mais os processos que legitimam as formas de violação contra quem tem certa visibilidade social negativa, como são os indivíduos com orientação homoafetiva. Ademais, a inquietação a respeito do termo justiça continuava. Eu precisava responder à questão com a qual iniciei este texto: o que é a justiça?

Essa pergunta foi respondida em parte, quando escolhi trabalhar com autores ditos “pós-estruturalistas”, como Michel Foucault (2009). No segundo ano do CFO, conheci um professor que me presenteou com o livro “A verdade e as formas jurídicas”, por meio do qual tive meu primeiro contato com as ideias foucaultianas. Talvez esse querido professor não saiba, mas ele foi o responsável por minha aproximação com o mundo acadêmico e que despertou em mim o desejo de me tornar uma pesquisadora, apresentando-me teorias a respeito do direito, da justiça e da segurança pública que desconhecia e que, finalmente, fundamentaram uma resposta coerente para o conceito de “justiça”. O que é a justiça senão um discurso para legitimar a atuação do poder. É sujeito de direito aquele que se enquadra no padrão de normalização ditado pelas instituições disciplinares. A justiça é uma construção social, uma ficção que surge como forma de legitimar uma sociedade disciplinar. Os sujeitos são constituídos por meio das relações de poder. As identidades são impostas ao indivíduo, e todos aqueles que tentam fugir dessas amarras são consideradas “anormais”. Ser mulher ou ser um indivíduo que passa a ser visto com características femininas dentro de uma instituição, que aclama a virilidade como condição *sine qua non* para ser um bom policial, é ser anormal.

A palavra anormal traduzia muito bem meus sentimentos como membro de uma instituição disciplinar. Por mais que tentasse me enquadrar nas regras morais e nos regulamentos legais, sentia que todo o esforço que fazia (e que faço) para ser considerada uma boa profissional era desperdiçado, visto que, não correspondia aos padrões de virilidade ditados pela instituição. E esse desconforto foi compartilhado por outros indivíduos dentro dos quartéis em que prestei serviço, tanto os que nasceram com o sexo biológico dito de “mulher” quanto os que apresentam uma orientação homoafetiva.

Diante da oportunidade de fazer um trabalho de conclusão de curso para a graduação em Direito, propus-me a transformar essas minhas inquietações sobre os papéis de gênero e a atuação dos policiais homoafetivos nos quartéis da PMPB em uma análise acadêmica, que aprofundo nesta dissertação.

Nessas condições, questionei-me sobre como os policiais militares homoafetivos lidam com suas performáticas de policiais e de homoafetivos, tendo em vista que a relação homoerótica pode ser considerada uma transgressão disciplinar⁷ nos ambientes das casernas das Polícias Militar. Como garantir os direitos fundamentais a esses policiais, se as regras legais e a cultura *intramuros* dos quartéis aplicam sanções formais e informais para quem não se enquadra no *habitus* militar? Devido à existência de um mundo cultural policial militar marcado por elementos como o machismo e a virilidade, que demarcam um espaço estritamente masculino, acreditamos que os policiais militares com orientação homoafetiva são performáticos em sua atuação como para serem aceitos e respeitados pelos demais membros da instituição.

Por esse mote, o objetivo desta pesquisa é de analisar como a existência de profissionais na PMPB com orientação homoafetiva pode divergir do padrão normalizador de condutas, baseado no conceito de masculinidade normalizado por uma cultura institucional e normatizado pelas legislações institucionais da PMPB. Para tanto, eu me proponho a fazer um relato das experiências vivenciadas durante a pesquisa de campo, a partir dos embasamentos teóricos que foram construídos na revisão de literatura, descrevendo os caminhos percorridos e as dificuldades de realizar as entrevistas, pois o tema trabalhado representa um tabu para os integrantes da Corporação. Apesar de ter uma proximidade com alguns policiais militares que têm uma orientação homoafetiva, deparei-me com uma resistência por parte deles para conceder entrevista para a feitura da pesquisa. A angústia por se identificar como sujeito de relações homoafetivas está associada ao medo das possíveis represálias por parte dos policiais militares que se classificam como “heterossexuais” e que correspondem ao padrão de masculinidade ditado pela instituição. Assim, “a consideração dos problemas reais, que os pesquisadores encontram em suas atividades, fornece a base apropriada para discutir como a situação de pesquisa pode tornar-se, ao mesmo tempo, uma fonte de dados e um dado em si mesmo da metodologia comparativa” (CICOUREL, 1980, p. 103).

⁷ Ver o Decreto 8.962, de 11 de março de 1981, que dispõe sobre o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado da Paraíba e dá outras providências.

Considerando o objeto de pesquisa deste estudo, busquei, dentre as diversas abordagens metodológicas, a que correspondesse aos meus objetivos. Assim, adotei a variante qualitativa, por não destacar o “sujeito” nem o “objeto”, mas a relação que se estabelece entre eles. Ademais, por ser nativa e como figura feminina, os sentimentos, as angústias, as dificuldades e as experiências vivenciadas fizeram parte dos relatos, porque, que ao utilizar uma metodologia pós-estruturalista,

O antropólogo é igualado ao nativo e tem que falar sobre o que os iguala: suas experiências cotidianas. É por isso que se requer que o etnógrafo reproduza o mais possível em seus textos a sua experiência tal qual vivida no campo, e não tal qual foi reelaborada depois (CALDEIRA, 1988, p. 142).

No Capítulo I, teço algumas considerações sobre como surgiu a “boa ordem do mundo ocidental”, que legitimou e naturalizou a dominação masculina, e como a naturalização das características biológicas, que cristalizou os gêneros, foi construída por um discurso pautado nas posições ativa e passiva, segundo as quais os que estão “por cima” no ato sexual são os aptos a governar a sociedade e tirá-la do caos instaurado por uma possível anterior governança do feminino. Em uma lógica masculina, o feminino passa a ser caracterizado como passivo “por natureza”, inabilitado para as funções de comando. Aos homens, penetradores em sua “essência”, é dada a responsabilidade de conduzir as famílias, a sociedade e o Estado. O falo é o símbolo e a prova de sua competência, de sua dominação e de sua virilidade.

Também apresento uma contextualização histórica sobre como se desenvolveram as definições de virilidade desde a Antiguidade Clássica, passando pelo Iluminismo até chegar à pós-modernidade, mostro como o processo civilizador, a emergência dos Estados Nacionais e da burguesia e a imposição de uma sociedade disciplinar mudaram os padrões de conduta que norteavam o conceito de masculinidade, e como os corpos se tornaram dóceis e úteis por meio dos mecanismos disciplinares, em que a virilidade é demonstrada na contenção das pulsões sexuais ou pulsões de agressividade, porquanto a otimização das forças deveria ser direcionada à produção de bens de consumo e geração de capital. Nesse contexto, o Estado passa a ser detentor e regulador da violência, que será reproduzida nas fileiras dos Exércitos Nacionais, com o objetivo de proteger a soberania estatal, tanto em seu âmbito interno quanto no externo. Assim, caberia ao Exército modelar os homens segundo o padrão de virilidade criado no âmbito de seus quartéis. O Exército forjou os “filhos da pátria”. Nesse particular, provooco discussões acerca de dois momentos importantes para a

história do Brasil: a Abolição da Escravidão (1888) e a Proclamação da República (1889), que favoreceram a incorporação dos ideais europeus a respeito da masculinidade e as teorias eugenistas que foram utilizadas para legitimar um processo branqueador da sociedade brasileira, por meio da imigração de brancos europeus. A elite brasileira da época tinha uma agência que visava manter os privilégios dessa classe e considerava o negro como indivíduo perigoso e símbolo do passado. Então, a sociedade deveria ser conduzida por homens brancos, heterossexuais, cristãos e patriarcalistas, pois só eles seriam capazes de trazer o progresso para a República Brasileira. Assim como na Europa, “os filhos da pátria” foram forçados no Exército Brasileiro, utilizando-se dos pilares dessa instituição - hierarquia e disciplina – que legitimam e legalizam a virilidade como elemento do *habitus* militar, reprimem e punem qualquer conduta desviante. Finalizo o capítulo mostrando como a homofobia se configura dentro das casernas. Para isso, utilizo alguns relatos concedidos por militares que sofreram preconceito e discriminação por causa de sua orientação sexual.

No Capítulo II, trago discussões a respeito da incorporação e da reprodução dos padrões de virilidade elaborados nas casernas do Exército pelas polícias militares – de forma específica, a Polícia Militar da Paraíba - quando ostentam a condição de forças auxiliares do Exército. Dessa feita, o título do capítulo, DON’T BE, DON’T SHOW YOURSELF (Não seja, não se mostre), sugere que os policiais militares com uma orientação homoafetiva precisam se normalizar segundo as normativas e os “regulamentos morais” (FRANÇA, 2016), para serem aceitos e respeitados pelos demais membros da corporação. Qualquer desvio deverá ser punido para o estabelecimento da norma. O policial com orientação homoafetiva é considerado anormal, é o indivíduo a ser constantemente corrigido e, caso seja impossível essa correção, ele poderá ser excluído das fileiras da instituição para preservar o “decoro” e o “pundonor militar”.

Por último, apropriei-me do conceito de gênero como um performativo da autora Judith Butler (2003) e das ideias sobre a “Síndrome de Esparta” (FRANÇA, 2016), para analisar as formas como os policiais com orientação homoafetiva se enquadram aos padrões institucionais, almejando o respeito e o reconhecimento no exercício de suas funções. A performatividade foi o mecanismo encontrado por alguns policiais para sobreviver e se defender de possíveis represálias direcionadas a sua orientação sexual. No final do capítulo, trabalho as formas de resistência que acontecem

devido às fissuras deixadas pelo poder, como as repetições parodísticas (BUTLER, 2003) dos gêneros cristalizados, que confundem e questionam as ideias fixas de identidade, concebendo-as como um devir, um processo de contínua construção e desconstrução.

No Capítulo III, analiso as entrevistas realizadas com alguns policiais militares homoafetivos. Inicialmente, minha intenção era de entrevistar dez policiais militares. Todavia, no desenrolar da pesquisa de campo, alguns dos que foram convidados a participar deste trabalho desistiram. Uns justificaram que desistiram porque “não queriam se envolver”, por temer algum tipo de sanção pela Corporação. E como sou uma oficiala, determinados policiais homoafetivos que não assumiram sua orientação na caserna receavam que eu comentasse esse fato com os demais policiais. Além disso, o tema é uma espécie de “tabu” institucional, e o processo de aproximação com os entrevistados é difícil. Acrescente-se a isso minha condição de policial militar e integrante do “oficialato”, o que se tornou um empecilho para fazer as entrevistas, porque, se o entrevistado era uma praça, ele acreditava que eu pudesse sancioná-lo em virtude de sua orientação. Já se o entrevistado fosse um oficial de igual posto ou de posto superior ao meu, ele temia que sua autoridade fosse abalada e diminuída.

Iniciei o processo de aproximação com os entrevistados por meio de alguns policiais militares com quem eu havia trabalhado e que são homoafetivos. Eles foram me indicando e me repassando o contato de outros policiais, com os quais já comentavam sobre minha pesquisa. Dessa forma, fui desenvolvendo uma rede de relações que me possibilitou entrevistar oito policiais militares que são homoafetivos de diferentes unidades operacionais da PMPB. A maioria das entrevistas foram realizadas pessoalmente e com policiais que já “passaram a pronto”, ou seja, que já finalizaram o curso de formação e estão atuando na atividade operacional. Entrevistei dois policiais militares através de um aplicativo de aparelho telefônico (celular), pois um deles morava em uma cidade do interior da Paraíba muito distante da capital - João Pessoa - onde resido, e era muito difícil ir ao seu encontro, pois continuei exercendo minhas atividades profissionais enquanto estava empenhada na pesquisa de campo. Outra policial entrevistada estava passando por um curso de aperfeiçoamento, e isso nos impediu de conciliar nossas escalas para que nos encontrássemos, e eu a entrevistasse pessoalmente.

Os policiais responderam a um roteiro de entrevista semiestruturada. Foi impossível traduzir em palavras o teor dos discursos que me foram apresentados. Ative-me ao objetivo geral da pesquisa para poder analisar as experiências de vida que me foram relatadas. O que me interessou não foi analisar as experiências em si, mas como repercutiam e funcionavam no discurso. Foi isso que procurei descrever e compreender (ORLANDI, 1999). Assim, analisei as falas dos policiais que têm uma orientação homoafetiva no que diz respeito aos padrões de masculinidade institucionalizados e suas atitudes performáticas e à cultura da caserna. Comparei os itens que dizem respeito ao Regulamento Disciplinar da PMPB e suas implicações no comportamento homoafetivo à luz da normatização institucional. Por último, discorri sobre as formas de estratégias performáticas de que os policiais homoafetivos se utilizam para desempenhar suas atribuições e ser designados como “bons policiais”. Dentre essas performáticas, trabalhei as ideias sobre a “Síndrome de Esparta” (FRANÇA, 2016), em que os militares estaduais reproduzem o *enthos* militar como um meio de alcançar o reconhecimento profissional. Finalizo o terceiro capítulo com alguns exemplos de resistência ao *habitus* militar - legitimado pelos princípios da hierarquia e da disciplina que aclamam a virilidade como um elemento norteador da vida na caserna – como as ações parodísticas que confundem os elementos do *ethos* e da *hexis* militar e brincam com eles, criando celeumas em relação às normas e à cultura institucional.

CAPÍTULO I

“CIVILIZAÇÃO” E SODOMIA: COMPREENDENDO A CONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA HOMOAFETIVIDADE MILITAR

Que, por definição, o poder é ‘macho’.
(Stanis Perez)

A epígrafe que inicia este capítulo foi retirada do artigo de Stanis Perez, “Louis XIV ou a virilidade absoluta?”, que faz parte da coletânea, “História da Virilidade 1: A invenção da virilidade da Antiguidade às Luzes”, que faz um transcurso histórico sobre como foram estabelecidos os padrões de masculinidade durante o período da Antiguidade até o Iluminismo. “Que por definição, o poder é macho”, porém essa definição surge a partir de que momento? Em que ela se legitima? E o que a faz perpetuar-se nos diferentes momentos da história no Ocidente?

Neste capítulo, mostro como surgiu a “boa ordem do mundo”, pautada na dominação masculina. A naturalização das características biológicas e, posteriormente, a cristalização dos gêneros construídos pelo discurso e reificados pelas práticas discursivas, legitimaram a construção de uma ordem social pautada num binarismo hierárquico do ativo/passivo, a partir do qual se impôs ao feminino a passividade como constitutiva de sua “natureza”. Dessa feita, o “ser homem” é sinônimo de atividade, de ação, de penetração, e o falo é o símbolo de sua virilidade e dominação.

Também foi feito um percurso histórico da construção da virilidade desde a Antiguidade Clássica, passando pelo momento das luzes até chegar aos dias atuais, as mudanças que as condutas masculinas sofreram com o processo civilizador e o estabelecimento de uma sociedade disciplinar. Esse mesmo processo é discutido no cenário brasileiro, a partir de dois momentos cruciais da história nacional: a Abolição da Escravidão (1888) e a Proclamação da República (1889), que determinaram o padrão de virilidade para os cidadãos brasileiros, adotaram e incorporaram os ideais de masculinidade europeia, almejando a formação de uma identidade brasileira por meio de um processo eugenista que excluía o negro e o mestiço, representando esses a impureza, o atraso, o perigo. Os filhos da pátria foram forjados no Exército e tinham o militarismo como norteador de uma virilidade, alicerçado na hierarquia e na disciplina. Esses princípios legalizam e legitimam a punição e a exclusão de todos os indivíduos

que fogem à norma. Por fim, teço considerações sobre como se desenvolveu a homofobia dentro das casernas e trago exemplos de discriminação e preconceito sofridos por militares que apresentam orientação homoafetiva.

1.1 O legado da “boa ordem”: disciplina, autocontrole e masculinidade

Há muito tempo, as interações sociais vêm sendo ditadas e definidas pelas relações sexuais e pela construção social do gênero. Trata-se do princípio do isomorfismo, segundo o qual, a relação sexual deve ser entendida com base nos polos ativo e passivo, na qual quem penetra – o que possui o falo - é o dominador e quem está apto a governar (FOUCAULT, 2014). Por sua vez, aquele que é penetrado é o dominado, o governado, dessa forma, a passividade apresenta-se associada a uma conotação negativa.

Desde os primórdios, buscaram-se estabelecer narrativas mitológicas, dogmáticas e científicas para explicar a origem ou, até, legitimar a “ordem do mundo”. Bozon (2004, p. 19) traz o exemplo dos baruias da Nova Guiné:

Estudados pelo antropólogo Maurice Godelier (1982), os mitos que estabelecem os princípios da ordem do mundo descrevem um primeiro estado social, desordenado e instável, em que as mulheres dominavam, na medida em que assumiam tanto a iniciativa social quanto a sexual.

O autor acrescenta que a “boa ordem” só surgiria posteriormente, com a ascensão dos homens ao poder, “através de uma ruptura definitiva e violenta com a situação inicial” (BOZON, 2004, p. 19). Fica claro que, em virtude de sua situação passiva, as mulheres não são capazes de comandar ou exercer qualquer outra função que implique uma ação, pois isso levaria o “estado social” à desorganização e à instabilidade. É o histerismo feminino⁸. Em contrapartida, a “boa ordem” é resultado de uma liderança masculina, em que as características dos órgãos genitais e a posição assumida por cada agente durante o “coito” serão utilizadas para determinar os papéis exercidos por cada ser humano, segundo seu sexo biológico.

⁸ “Histerização do corpo da mulher: tríplex processo pelo qual o corpo da mulher foi analisado-qualificado e desqualificado – como corpo integralmente saturado de sexualidade; pelo qual, este corpo foi integrado, sob o efeito de uma patologia que lhe seria intrínseca, ao campo das práticas médicas; pelo qual, enfim, foi posto em comunicação orgânica com o corpo social (cuja fecundidade regulada deve assegurar), com o espaço familiar (do qual deve ser elemento substancial e funcional), com a vida das crianças (que produz e deve garantir, através de uma responsabilidade biológica-moral que dura todo o período da educação): a Mãe, com sua imagem em negativo que é a ‘mulher nervosa’, constitui a forma mais visível desta histerização” (FOUCAULT, 2010, p. 115).

Bourdieu (2002), ao citar Marie Christine Pouchelle, que descobriu a representação da vagina como um falo invertido nos escritos de um cirurgião médico da Idade Média, afirma que o princípio masculino é o parâmetro para a construção dos papéis sociais. Vamos além. Afirmamos que esse princípio masculino passa a ser o norteador para uma heteronormatividade⁹ e para o binarismo das taxionomias referentes ao gênero, que surgiram e surgirão em outros contextos históricos.

O fato de os homens ocuparem uma posição superior durante o ato sexual justificava o fato de “deverem governar”. Imaginar um mundo em que as mulheres cavalgassem os homens seria tão absurdo quanto imaginar um mundo social em que as mulheres governassem. A boa ordem é aquela que põe, social e sexualmente, as mulheres em seu verdadeiro lugar (BOZON, 2004, p. 20).

Dessa feita, a relação sexual é descrita como um lugar de dominação, por excelência, masculino. O homem, ao se colocar na posição ativa, institui uma ordem que, para se concretizar e ser legitimada, estabeleceu, por meio do mito fundador, os padrões de comportamentos que deverão ser observados pelos integrantes da civilização, sob pena de receber punição diante de seu descumprimento.

Foi na fonte (tala) que o primeiro homem encontrou a primeira mulher. Ela estava apanhando água quando o homem, arrogante, aproximou-se dela e pediu de beber. Mas ela havia chegado primeiro e ela também estava com sede. Descontente, o homem a empurrou. Ela deu um passo em falso e caiu por terra. Então o homem viu as coxas da mulher, que eram diferentes das suas. E ficou paralisado de espanto. A mulher, mais astuciosa, ensinou-lhe muitas coisas: 'Deita-te, disse ela, e eu te direi para que servem teus órgãos'. Ele se estendeu por terra. Ela acariciou seu pênis, que se tornou duas vezes maior, e deitou-se sobre ele. O homem experimentou um prazer enorme. Ele passou a seguir a mulher por toda parte, para voltar a fazer o mesmo, pois ela sabia mais coisas que ele, como acender o fogo etc. Um dia, o homem disse à mulher: 'Eu quero te mostrar que eu também sei fazer coisas. Estende-te, e eu me deitarei sobre ti'. A mulher se deitou por terra, e o homem se pôs sobre ela. E ele sentiu o mesmo prazer. E disse então à mulher: 'Na fonte, és tu (quem dominas); na casa, sou eu'. No espírito do homem, são sempre estes últimos propósitos que contam, e desde então os homens gostam sempre de montar sobre as mulheres. Foi assim que eles se tornaram os primeiros e são eles que devem governar (BOURDIEU, 2002, p. 260).

Os gêneros são entendidos como *habitus* sexuais, porquanto os valores subjetivos que foram exteriorizados são interiorizados pelos agentes e dão origem às

⁹ “a heterossexualidade é compulsória, e a heteronormatividade é um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle, até mesmo aqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto. Assim, ela não se refere apenas aos sujeitos legítimos e normalizados, mas é uma denominação contemporânea para o dispositivo histórico da sexualidade que evidencia seu objetivo: formar todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e “natural” da heterossexualidade” (MISKOLCI, 2009, p.156).

categorias, às organizações e às representações sociais. As características biológicas são utilizadas para justificar as diferenças produzidas historicamente e naturalizá-las (BOURDIEU, 2002). A divisão sexual está na “ordem das coisas”, incorporada, produzida e reproduzida no seio social, e funciona para ditar formas de agir, pensar, falar e se comportar. Daí a origem de expressões como “isso não é coisa de homem”, “mulher tem que ser gentil, delicada e sensível” e “homem não chora”. Nesse sentido, os valores interiorizados pelos agentes são tidos como preexistentes e advêm da “metafísica da substância”, e quando há algo ou alguém precedente à obra, o gênero “é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (BUTLER, 2003, p.59)

Essa estilização parte do princípio de que, antes de serem sexuados, os corpos são massas mortas, um vazio que precisa ser preenchido para chegar à condição de humano. Tanto Foucault (2010) quanto Butler (2003) compactuam desse raciocínio de que, para construir o sujeito, é necessário desintegrar o corpo, ao passo que o discurso impregna a esse corpo mecanismos de normalização de suas condutas que serão efetivas pela repetição. Por essa razão, a performatividade é entendida como uma estratégia para manter os gêneros em sua forma binária, visto que, por meio dela, há uma repetição estilizada dos atos correspondentes a cada gênero forjado no binarismo.

Essa “ordem natural das coisas” foi visível, também, na divisão social do trabalho, que destinou às mulheres as atividades relativas ao âmbito doméstico e privado do lar, e ao homem, os espaços da vida pública. Cada espaço de atuação do masculino e do feminino é ligado a um padrão de comportamento que almeja constituir o sujeito. A identidade é moldada de acordo com idade com a lógica do binarismo hierárquico que concretizará a dominação masculina, e “a hipótese de um sistema binário dos gêneros encerra implicitamente a crença numa relação mimética entre gênero e sexo, no qual o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito” (BUTLER, 2003, p. 24). Diante desse quadro, a mulher não tem uma identidade, a não ser como reflexo da posição social do homem. Até mesmo a moral e a ética gregas, baseadas na temperança – o que será discutido adiante – são direcionadas ao cidadão grego e só atingem indiretamente as mulheres daquela civilização. A mulher é objeto de troca, que visa vincular “os vários clãs e uma identidade patrilinear comum, mas internamente diferenciada” (BUTLER, 2003. p. 68).

É notório que, na história ocidental, todos aqueles que conseguem estabelecer um domínio criam mecanismos para manter sua dominação. Aqui não será diferente. A ordem masculina criará mecanismos de efetivação de suas verdades por meio de processos naturalizadores das construções sociais. Um dos instrumentos dessa dominação são as ideias sobre a virilidade.

A virilidade, em seu aspecto ético mesmo, isto é, enquanto *quiddidade* do *vir*, *virtus*, questão de honra (*nif*), princípio da conservação e do aumento da honra, mantém-se indissociável, pelo menos tacitamente, da virilidade física, através, sobretudo, das provas de potência sexual — defloração da noiva, progenitura masculina abundante etc. — que são esperadas de um homem que seja realmente um homem. (BOURDIEU, 2002, p. 20)

O homem é a norma. Seu corpo e tudo o que é ligado a ele é o parâmetro de comparação, representa a perfeição, e o fato de possuir o “falo” o investe de poder para dominar tudo e todos que são diferentes de sua constituição física. A mulher é representada como um homem imperfeito, fria, incapaz de controlar seus hormônios e de governar a família, a cidade e a nação. Citando Witting, Butler (2003) afirma que, para essa autora, não há dois, mas um - o sexo feminino - visto que o masculino é a norma, é o conceito universal do qual decorre o sexo feminino como específico. Complementando seus comentários acerca do assunto, Witting fala que, historicamente, o “eu masculino”, como “eu falante”, ditou a heterossexualidade compulsória, fato que desautorizou as falas das mulheres. A heterossexualidade compulsória, “sustenta ela, age no interior do discurso para transmitir uma: ‘você-será-hetero-ou-não-será-nada’” (WITTING *apud* BUTLER, 2003, p. 168).

Como representante da perfeição, o poder é exclusividade do mundo masculino. As rédeas da sociedade devem estar nas mãos dos homens. Nessa seara, a virilidade foi algo construído historicamente para legitimar ou naturalizar uma divisão dos sexos, utilizando-se de argumentos baseados nas distinções biológicas e estabelecendo uma supremacia entre os sexos por meio de uma dominação masculina.

Na Grécia antiga, o conceito de virilidade se constitui em torno da ideia de *andreia*¹⁰. O macho, nos parâmetros gregos, deveria pautar sua conduta em uma moral que contemplava a temperança. O cidadão grego deveria ser corajoso, virtuoso e

¹⁰ “O termo *andreia* já diz o que o termo latino *vir* estabelecerá por longo tempo em inúmeras línguas ocidentais, virilita, ‘virilidade’, virility: princípios de comportamento e de ações designando, no Ocidente, as qualidades do homem concluído, dito outramente, o mais ‘perfeito’ do masculino. A *andreia* grega, com suas referências à guerra, à bravura, à dominação sexual, é um quadro valorativo: não mais o homem, por exemplo, mas aquele que ‘vale’ mais, não mais aquele que representa o sexo varonil, mas aquele que representa da melhor forma possível, ou maximamente, o masculino.” (VIGARELLO, 2013, p. 11)

temperante, ter “coragem física, obviamente, mas, igualmente, coragem moral, que consiste em resistir àquelas leis da cidade contrárias às leis divinas” (SARTRE, 2013, p. 21). Assim, a *andreia* perpassa todas as esferas da vida do cidadão grego, a política, as relações sexuais e familiares.

Os gregos não ligam o gênero à sexualidade. As relações disciplinares presentes na educação dos jovens gregos exemplificam bem a afirmação anterior. Os filhos dos cidadãos gregos eram entregues a homens adultos de confiança da família - o *erastes* – que se encarregava dos ritos de passagem da infância para a vida adulta. O *eromenos* presenteava o *erastes* com favores sexuais em troca dos saberes que eram repassados. Todavia existiam normas que regulavam tal relação. A questão da atividade/passividade era reproduzida no mundo antigo. O cidadão grego, ou seja, o homem adulto jamais poderia ser colocado numa posição de passividade, mesmo que de forma espontânea. Isso geraria uma grave reprovação social, pois o homem, ao assumir uma posição passiva, feminina, ficaria inabilitado para as atribuições de um legítimo cidadão grego.

Pode-se dizer que a virilidade consiste primeiramente em satisfazer seu desejo. O que significa dizer que todo desejo seja legítimo. Combina-se, com efeito, a esta prioridade do desejo uma concepção radicalmente desigual da relação sexual: esta não une dois indivíduos que tentam alcançar o prazer buscando satisfazer seu parceiro, mas trata-se de um dominante e de um dominado, ou, dito de uma forma mais brutal, de um penetrante e de um penetrado, o que traduz menos trivialmente, mas com um sentido igualmente forte de desigualdade, a expressão ainda largamente em uso: parceiro ativo, parceiro passivo (SARTRE, 2013, p. 48-49).

Por esse mote, a educação grega visava formar cidadãos que se casassem e dessem vida a filhos legítimos, utilizando-se de sua virilidade para realizar suas funções com a cidade, colocando suas esposas na condição feminina de submissão à autoridade de seus maridos. Assim, “multiplicavam-se as balaustradas, a fim de garantir que esta passagem obrigada pelo outro sexo seja apenas uma etapa provisória estritamente enquadrada” (SARTRE, 2013, p. 39).

Diferentemente de seus contemporâneos, os romanos designavam como “*vir*” o indivíduo que se tornaria homem na relação sexual com uma mulher. O cidadão romano também poderia ter relações sexuais com outro homem, contudo nunca deveria se deixar ser “penetrado”. A educação romana não tinha as mesmas características da educação dada aos cidadãos gregos, pois era o *pater familias* o responsável pela formação de seus filhos. Todavia o cidadão romano podia manter relações com os jovens, desde que nunca permitisse ser penetrado.

Em Roma, a virilidade se caracteriza primeiramente por uma sexualidade ativa e não passiva ou, para falar mais precisamente, visto que alguns contestam esta ideia de uma atitude passiva- o parceiro “passivo” num casal não o sendo totalmente -, homem é aquele que penetra sexualmente seu parceiro seja qual for o modo de penetração bem como o parceiro penetrado. Em contrapartida, ser penetrado sexualmente não pode ser senão coisa de efeminado, de um homem que abdicou de sua virilidade, ao menos parcialmente. (THUILLIER, 2013, p. 82-83)

Nesse aspecto, eles se assemelham aos gregos, pois os mesmos tinham a função de exercer o domínio sobre as mulheres, os estrangeiros e escravos. O cidadão romano deveria ser senhor de si, demonstrando um controle sobre suas ações, uma temperança que permite desenvolver uma arte da existência¹¹. Os gregos condenavam os excessos e aqueles que não possuísem um autocontrole, principalmente os cidadãos que ostentavam um “status e responsabilidades na cidade” (FOUCAULT, 2014, p. 73).

Com a queda do Império Romano, o processo de feudalização e o modo de organização baseado no sistema de vassalagem, a organização social passou a girar em torno da família patrilinear e se formaram as linhagens hereditárias. O primogênito iria assumir o comando do feudo, enquanto os demais filhos homens constituiriam a cavalaria. Os ideais cavaleirescos são traduzidos pela coragem, pela força e pela virilidade demonstrada pelo guerreiro no campo de batalha. Não basta ser, é preciso mostrar para os demais membros do feudo que se é, “visto que a ostentação é um dos primeiros deveres da afirmação viril. Ela indica, claramente, um poder que tranquiliza a coletividade” (THOMASSET, 2013, p. 157).

Combates violentos, duelos, demonstrações diversificadas de força e coragem para a batalha foram os norteadores de uma virilidade feudal. O cavaleiro era regido por valores como o juramento, a rudez de seus comportamentos e as bebedeiras nas tavernas, onde compartilhavam com seus amigos seus grandes feitos nas batalhas ou junto com as mulheres¹², pois “ser o melhor em todos os atos da vida pública ou privada, eis a constante exigência da virilidade. É por isso que um importante quinhão de bravura constitui-se, bem evidentemente, da proeza sexual, levada ao conhecimento público pela narrativa que dela se faz” (THOMASSET, 2013, p. 167). O juramento e o

¹¹ “Deve-se entender como isso práticas refletidas e voluntárias através das quais os homens não somente se fixavam regras de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu ser singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores e responda a certos critérios de estilo” (FOUCAULT, 2014, p. 16).

¹²A charlatanice era uma prática recorrente entre os cavaleiros, por meio da qual eles afirmavam sua superioridade sobre os outros membros da cavalaria.

desejo de ter uma morte heroica e sangrenta também eram regras da moral cavaleiresca.

Por fim, era costume, em meados do Século XI, atribuir uma origem humana e uma animal às linhagens dos senhores feudais. Isso traduzia a virilidade como algo animalesco, o que acabava por indicar que essas linhagens eram as legítimas para governar as demais, já que seu herói fundador tem uma “força sobre-humana, voracidade, sexualidade desenfreada” (THOMASSET, 2013, p. 162). Geralmente, o animal escolhido era o urso, considerado como o inimigo natural do homem, pois, ao se colocar sobre as duas patas e ter um abraço fatal, desafiava a coragem dos mais notáveis heróis.

Durante a Idade Média, as pulsões não foram alvo do controle exercido pelas regras de trato social, como foram em momentos posteriores da história humana. O próprio processo civilizador, nas palavras de Nobert Elias (1990), iniciou-se com a formação dos Estados Nacionais. Até esse momento histórico, um longo caminho foi percorrido. Ao delinear uma curva com a modificação dos hábitos à mesa, Elias faz uma breve comparação da evolução da “civilidade humana”.

A forma geral da curva é por toda a parte mais ou menos a mesma: em primeiro lugar, a fase medieval, com certo clímax no florescimento da sociedade feudal e cortês, assinalada pelo hábito de comer com as mãos. Em seguida, uma fase de movimento e mudança relativamente rápidos, abrangendo aproximadamente os séculos XVI, XVII e XVIII, na qual a compulsão para uma conduta refinada à mesa pressiona constantemente na mesma direção, na de um novo padrão de maneira à mesa (ELIAS, 1990, p. 113-114).

Entre os Séculos XVI e XVII, iniciaram-se o declínio do sistema feudal e o surgimento das “sociedades de corte”. Consequentemente, novos comportamentos emergiram desse momento de transição para um novo sistema de dominação, que começou exigir uma regulação e contenção das pulsões dos seres humanos. Os conceitos de bom e de mau comportamento foram sendo cunhados, e as esferas da vida, que, para nossa sociedade, são insignificantes, passaram a ter uma atenção especial. A forma correta de falar, de sentar à mesa, de comer, de andar e, até, de pensar são estruturados diante de um processo civilizador. Convém discorrer sobre essas emergentes necessidades, que levaram ao controle mais efetivo das pulsões humanas, e quais as classes sociais que conduziram a essas mudanças, além dos momentos históricos que foram perpassados por essas regras de controle social.

O Feudalismo não resistiu às adversidades internas e externas ao sistema, o que ocasionou seu declínio. O sistema feudal de vassalagem¹³ tinha muitas falhas, dentre elas, a independência do vassalo em relação ao senhor e que, por vezes, chegava a superar o senhor em poderio econômico e bélico. Caracterizado pela ausência de Estado, o Feudalismo não tinha uma figura central que estruturasse as relações sociais e “não havia uma estrutura estável de poder que se estendesse por toda a região. As relações de propriedade eram reguladas diretamente pelo grau de dependência mútua e pelo poder social concreto” (ELIAS, 1993, p. 128). A vassalagem regia as relações de poder, e o senhor feudal concedia o domínio de determinado território a um vassalo, o que gerava uma desintegração da propriedade como uma descentralização do poder.

Dessa forma, a Idade Média foi marcada por conflitos sobre a conquista de territórios. O cavaleiro era uma figura de extrema importância nessa corrida expansionista, que obtinha sua riqueza conquistando e saqueando os senhores das propriedades tomadas. Assim, o conceito de escassez começou a representar um obstáculo para essa corrida por conquistas de territórios, e o número de terras que poderiam ser saqueadas diminuiu.

A ação militar e as ambições políticas e econômicas eram, na maior parte, idênticas; o desejo ardente de aumentar a riqueza sob a forma de terras equivalia à mesma coisa que ampliar a soberania territorial e aumentar o poder militar. O homem mais rico numa área determinada, isto é, o que possuía mais terras, era, portanto, o militarmente mais poderoso, com o maior número de servidores e, a um só tempo, comandante de exército e governante (ELIAS, 1993, p. 76-77).

Com a diminuição da oferta de terras a serem saqueadas, muitos feudos começaram a empobrecer. Assim, alguns membros das classes altas se acumulavam num exército de reserva que vivia em torno dos senhores feudais mais ricos, que conseguiram sobreviver a esses incessantes conflitos, principalmente em decorrência do seu poderio militar. Muitos cavaleiros passaram a vender seus serviços a esses senhores mais abastados e a viver dos salários pagos pelo suserano. A formação das Cortes e do modelo de vida cortês está em sua fase embrionária.

¹³ “A dependência de indivíduos foi assim estabelecida: sob juramento, um guerreiro entrava em aliança com outro. O parceiro de mais alta classe, possuidor de maior área de terra – as duas coisas se completavam – era o “senhor”, e o parceiro mais fraco, o “vassalo”. Este último poderia, se as circunstâncias assim o exigissem, tomar sob sua proteção guerreiros ainda mais fracos em troca de serviços. A contratação dessas alianças individuais foi, no início, a única forma pela qual as pessoas podiam se proteger umas das outras” (ELIAS, 1993, p. 123).

Paralelamente a isso, uma classe começou a ganhar espaço, em meio às brechas deixadas pelos antigos feudos: a burguesia. Os membros dessa classe desenvolveram as atividades comerciais, cujo aumento levou a mais circulação de moedas. Para os que viviam essencialmente das trocas de produtos e serviços, os senhores feudais e seus vassallos, isso representou mais um golpe em seu poder econômico e social.

A casa dos guerreiros mais rica começou a desenvolver uma rede de atividades em seu entorno. Como acumularam pecúnia suficiente para pagar a antigos membros falidos da cavalaria, tinham um poderio bélico que intimidava os feudos ao seu redor. Nessa onda de conquistas e derrotas, o mais forte tornou-se o senhor absoluto, unificou vários territórios sob sua dominação e monopolizou as atividades ali desenvolvidas. Acrescenta-se o fato de que a centralização do poder nas mãos de um monarca possibilitou a formação de um corpo burocrático, que tinha, dentre outras funções, a de arrecadar tributos. Isso promoveu o desenvolvimento dos monopólios de poder.

A forma e o desenvolvimento dos monopólios de poder foram influenciados de todos os lados pela diferenciação da sociedade, o aumento do emprego da moeda e a formação de classes que a ganhavam e possuíam. Por outro lado, o sucesso da própria divisão do trabalho, a proteção de rotas de comércio e mercados em grandes áreas, a padronização da cunhagem e de todo o sistema monetário, a garantia de produção pacífica contra a violência física e uma abundância de outras medidas de coordenação e regulação, dependiam fortemente da formação de grandes instituições monopolistas centralizadas (ELIAS, 1993, p. 07).

Como já mencionado neste tópico, as necessidades sociais impõem determinadas condutas aos indivíduos. Essa maior convivência dos cavaleiros em torno das propriedades do suserano os impôs mais controle de seus comportamentos. Assim, aumentavam-se as restrições sobre suas emoções e afetos, e a agressividade característica dos cavaleiros deveria ser contida, pelo menos quando estivessem na presença das senhoras da casa. Assim, foram-se formando as Cortes feudais, que consagraram a *courtoisie* como padrão de comportamento. Essa foi a fase inicial da “civilização” das condutas.

Juntem-se a isso as modificações nas técnicas e táticas de batalha, que também sofreram os reflexos das contenções das pulsões e dos atos violentos. O cavaleiro se viu obrigado a se adaptar a essa nova realidade.

A esgrima e a equitação seguiam evoluções bastante paralelas, que tendiam a desqualificar as qualidades ligadas ao temperamento, à energia, em benefício de outras – o julgamento, a cavalgada e a elegância, que traduziam o perfeito domínio de si e as regras da arte. Cavaleiros e esgrimistas deviam agir “na mais forte de todas estas coerções; com a mesma prontidão e frieza

daquele que está sentado em seu gabinete empenhando-se no aprendizado alguma coisa contida num livro” (DRÉVILLON, 2013, p. 347).

A centralização do poder na personagem do suserano absoluto é consequência desses processos de conquistas e integração de territórios. O rei vivia cercado da nobreza, grande parte dela originária de antigos cavaleiros que perderam seu poderio econômico e se viram obrigados a viver nas Cortes, e encontravam na civilização de suas condutas uma forma de manter seus privilégios, principalmente, diante de uma classe burguesa em constante ascensão. Nesse particular, alguns membros da burguesia são nomeados pelos soberanos para estar à frente de funções burocráticas estratégicas e se manter protegidos dos membros da nobreza que almejavam usurpar seu direito ao trono. Assim, o rei “precisava da nobreza como contrapeso para a burguesia, da mesma maneira que necessitava da burguesia como contrapeso da nobreza, para que sua capacidade de manipular os principais monopólios não fosse reduzida” (ELIAS, 1993, P. 104).

Esse quadro de intrigas e de lutas pelos privilégios concedidos pelo rei permeia as relações entre os nobres e entre eles e os altos funcionários burgueses. A psicologização e a racionalização dos comportamentos emergem desse ambiente conspiratório. Todos passam a reger suas condutas e, ao mesmo tempo, a observar a conduta dos demais. Encontrar-se em uma situação vergonhosa ou vexatória leva o indivíduo a uma reprovação social. Aqui já notamos a ideia de controle e de vigilância desenvolvida por Michel Foucault (2014). Com a formação da sociedade de corte, finaliza-se o processo de transformação do cavaleiro em cortesão, cuja existência está ligada à figura máxima do absolutismo, o monarca. O rei controla a hierarquia social e a distribuição dos privilégios, além de ser o mediador da competição estabelecida entre a nobreza e a burguesia. A etiqueta, a contenção das condutas e das pulsões é o símbolo da distinção da classe dos nobres em relação aos demais “estados” e o critério a ser atendido pelos burgueses que buscam ascender à nobreza.

A prática da etiqueta consiste, em outras palavras, numa auto-apresentação da sociedade de corte. Através dela, cada indivíduo, e antes de todos o rei, tem o seu prestígio e a sua posição de poder relativa confirmados pelos outros. A opinião social que forja o prestígio dos indivíduos se expressa através do comportamento de cada um em relação ao outro, dentro de um desempenho conjunto que segue determinadas regras. Ao mesmo tempo, nesse desempenho conjunto, torna-se visível imediatamente, portanto, o vínculo existencial entre os homens singulares e a sociedade na corte. Sem a confirmação de seu prestígio por meio do comportamento, esse prestígio não é nada. A importância conferida à demonstração de prestígio, à observação da etiqueta, não diz respeito a meras “formalidades”, mas sim

ao que é mais necessário e vital para a identidade individual de um cortesão (ELIAS, 2001, p. 117-118).

A racionalização das condutas permeia a formação dos Estados Nacionais. Elias (1993) foi muito assertivo ao utilizar esse termo, pois carrega a ideia de movimento, até mesmo a de “devir”, como veremos adiante. As teorias que surgem para legitimar a formação dos Estados e o poder do rei se baseiam nesse controle de pulsões. O próprio conceito de contrato social que justifica a origem do Estado limita a conduta humana para evitar o caos, segundo Rousseau¹⁴, ou para sair do caos como um “mal necessário”, como preceitua Hobbes¹⁵. É notório como essa contenção dos comportamentos humanos vem se perpetuando ao longo da história. A época das luzes contribuiu com seu saber científico, por vezes secularizando os dogmas cristãos, justificando e pautando a natureza humana em sua tão aclamada racionalidade.

A hipótese prevalente da integridade ontológica do sujeito perante a lei pode ser vista como o vestígio contemporâneo da hipótese do estado natural, essa fábula fundante que é constitutiva das estruturas jurídicas do liberalismo clássico. A invocação performativa de um “antes” não histórico torna-se premissa básica a garantir uma ontologia pré-social de pessoas que consentem livremente em ser governadas, constituindo assim a legitimidade do contrato social (BUTLER, 2003, 19-20)

Mas, retomando a questão da virilidade, ressalte-se que ela também se modifica no tempo e no espaço, se assim podemos dizer. Há, ainda, quem defenda uma distinção entre a virilidade e a masculinidade - a primeira, a dinâmica; e a segunda, o estado (BIET, 2013). Sinônimos ou não, o fato é que, a partir dos Séculos XVII e XVIII, os exércitos nacionais começaram a cunhar uma masculinidade quando o soldado se tornou um profissional, fabricado em seus mínimos detalhes. “Em resumo, foi ‘expulso o camponês’ e lhe foi dada a ‘fisionomia de soldado’” (FOUCAULT, 2014, p. 133).

1.2 Adentrando as casernas militares: virilidade e construção dos “filhos da pátria”

Quando estudamos ciências políticas, vimos que os elementos de constituição do Estado são o povo, o território e a soberania¹⁶. Para garanti-los, é necessário que forças armadas sejam utilizadas como forma de prevenção ou repressão aos inimigos

¹⁴Disponível em <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/contratosocial.pdf>> Acessado em 18nov2016.

¹⁵Disponível em <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_thomas_hobbes_leviatan.pdf> Acessado em 18nov2016.

¹⁶ “Formulou-se Jellinek quando disse que o Estado ‘é a corporação de um povo, assentado num determinado território e dotada de um poder originário de mando” (BONAVIDES, 2006, p. 71).

externos. “Na segunda metade do Século XVII, o crescimento dos efetivos militares e a constituição de um exército permanente modificaram profundamente a significação social da função guerreira” (DRÉVILLON, 2013, p. 363). Nesse contexto, não só o soldado se profissionalizou, pois, os oficiais, por mais que fizessem parte da nobreza, passaram a adotar uma uniformização e um regulamento regidos pelos princípios da hierarquia e da disciplina. Foi estabelecido o uso por toda a tropa de uma vestimenta militar. Todavia, diferenciava-se o fardamento dos oficiais incrementando-o com toda uma parafernália como insígnias e medalhas que os distinguiam dos demais.

A entrada no exército é acompanhada de uma modificação brutal da aparência física. Desprovido de uma veste que indicasse sua profissão ou seu estã, e então um uniforme, o conscrito praticamente muda de pele. Ele era um indivíduo, torna-se um elemento em um vaso conjunto. Ali, seu lugar não é marcado por seu nome ou sobrenome, mas por um número (matrícula, companhia, batalhão e regimento). O uniforme que simboliza a pertença ao Estado, a uma arma e a uma unidade é o “paradigma da potência viril” (BERTAUD, 2013, p. 80).

Tal fato transformou o Exército em um mundo fechado, onde os militares se diferenciavam dos outros indivíduos que compunham a sociedade. Dentro dos muros dos quartéis, foram sendo criando usos que se transformam em costumes e que foram legalizados, incorporados e reproduzidos por seus integrantes. Isso posto, “uma imagem da virilidade guerreira socialmente identificada com a nobreza é substituída por uma identidade militar destinada a unir soldados e oficiais numa comunidade de gênero e de complementariedade de função” (DRÉVILLO, 2013, p. 368).

Nesse contexto, a palavra masculinidade, originária da palavra latina *masculinus*, popularizou-se em meados Século XVIII, justamente quando os diferentes ramos das ciências sociais se empenhavam para estabelecer as diferenças entre os sexos. Concluímos com o exposto até o presente momento que a masculinidade pode ser entendida como o produto de interações sociais, principalmente advindas das mudanças ocorridas na sociedade com a emergência da burguesia. A formação dos Estados nacionais, a criação de instituições disciplinares e a racionalização do conhecimento são fatores que se entrelaçam e que fundamentam o conceito de masculinidade no mundo moderno (OLIVEIRA, 2004).

O ideal de virilidade do mundo moderno é a contenção do *ethos*¹⁷ guerreiro, por meio de processos civilizatórios de autocontrole que se coadunam com os interesses de

¹⁷ Forma como se exteriorizam as estruturas produzidas e reproduzidas no *habitus* (BOURDIEU, 2002).

uma ordem burguesa, quando os dispêndios de força com atos ditos bárbaros divergiam da otimização do trabalho da classe proletária voltada para a acumulação de capital.

O processo civilizatório educacional que Elias analisa vai em direção ao equilíbrio entre os interesses individuais e os coletivos na sociedade, produto do autocontrole. Elias afirma que para que o homem possa ser livre e feliz, é necessário um equilíbrio mais durável, uma sintonia mais fina, entre as exigências gerais da existência social do homem, por um lado, e suas necessidades e inclinações pessoais, por outro. Dito de outra forma é preciso satisfazer as necessidades e desejos pessoais, no entanto essa satisfação não pode destoar das regras da sociedade. Se a estrutura das configurações humanas, de sua interdependência, tiver essas características, se a coexistência delas, que afinal de contas é a condição da existência individual de cada uma, funcionarem de tal maneira que seja possível a todos os assim interligados alcançar tal equilíbrio, então, e só então, poderão os seres humanos dizer a respeito de si mesmos, com alguma honestidade, que são civilizados. Até então estarão, na melhor das hipóteses, em meio ao processo de se tornarem civilizados (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2012, p. 6).

O autocontrole definido por Elias (1990) se desenvolveu dentro das estruturas sociais, das instituições sociais. O agente passou a observar e a interiorizar as proibições feitas às suas condutas, e a desobediência a elas enseja uma sanção pré-estabelecida e normatizada em dispositivos legais. Notam-se aí os processos de constituição do sujeito moderno analisados por Foucault. A objetivação transforma o ser humano em um corpo dócil-útil. Por sua vez, a subjetivação concebe o indivíduo como um “sujeito preso a uma identidade que lhe é atribuída como própria” (FONSECA, 2007, p. 25). Dessa forma, a masculinidade age ativamente no processo de subjetivação dos indivíduos, pois cria a identidade do indivíduo que, biologicamente, é homem e tem que assumir as características historicamente estabelecidas para sua condição biológica.

A educação da criança é de fundamental importância para a formação dessas identidades, e a família tem uma função crucial nesse processo. Eliminam-se os intermediários (empregados, babás, etc.), vedam-se os contatos e muda-se a arquitetura da casa. As crianças não dividem mais os espaços com os adultos nem com as crianças do sexo oposto. Essa família torna-se o núcleo e o espelho para toda a organização da sociedade. É preciso controlar e vigiar. Nesse sentido, qualquer desvio de comportamento deve ser corrigido. A classe burguesa, com suas revoluções, não só muda os sistemas, como também cria e impõe sua ordem. Ao derrubar o *Ancien Régime*, “a burguesia apresenta uma invenção de uma nova tecnologia do poder, cujas peças essenciais são as disciplinares” (FOUCAULT, 2014, p. 75). Os mecanismos disciplinares criam o normal e estabelecem esse princípio nas escolas e na organização

dos hospitais, dos hospícios, dos conventos, dos quartéis e, posteriormente, das fábricas. Ademais, as disciplinas modelam o corpo amorfo a sua vontade, a vontade do poder, e o corpo é a superfície em que serão inscritos os gêneros mediante os mecanismos discursivos das disciplinas: de normalizar, vigiar, controlar e punir os desviantes dos gêneros binários. A família nuclear burguesa surge para controlar uma figura, dentre as quais, dará origem à personagem do anormal no Século XIX: a criança onanista. A masturbação é considerada o segredo universal e a causa de várias doenças físicas e psíquicas. Deve-se impedir que a criança se masturbe para que não se torne um adulto doente, um anormal.

Os efeitos da masturbação são inumeráveis e dramáticos. A criança emagrece, empalidece, torna-se difícil e impertinente; seu olhar é esgazeado, tem olheiras e os olhos constantemente baixos, seus movimentos são lentos; ele tem o dorso encurvado e se arrasta sem energias; seu sono curto é acompanhado de diversas indisposições. Além disso, a masturbação degrada no plano moral: o adolescente, com um sentimento de culpa, rebela-se contra Deus resvalando abaixo das bestas (JABLONKA, 2013, p. 62).

O onanismo é uma das principais preocupações da família nuclear, cujas causas são exógenas às crianças, advêm dos adultos ao seu redor, desses contatos, dessas relações. Passa-se a separar os mundos em meio ao temor das consequências da masturbação, além de outras perversões, como o incesto. Os pais têm a responsabilidade de controlar, de vigiar e de educar seus filhos para que sejam normalizados segundo as possíveis identidades apresentadas pela sociedade burguesa. Também devem recorrer a um saber emergente, que encontra sua legitimação justamente quando as demais esferas sociais não conseguem encontrar soluções para males que assolam a humanidade, este não poderia ser outro que o saber psiquiátrico. Discorreremos mais adiante sobre o papel da Psiquiatria no processo civilizador. Agora, resta saber que a educação infantil voltou-se para definir bem os papéis do feminino e do masculino. As roupas, os brinquedos, os trejeitos, o convívio social, tudo foi pensado para enquadrar os indivíduos segundo a lógica da heteronormatividade.

Romper com essa lógica seria uma ameaça à “boa ordem social”. Os indivíduos que quebravam a normalização das identidades representavam um perigo a todo o corpo social, pois desafiar a norma é trazer embaraço para ela e para o próprio processo civilizador. O que não está previsto se caracteriza como abjeto, como anormal. Aqui, o poder-saber psiquiátrico toma o anormal como objeto de seu estudo, teorizando suas explicações com base em uma nova personagem: o instinto.

É a partir da noção de instinto que vai poder se organizar, em torno do que era outrora o problema da loucura, toda a problemática do anormal, do anormal no nível das condutas mais elementares e mais cotidianas. Essa passagem ao minúsculo, a grande deriva que faz que o monstro, o grande monstro antropófago do início do século XIX, se veja no fim das contas trocado pelos monstros perversos que não cessaram de pulular desde o fim do século XIX, essa passagem do grande monstro ao pequeno perverso só pôde ser realizada por essa noção de instinto, e pela utilização e pelo funcionamento do instinto no saber, mas também no funcionamento do poder psiquiátrico (FOUCAULT, 2010, p. 113).

Nesse particular, o processo civilizador voltou-se para controlar os instintos diante de processos racionais, em que se ajustariam os comportamentos e os contrastes emocionais. Não se utilizam os termos “civilizado” e “incivil” como um maniqueísmo para contrapor o bem ao mal, “mas representam, sim, fases em desenvolvimento que, além do mais, ainda continuam” (ELIAS, 1990, p. 74). Dessa feita, o ideal de masculinidade medieval é incorporado ao ideal moderno, contudo algumas de suas características são transformadas para que se adéquem aos princípios burgueses. A dinâmica da civilização é movida pela dinâmica das relações humanas, que estabelecem padrões de comportamentos em um processo em que toda a sociedade está envolvida. O soldado disciplinado, honrado, dedicado aos interesses da nação, representado no *ethos* do guerreiro disseminado nos exércitos nacionais, é sobremaneira importante para proteger os valores burgueses, principalmente, a soberania estatal¹⁸. Podemos afirmar, também, que assim como existe “um *ethos* viril, existe uma *hexis* viril, que não consiste em manifestar suas paixões e sua força, mas em conservar em seu rosto ‘uma espécie de tranquilidade, de harmonia’” (JABLONKA, 2013, p. 49). Essa tranquilidade e harmonia irão nortear o padrão de masculinidade da modernidade.

Fazendo um apanhado do que foi trabalhado até este momento, nosso objetivo foi bem traduzido pelas seguintes palavras de Foucault (2010, p. 14): “identificar, analisar a tecnologia de poder que utiliza esses discursos e tenta fazê-los funcionar”. Até agora, notamos que os discursos que norteiam a construção da masculinidade foram ressignificados ao longo dos períodos históricos, mas continuaram a promover uma “boa ordem social” proporcionada por uma dominação masculina.

É importante discorrer um pouco sobre essas “tecnologias do poder”. Vimos que o autocontrole é característico da sociedade “civilizada” europeia, que primeiro

¹⁸ “O princípio da soberania começa historicamente por exprimir a superioridade de um poder, desembaraçado de quaisquer laços de sujeição. Tomava-se a soberania pelo mais alto poder, a *supremitas*, que constava já na linguagem latina da Idade Média por traço essencial com que distinguir o Estado dos demais poderes rivais, que lhe disputavam a supremacia no curso do período medievo” (BONAVIDES, 2006, p.134).

ditou as normas de trato social. Mas se controla o quê? Retomemos uma personagem já mencionada: o instinto. Freud (1930, p.11) afirma que o processo civilizador causa uma tristeza profunda ao ser humano, porque castra seus instintos mais primitivos. Contudo, o afirma que “o sentimento de felicidade derivado da satisfação de um selvagem impulso instintivo não domado pelo ego é incomparavelmente mais intenso do que o derivado da satisfação de um instinto que já foi domado”. Somando-se a isso, o mesmo autor afirma que a civilização tem como objetivos precípuos proteger a humanidade dos perigos da natureza e gerir as relações humanas. Assim, o superego tem a reponsabilidade de controlar e vigiar o ego, para que ele não leve o indivíduo a perturbar a ordem social. O autocontrole desenrola-se nesse conflito entre o ego e o superego, já que, com a passagem da cortesia para as sociedades civilizadas, as normas de controle das condutas humanas aumentaram.

Esse autocontrole é instilado tão profundamente desde a terna idade que, como se fosse uma estação de retransmissão de padrões sociais, desenvolve-se nele uma autossupervisão de paixões, um “superego” mais diferenciado e estável, e uma parte dos impulsos emocionais e inclinações afetivas sai por completo do alcance direto do nível de consciência (ELIAS, 1993, p. 33).

A agressividade típica da virilidade ficou restrita aos quartéis e a situações específicas como a guerra e para controlar distúrbios civis. O Estado institucionalizou o uso da violência. A citação acima de Elias retoma a importância da família na formação das crianças e vai forjar o *habitus* primário, quando será orientado o autocontrole das emoções, dos impulsos e dos instintos. Esse autocontrole ficará automático, visto que, novamente se apropriando das ideias freudianas, todas as vezes em que o indivíduo desvia da norma, surge o sentimento de culpa. Assim, o medo da norma é o reconhecimento da tensão existente entre a realização do prazer e a proibição expressa na regra. Tal processo vai se naturalizando e condiciona o indivíduo a fazer distinções automáticas em uma organização binária do mundo.

Em primeiro lugar, vem a renúncia ao instinto, devido ao medo de agressão por parte da autoridade externa. (É a isso, naturalmente, que o medo da perda de amor equivale, pois o amor constitui proteção contra essa agressão punitiva.) Depois, vem a organização de uma autoridade interna e a renúncia ao instinto devido ao medo dela, ou seja, devido ao medo da consciência. Nessa segunda situação, as más intenções são igualadas às más ações e daí surgem sentimento de culpa e necessidade de punição. A agressividade da consciência continua a agressividade da autoridade (FREUD, 1930, p. 38).

Esse autocontrole das pulsões que, inicialmente, serviu como forma de distinguir a aristocracia da burguesia, vai se disseminado pelas demais classes num movimento

por meio do qual o desperdício de força destinada à produção e à geração de lucro é rechaçado. O poder-saber que forma o sujeito é o mecanismo eficiente para concretizar o processo civilizador, visto que as instituições disciplinares são eficazes para formar corpos dóceis e úteis destinados a um fim pré-estabelecido – o de gerar lucro e de acumular capital. Esse controle é capilarizado e se ramifica em todas as esferas sociais, vigiando, controlando, treinando e normalizando. O processo civilizador fabricou o sujeito moderno por meio da disciplina.

O saber psiquiátrico é de fundamental importância para a produção da sociedade disciplinar. Foucault (2010) desconstrói a lógica repressiva quando, ao falar sobre as sexualidades, afirma que o discurso sobre o sexo era estimulado, contudo dentro de um aparato institucional de controle. Inicialmente, a reponsabilidade dos confessores e dos diretores espirituais era de vigiar a conduta dos fiéis, para que eles não cometessem um pecado na esfera de sua sexualidade, e a Psiquiatria se apropria dessa atribuição quando outras instituições sociais são questionadas diante de episódios violadores da norma. Segundo Foucault, a figura do monstro, violando as leis de natureza e da sociedade; o indivíduo a ser corrigido, caracterizado pela impossibilidade de sua correção; e a criança onanista, concebendo a masturbação como ameaça à formação dos “filhos da pátria”, dão origem ao anormal. Cabe ao saber psiquiátrico ditar as regras da higienização, por meio de mecanismos como o exame, que faz intervir

Certo poder de normalização e que tende, pouco a pouco, por sua força própria, pelos efeitos de junção que ele proporcione entre o médico e o judiciário, a transformar tanto o poder judiciários como o saber psiquiátrico, a se constituir como instância de controle do anormal (FOUCAULT, 2010, p. 36).

O divã tomou o lugar do confessionário, e o pecado tornou-se doença. O sodomita transformou-se no anormal. Revenin (2013, p. 463) pertinentemente afirma que “a identidade do sodomita é então constituída principalmente pelo dano causado às leis naturais e não por uma preferência por um indivíduo deste ou daquele sexo. Nesse caso, os sodomitas solapam os fundamentos da sociedade do Antigo Regime”. Já os anormais são a grande ameaça à sociedade disciplinar do Século XIX. A lógica foucaultiana é de que o poder é produtor do desejo, que é objeto de um Poder Judiciário consolidado na medida em que controla e reprime esse mesmo desejo. Todo esse aparato institucional faz um controle minucioso das operações corporais, promove uma docilidade dos corpos e proporciona a mudança do padrão de masculinidade que, para Elias, configura a civilidade das ações humanas.

As mudanças no que se entende por virilidade seguem esse ritmo do processo civilizador. Ela não deve ser expressão da agressividade, mas estar presente na contenção dos impulsos, dos desejos. É uma expressão moral da virilidade. A caserna é o lugar mais adequado para que sejam formados homens que atendam a esse novo modelo de masculinidade. Os exércitos nacionais devem formar soldados que atendam prontamente às ordens sem ponderar. Os movimentos dos corpos, as formações para as guerras, as formas de combate, tudo é orquestrado de acordo com o manual militar. Economia dos movimentos. Uniformização de condutas, de vestimentas, de pensamentos. O fardamento é a segunda pele do militar, o *habitus* militar é desenvolvido de tal forma que, mesmo sem o uniforme, pode-se identificar o integrante desse tipo de instituição.

Os ritos de iniciação aos quais os soldados são submetidos, os rudes exercícios que eles efetuam, as longas manobras que executam fazem parte, junto com o pão e o vinho partilhados, do percurso que leva à integração em um regimento. Um espírito de corpo se manifesta aí. Resultante da fidelidade ao grupo e do respeito a suas tradições, esse espiritual é marcado por uma ética que comanda a unidade e a solidariedade. Ele inspira os companheiros de armas e os transforma em uma sociedade de irmãos, insuflando nos jovens, no momento do batismo de fogo, a coragem dos antigos. O espírito de corpo cria a emulação sobre o campo de batalha. Oferece, assim, à virilidade militar adquirida na caserna o modo de afirmar-se, e isso até o sacrifício supremo. Luta-se pela pátria, mas morre-se, na maior parte das vezes, por seus companheiros de armas (BERTAUD, 2013, p. 94).

Os verdadeiros homens são fabricados no Exército. No Século XIX, a masculinidade reinante nos exércitos foi elevada ao patamar de padrão que deveria ser imposto aos indivíduos que nascessem biologicamente com o sexo masculino. Com a Revolução Francesa e os ideais de cidadania, o soldado cidadão não deveria só defender a pátria, mas também ser-lhe útil em outras esferas e ter a consciência cívica para eleger seus governantes e lutar por seus direitos e os daqueles que dependem de sua proteção. Ressaltamos a importância das atividades físicas para a formação do soldado. Desde a Grécia e a Roma Antigas, a ginástica era estimulada ora visando às competições, ora como meio de conter os instintos sexuais. No Exército, ela faz com que o recruta crie resistência física, vigor, disciplina dos movimentos, bravura e espírito de corpo entre a tropa (BERTAUD, 2013). Ademais, os soldados controlam seu “instinto de agressividade”, através das práticas esportivas, em tempos de paz, pois necessitam ratificar a sua virilidade, dessa feita, “No enfrentamento, no combate ou no desafio, um homem extrai a seiva que lhe permite fazer a experiência de sua virilidade. É aí que ele

comprova sua força e sua coragem e que ele descobre o seu domínio dos meios de destruição o desafio: eis o signo da excelência viril” (RAUCH, 2013, p. 322).

A *civilité* inicia como forma de distinção entre a nobreza e a classe mercantil. Posteriormente, no decorrer do Século XIX, foi sendo imposta às classes baixas, principalmente, pela maior divisão das tarefas, o que exigia uma disciplina reguladora da conduta dos trabalhadores. Essa ideia de civilização também foi sendo transmitida a outras sociedades e chegou ao Brasil num momento de transição, quando fatos históricos como a Abolição da Escravidão (1888) e a Proclamação da República (1889) influenciaram decisivamente a formação da sociedade brasileira.

1.3 A construção de um país viril: o Brasil em fins do Século XIX

A Revista de História da Biblioteca Nacional, ano 8, nº 93, de junho de 2013, traz, em sua capa, o título “Sexo e poder no Brasil: como usamos e abusamos de contradições” e aborda questões sobre a sexualidade no Brasil, desde o período colonial até os dias atuais. Um trecho da reportagem, em especial, chamou-me a atenção:

No Brasil, como na Europa, políticas estatais e científicas se articulavam para estabelecer o controle e a regulação moral dos indivíduos, especialmente no que se refere à saúde e à reprodução da população. Entre nós, porém, havia um obstáculo em especial: a questão racial. Especialmente após a Abolição (1888), a miscigenação tornou-se um tema crucial nos debates científicos. Mais do que a raça negra – considerada primitiva, mas pura – era a mistura racial que, pensava-se, produzia a degeneração. A medicina do período definia a população brasileira como um coletivo de indivíduos mestiços e desequilibrados, de agir impulsivo, instintivo e irracional, incapazes de se submeterem a uma organização política mais evoluída (FACCHINETTI, 2013, p. 32).

A Proclamação da República, como outros momentos de mudanças na história do país, foi agenciada por uma elite visando atender aos seus interesses. “Ordem e Progresso” era o lema da nova república latino-americana. Uma nova ordem deveria ser imposta para se garantir o progresso, assim, tudo que representasse o atraso de uma sociedade imperial escravista deveria ser “abolido”. A abolição da escravidão acabou com um sistema escravista de trabalho e criou uma massa de indivíduos estigmatizados, principalmente em relação às ideias evolucionistas e higienistas europeias que começavam a ganhar espaço no Brasil. A solução encontrada era de “abolir” também esses sujeitos de raça inferior que ameaçavam o programa de desenvolvimento da República Brasileira. Ora, a mistura também representa um perigo. Vale lembrar as ideias fouldcaultianas sobre a figura do monstro que, em si, é a mistura do homem e de

outro animal, de dois sexos em um mesmo indivíduo, algo que desafia as leis da natureza e coloca em xeque a competência do Poder Judiciário, diante da elaboração de uma possível hermenêutica para solucionar os litígios causados pela figura do “monstro”. Por esse mote, misturar duas raças, uma considerada inferior, é desafiar as leis da natureza com o resultado desse, se assim podemos dizer, “cruzamento”. Sendo assim, “os mestiços exemplificavam, segundo essa última interpretação (poligenista), a diferença fundamental entre as raças e personificam a ‘degeneração’ que poderia advir do cruzamento de ‘espécies diversas’” (SCHWARCZ, 1993, p. 56).

Nesse movimento, o Brasil foi o primeiro país da América Latina a propagar uma eugenia que visava eliminar o negro de nossa sociedade. Aqui, houve a expressão máxima da ligação existente entre a raça e a sexualidade. O negro representava o atraso, o passado, e sua libido desenfreada, acrescida de uma preguiça nata, incapacitava-o para o trabalho livre assalariado. Assim, “para os cientistas e seguidores do movimento eugenista europeu, o Brasil era considerado um país degenerado geneticamente por excelência, e seu futuro estava ameaçado devido ao clima tropical e à população altamente miscigenada” (BENÍTEZ, 2013, p. 36). Entre os estudos dos eugenistas brasileiros, destacam-se os de Nina Rodrigues, um pesquisador que acreditava que deveria haver uma distinção entre raças puras primitivas e raças cruzadas. Para aquele, existiam três raças puras: a branca, a negra e a vermelha. Esse autor defendia que não se poderia chegar a uma unidade nacional com a mestiçagem presente no cenário brasileiro na época, principalmente, por causa da inferioridade do negro comprovada pelos estudos científicos desenvolvidos no período em questão.

Naquele momento, em que os negros estavam se misturando à população brasileira, era crucial conhecer e avaliar sua origem, diferenciando seus caracteres não só morfológicos, quanto morais, pois, do ponto de vista de Nina Rodrigues, esses caracteres estariam se diluindo o que inviabilizaria a uniformidade étnica. Para ele, os negros verdadeiros (elementos antropológicos puros) teriam caracteres mais interessantes do que os mestiços, pois acreditava que a diluição desses caracteres causaria a degeneração. (NEVES, 2008, p. 256)

Como combater essa ameaça ao futuro da nação? Por meio de uma “civilização dos trópicos”. O desejo da nação, ou melhor, o desejo da elite brasileira era de construir um país que “primava pelo autoritarismo, por um modernismo de ideais associado a um forte conservadorismo político, um desejo de mudança sem alterar hierarquias e privilégios” (MISKOLCI, 2012, p. 22). A modernização da sociedade brasileira foi orientada por uma lógica biopolítica, quando a premissa consistia em eliminar o negro

e impedir a miscigenação, almejando a constituição de “uma sociedade branca, culta, cristã, masculina e heteronormativa” (FRANÇA, 2016, p. 157).

A literatura da época, em sua prosa, traz bem delineado esse estereótipo do negro liberto como uma ameaça ao desejo da nação. Na obra “O Bom Crioulo”, escrita por Adolfo Caminha, publicada em novembro de 1895, o autor narra o romance de um marinheiro negro com outro integrante dessa força armada, um grumete branco, chamado de Aleixo. Longe de querer fazer críticas à moral elitista da época, o romance mostra a degeneração sofrida por um indivíduo que mantém relações homoeróticas e se desvia das práticas sexuais “normais”. Ademais, a relação se dá entre homens de “raças” diferentes, algo reprovável e perigoso. O Bom Crioulo é a exemplificação do “perverso”, do “perigoso”, do “anormal”.

Dentro do negro rugiam desejos de touro ao pressentir a fêmea... Todo ele vibrava, demorando-se na idolatria pagã daquela nudez sensual como um fetiche diante de um símbolo de ouro ou como um artista diante duma obra prima. Ignorante e grosseiro, sentia-se, contudo, abalado até os nervos mais recônditos, até às profundezas do seu duplo ser moral e físico, dominado por um quase respeito cego pelo grumete que atingia proporções de ente sobrenatural a seus olhos de marinheiro rude.¹⁹

No trecho acima, notamos a animalidade imputada ao comportamento do Bom Crioulo, que é traduzida no medo de revoltas dos negros libertos, que atormentava os projetos da elite republicana brasileira. O período de transição entre uma sociedade imperial escravista e uma republicana cujos pilares eram as liberdades públicas e o trabalho assalariado, foi “marcado por medos de revoltas ou vinganças negras, assim como por fantasias elitistas de embranquecimento populacional” (MISKOLCI, 2012, p. 29).

Mary Douglas (2010) associa a noção de pureza a sistemas simbólicos construídos socialmente, em que os elementos que estão fora dessa simbologia oferecem o perigo da impureza para a organização social. Estabeleciam-se tabus que não poderiam ser transpostos sob pena de comprometer o estado de pureza. O negro representa a impureza, o atraso, e a mistura das raças comprometeria o projeto republicano brasileiro. A ideia de identidade nacional brasileira começa a ser formulada por meio de uma relação de poder onde deve haver “Outro” excluído marginalizado, cuja ausência possibilita construir o verdadeiro cidadão brasileiro. Os problemas presentes no período colonial continuaram no pós-colonial. Contudo, essa problemática

¹⁹ Disponível em < <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/bomcrioulo.pdf> > Acessado em 21nov2016

se dava entre a colônia e a metrópole. Durante a República, os conflitos foram marcados por lutas sociais internas, quando uma elite dominante ditava as diretrizes para a construção de um novo Brasil (HALL, 2003). A busca pelas elites nacionais de uma ordem estava associada à noção de pureza para construir a figura do “cidadão brasileiro”. O próprio discurso racial estava associado ao conceito de cidadania, que era atribuída aos indivíduos pertencentes ao grupo biológico puro e dominante, ou seja, os da “raça branca” (SCHWARCZ, 1993).

O medo da mistura causa o pânico social trazido pela imagem do negro como o indivíduo “perigoso”, que representa um obstáculo para concretizar uma identidade brasileira pautada em pilares como a cor branca da população, valores familiares que pregavam o patriarcalismo e a heterossexualidade como norma. Esse pânico social levou a um maior controle e vigilância dos corpos. Era preciso manter cada indivíduo dentro de sua classe social e impedir o relacionamento entre sujeitos de “raças” diferentes. O Estado controla esse processo eugenista, conduzi todos os aspectos da vida do cidadão e legitima seus mandos e desmandos no contrato social. Normalizar levará à ordem e ao progresso. Ex-colônia de Portugal, o Brasil se apropria das ciências ocidentais de cunho ideológico e moral, criadas na Europa e transmitidas para suas colônias, e de ideias e comportamentos. A sociedade brasileira da época seguindo as teorias evolucionistas e temendo a má formação dos filhos da pátria tomam medidas higienistas como forma de controle estatal.

Para garantir a transformação da “raça brasileira”, frequentemente reconhecida como vítima dos impulsos instintivos e da sensualidade excessiva, a medicina mental, por meio da Liga Brasileira de Higiene Mental, fundada em 1932 pelo psiquiatra Gustavo Riedel (1887-1934), organizou um projeto de educação sexual que se propunha a ensinar “a reprodução, a verdadeira significação do casamento, o combate às doenças venéreas, o problema da prostituição, a higiene social etc.”. Educar significa equilibrar os impulsos: imprimir uma continência sexual. A peça-chave para essa regulação era o casamento programado por critérios científicos. Ao domesticar os instintos desenfreados por meio de uma sexualidade rotineira e controlada no interior da família, o matrimônio moldaria cidadãos republicanos exemplares: a “esposa-mãe” (“o tipo completo da mulher normal”) e o homem varonil, capaz de sublimar parcialmente seus instintos deslocando-os para o trabalho e para o sustento da família, sua principal função social. Além disso, as escolhas conjugais que contassem com a ajuda de exames pré-nupciais e conselhos médicos proporcionariam uma melhoria substancial da nação produzindo proles sadias (FACCHINETTI, 2013, p. 33)

“Verás que um filho teu não foge à luta”²⁰. Essas palavras traduzem a masculinidade formativa dos filhos da pátria. O legítimo homem brasileiro dever ser o “macho provedor”, o chefe familiar de respeito, contido em suas ações e instintos, principalmente os sexuais. Honra e masculinidade era algo que deveria estar presente no caráter dos homens da elite nacional. Desviar-se disso é estar à margem, é se equiparar ao negro, ser abjeto. “Uma educação viril se tornou um antídoto para os danos da civilização moderna” (RAUCH, 2013, p. 373). Tal antídoto foi utilizado pelas elites brasileiras, pois a consolidação do regime republicano atrelou o Estado a uma virilidade, quando os homens da elite deveriam provar seu autocontrole como condição *sine qua non* para assumir os postos dirigentes da nação. A família, célula da sociedade, deve se constituir com base no casamento heterossexual e criar seus filhos para assumir os papéis sociais correspondentes aos sexos biológicos. Só por meio desse quadro social era que os homens “poderiam ter reconhecido seu *status* de verdadeiro cidadão nacional” (MISKOLCI, 2012, p. 53). Por esse mote, há uma crescente preocupação com a virilidade como moldadora do caráter dos cidadãos brasileiros, visto que eles representariam os ideais políticos emergentes desse período de transição. Esse momento marcou a imposição de uma política sexual ligada à nova ordem republicana. Ao controlar seus instintos sexuais, o homem está apto a exercer suas missões tanto de cunho familiar quanto político ou militar.

Ressalte-se, entretanto, que o modelo de masculinidade baseado nas contenções das pulsões e dos seus desejos não é aceito de forma homogênea por todas as elites nacionais. As elites agrárias do norte e do nordeste do país acreditavam que “a nova ordem social caracterizada pelas relações livre e progressivamente assalariadas de trabalho, pela forma republicana e ‘democrática’ de organização” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2013, p. 129), ameaçava efeminar os homens. Em virtude disso, iniciou-se a formação da figura do nordestino, que consagrou a “macheza” como contraponto à figura “delicada” dos homens das elites do Sul brasileiro, os bacharéis “almofadinhas”.

Para construir a imagem de “uma raça forte e homogênea”, o discurso regionalista nordestino de inspiração eugenista, quase sempre, privilegia a figura do sertanejo como aquele que expressava o futuro da raça regional, aquele que daria a virilidade necessária a esta região, que fora, até então, dominada pela gente do litoral. A figura do sertanejo nunca é tratada em termos de classe social, enquanto, ao se tratar do litoral, é preciso distinguir a elite aristocrática, branca, fidalga, que implantou a civilização na região e fora a construtora de seu poderio até recentemente, das camadas populares, população majoritariamente mestiça e negra, que era considerada uma “babel de tipos inferiores”, para os quais se esperava um breve

²⁰ Estrofe retirada do Hino Nacional Brasileiro.

desaparecimento por diluição no restante da população e através da sua “natural mortalidade” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2013, p. 160).

As sexualidades marginais e os desejos sexuais desviantes também serão patologizados pelo Estado Brasileiro. Vemos a apropriação das ideias do binarismo do ativo/passivo ligadas às aptidões para o comando e para a submissão. As relações entre homens eram vistas de forma negativa, pois colocavam um dos indivíduos num lugar destinado às mulheres e aos escravos. Era inadmissível que um homem se igualasse a uma mulher, fosse efeminado e renunciasse às características associadas ao seu sexo. Isso perturba a “boa ordem”, leva ao caos, e no caso brasileiro, ameaça o passado colonial. Era preciso formar homens de “verdade”, e o lugar mais apropriado para essa formação era o Exército.

No Brasil, o serviço militar passou a ser obrigatório em 1913. Esse fato proporcionou mudanças na virilidade à brasileira. Homens de todas as classes sociais eram reunidos em torno de ideias de nacionalismo e patriotismo, quando todos deveriam defender os pilares da sociedade, exercendo suas funções de homens responsáveis pelos anseios da coletividade. E para reproduzir os ideais patriarcais de família, a heteronomia e a dominação masculina. Típica instituição disciplinar, o Exército utilizou-se dos instrumentos das disciplinas – que serão discutidos adiante, para formar uma identidade nacional em que “negros, indígenas, mestiços e imigrantes – tornando-os cidadãos brasileiros por meio da incorporação, corporal e subjetiva, da ‘branquitude’ cultuada pelos nossos homens de elite” (MISKOLCI, 2012, p. 157).

Homens efeminados, que têm relações homoeróticas e que, de alguma forma, violem a “boa ordem” não encontram lugar na sociedade, não correspondem à identidade nacional emergente desse *fin-de-siècle* e, principalmente, não podem integrar as fileiras das instituições militares, cujo constituinte de seu *habitus* militar é a masculinidade.

1.4 A “masculinidade hegemônica”: homofobia e preconceito nas casernas militar

Chorei muitas noites. Uma vez chorei de raiva porque um amigo do meu pai me viu chorando. Ele era militar, trabalhava na base e às vezes me procurava, a pedido de minha mãe, para me entregar, às escondidas, algum biscoito, algum doce que ela tinha preparado para mim. Fiquei com medo de que contasse para alguém, especialmente para meu pai, que me vira chorando. Não queria decepcioná-lo, não queria que pensasse que eu não estava aceitando aquela dureza, que não estava virando homem. (ARRUDA; FIGUEIREDO, 2008, p. 69)

Iniciamos este tópico com um trecho retirado do livro “Soldados não choram: a vida de um casal homossexual no Exército do Brasil”. Essa autobiografia traz relatos sobre a vida do primeiro casal homoafetivo, o 3º SGT Alcântara e o 3º SGT De Araújo, a assumir sua condição publicamente. O livro descreve todos os eventos da vida do casal, desde a declaração concedida à Revista Época até a saída deles das fileiras do Exército Brasileiro. É importante notar que a fala do 3º SGT Alcântara exemplifica algo dito em outras passagens desta pesquisa: os verdadeiros homens são formados no Exército. O sargento teme pelo fato de um de seus colegas de farda ter presenciado um momento de “fraqueza” e que, por isso, foi considerado inapto ao serviço militar pelos demais membros da instituição, por seus familiares e por toda a sociedade. Em outra passagem, ele confessa:

O MEDO DA HOMOSSEXUALIDADE sempre me atormentou. No treinamento militar, eu sabia que deveria ir até o fim, não só porque meus pais viram naquele caminho a possibilidade de uma profissão ideal, mas também para demonstrar que estava virando homem. Por isso não gostei quando aquele militar conhecido meu viu chorando (ARRUDA; FIGUEIREDO, 2008, p. 73).

Figura 1 - Foto do primeiro casal homoafetivo a assumir sua orientação nas fileiras do Exército Brasileiro



Fonte: Reprodução da Revista Época²¹

Considerando o exposto acima e as discussões feitas até aqui, chegamos à conclusão de que, na primeira década do Século XIX, o desejo da nação era de que os filhos da pátria fossem forjados nos quartéis do Exército e reproduzissem o soldado-cidadão que, desde a Revolução Francesa, poderia ser encontrado nas tropas europeias. O projeto de imprimir uma identidade nacional aos nascidos no território foi direcionado por uma instituição disciplinar, que não tem outra função a não ser a de tornar os corpos dóceis úteis e de disseminar, em seus regulamentos, a masculinidade como característica essencial do soldado.

Nos quartéis do Exército brasileiro, foi iniciada a estruturação de um *campus*, quando houve investimentos direcionados à formação dos militares, a fim de criar um *habitus* que os identificasse como tal. Nas casernas, começou a haver uma troca recíproca entre o mundo objetivo e as subjetividades, ou seja, fomentarem-se os processos de assujeitamento dos indivíduos. Assim, o “ser militar” é produto da socialização, quando as estruturas sociais estruturam-se nas mentes e reproduzem-se “nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano” (SETTO, 2002, p.

²¹ Disponível em <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,EMI5020-15204,00-ELES+SAO+DO+EXERCITO+ELES+SAO+PARCEIROS+ELES+SAO+GAYS.html> Acessado em 20DEZ2016

63). Ao discorrer sobre a formação de um *campus* militar no Exército Brasileiro, Sepulveda (2013, p. 416) defende que

o processo de autonomização do campo militar foi, então, resultado de uma combinação de fatores que permitiu aos militares começar a definir por si sós as regras de organização interna de seu campo. Assim, embora o campo militar tentasse se organizar desde a independência, em 1822, foi somente a partir de um fator externo específico, a Guerra do Paraguai, que o campo se definiu. Vale lembrar que, até então, o campo sofria com a forte dependência do campo político. Tanto o período do Primeiro Reinado como o Período Regencial foram marcados pela desarticulação das Forças Armadas, principalmente o Exército. Exemplo disso foi o Ato Adicional de 1834. Todavia, o campo militar, principalmente após a Guerra do Paraguai, só se legitimou quando passou a cuidar de seu próprio processo de formação de quadros. Para que isso fosse possível, foi preciso contar com boas escolas de conhecimento geral e de conhecimento específico.

Nesse diapasão, a emergência de um *campus* e, consequentemente, de um *habitus* que distinguisse os militares dos demais entes sociais e os identificasse entre si só é possível com o surgimento de escolas militares, cuja função é de fazer funcionar um *campus* diferenciado pelas leis e pelas regras morais específicas do militarismo, consagrando e exaltando o princípio da disciplina, o qual normaliza as condutas dos militares em observância às normativas institucionais, e a hierarquia, que distribui os sujeitos em ciclos hierárquicos e diferencia-os segundo os postos e as graduações²². Observemos como são conceituados os princípios da hierarquia e da disciplina no Decreto nº 8.692 de 11 de março de 1981, que dispõe sobre o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado da Paraíba²³:

Art. 5º - A hierarquia militar é a ordenação da autoridade, em níveis diferentes, dentro da estrutura das Forças Armadas e das Forças Auxiliares por postos e graduações.

Parágrafo Único – A ordenação dos postos e graduações na Polícia Militar se faz conforme preceitua o Estatuto dos Policiais-Militares.

Art. 6º - A disciplina policial-militar é a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes do organismo policial-militar.

§ 1º - São manifestações essenciais de disciplina:

1. a correção de atitude;
2. a obediência pronta às ordens dos superiores hierárquicos;

²² Segundo o §1º e o 2º do art. 10, da Lei nº 3.651 de 08 de fevereiro de 1971, que aprova o Estatuto do Pessoal da Polícia Militar do Estado da Paraíba, “Posto é o grau hierárquico dos oficiais, conferido pelo ato do Governador do Estado”.

§ 2º - Graduação é o grau hierárquico das praças, conferido pelo Comandante Geral da Polícia Militar”. Disponível em http://www.pm.pb.gov.br/arquivos/legislacao/Leis_Ordinarias/1971_APROVA_O_ESTATUTO_DO_PESSOAL_DA_POLICIA_MILITAR.pdf. Acessado em 10JAN2017

²³Disponível em http://www.pm.pb.gov.br/arquivos/legislacao/Leis_Ordinarias/1981_DISPOE_SOBRE_O_REGULAMENTO_DISCIPLINAR_DA_POLICIA_MILITAR_DA_PARAIBA.pdf. Acessado em 10JAN2017

3. a dedicação integral ao serviço;
4. a colaboração espontânea à disciplina coletiva e à eficiência da instituição;
5. a consciência das responsabilidades;
6. a rigorosa observância das prescrições regulamentares.

Notamos que o *habitus* militar se dá pela conexão estabelecida entre os fatores objetivos interiorizados pelos agentes, ou seja, as normativas e a moral militar, e os fatores subjetivos que serão exteriorizados depois da assimilação dos fatores objetivos. O *ethos* militar é a exteriorização das estruturas mentais advindas dessa conexão e influencia a “correção das condutas”, as noções de valores que farão os militares obedecerem prontamente às ordens emanadas por seus superiores e a disseminar a ideia de “disciplina consciente”, quando os militares vigiam e corrigem sua conduta em atendimento a uma “rigorosa observância das prescrições regulamentares”. Por fim, a *hégis* atua na interiorização de condutas que classificam os indivíduos como militares. A forma de andar e de falar, a postura, o corte de cabelo, os movimentos de ordem unida, toda a simbologia que caracteriza a instituição disciplinar (ROSA & BRITO, 2010). Dessa feita, o *habitus* atua nos processos de socialização e estabelece condições sociais específicas para produzir sujeitos em um espaço delimitado. Assim, “ao ingressarem nas fileiras do Exército, os agentes sofrem um choque cultural e passam por um processo de socialização que resultará na incorporação do *habitus* da classe militar e na produção da filiação dos indivíduos a esta classe” (ATÁSSIO, 2015, p. 28).

Atássio (2015) complementa seus apontamentos afirmando que os conceitos de *habitus* e *ethos* são de fundamental importância para que possamos compreender os processos socializadores ocorridos nos quartéis dos Exércitos e que, nessa instituição, a constante afirmação da virilidade é seguida de comportamentos homofóbicos contra os militares com orientação homoafetiva. Rosa e Brito (2010, p. 198) resumem bem o que foi trabalhado até o presente momento:

Considerando o *habitus* militar como um exemplo de in(corpo)ração das estruturas sociais do campo militar, o princípio da socialização secundária, desenvolvido por Berger e Luckmann, nos ajuda a compreender como os militares socializados nesse campo interiorizam suas estruturas, transformando-as numa estrutura mental capaz de orientar suas práticas, **diferenciando-os** de outros indivíduos; a referida in(corpo)ração ocorre por meio de um trabalho de inculcação da *doxa* – conjunto de opiniões naturalizadas no campo, como um ponto de vista que se apresenta e se impõe como universal, como auto-evidente, cuja composição está além do alcance do debate ou da elaboração realizado durante o contato inicial nos cursos de formação, nos quais ocorre a construção do que denominamos aqui de *habitus* militar. Todavia, a preservação, atualização ou subversão desse *habitus* depende principalmente da sua manutenção e reforço (ou enfraquecimento), quando o militar prossegue na carreira e passa a conviver

com a dinâmica das organizações militares em que trabalha, reproduzindo os conteúdos aprendidos nesses cursos.

Nesse sentido, o *habitus* militar é incorporado como natural e exige que os militares sejam homens fortes, viris, machos, disciplinados, que estejam preparados para lidar com situações adversas e não demonstrem fragilidade nem medo quando designados para suas missões. Nesse universo, não há espaço para pessoas que destoem das características acima relacionadas. Elas não se enquadram, não pertencem a esse mundo, a esse *campus* que diferencia as relações militares das outras relações sociais. Elas representam, por vezes, uma ameaça, um perigo, uma mácula aos pilares da corporação. Conclui-se, então, que a masculinidade é um elemento do *habitus* militar, por meio do qual é construído o perfil de um homem que só pode ser definido pelo que não é, ou seja, fraco, “mulherzinha”, “veadinho”, medroso e homossexual. Seguindo essa lógica, as identidades homoafetivas são inconcebíveis, intoleráveis e incompatíveis com o *habitus* militar. Podemos fazer uma correlação com o conceito de masculinidade hegemônica de Schactae (2011, p. 198):

A identidade institucional é constituída por um modelo de masculinidade hegemônica. Embora existam distintas masculinidades na instituição, as solenidades em homenagem aos heróis institucionais e a narrativa da história da instituição constroem uma identidade institucional homogênea que tende a unificar as diferenças constituintes da honra dos agentes. O poder simbólico herdado por eles ordena os lugares destinados às masculinidades e a honra pertencente aos agentes.

Ao trabalhar o conceito de masculinidade hegemônica, a autora afirma que as instituições militares criam categorias sociais. O discurso posto é o culto aos heróis e aos símbolos nacionais. Os regulamentos e os manuais são criados para orientar os mais simples movimentos. Na vida do militar, tudo segue um padrão. Em seu modo de falar, são introduzidos jargões militares utilizados na rotina da caserna e reproduzidos fora dos muros dos quartéis. Os movimentos do corpo são padronizados segundo os manuais de “Ordem Unida”. É aclamada a máxima de que “se é militar mesmo sem farda”. Ao ser perguntado sobre o que entendia por militarismo, um policial entrevistado respondeu:

É um sistema de dominação, sistema de coerção, sistema de aprisionamento do homem, de adestramento do homem. Eu lembro muito de Foucault em “Vigiar e Punir”.

Foucault (2014) traz a ideia de disciplina como a arte de moldar o corpo, não somente para otimizar e aumentar as potências humanas ou para assujeitá-lo, mas

também para torná-lo mais útil quanto mais obediente é e vice-versa. A construção do corpo acontece no ponto em que “o poder o esquadrinha, o desarticula” para, posteriormente, recompô-lo segundo sua lógica. No caso em questão, na superfície do corpo do indivíduo que nasce com o sexo biológico masculino, serão inscritos atos, gestos, pensamentos, modos de falar, de andar, de se comportar que traduzam o ser “masculino”. Na mesma seara,

o comportamento do militar – seus gestos, sua vestimenta, seu corte de cabelo, seu tom de voz, sua postura, sua sexualidade, seu respeito à hierarquia, a moralidade, os bons costumes – é construído pela disciplina do corpo, pois é nele que a honra institucional se inscreve. O conjunto de atitudes, valores e ideias vinculados à identidade do militar torna visível a honra do agente e da instituição. A disciplina militar é uma ferramenta de inscrição da identidade nos corpos dos agentes, mas também de construção e de reprodução do comportamento militar e da ordem institucional (SCHACTAE, 2011, p. 191).

Todos os comportamentos contrários a essa normalidade serão violadores do “pundonor” e do “decoro” militar. Toda conduta contrária ao que está regulamentado pelas normas institucionais será passível de punição para que o indivíduo seja corrigido, e a ordem seja restabelecida, pois, como compõe o corpo da tropa, qualquer militar que viole a moral da instituição estará influenciando negativamente o comportamento dos demais integrantes. Não se pode perder o controle, não se pode deixar de vigiar, de examinar e de normalizar. Dessa feita, as relações sexuais desviantes da heteronormatividade ameaçam, não por causa de suas práticas em si, mas, principalmente, da negação do homem à sua condição natural de atividade, de comando, de soldado que, como tal, é “superior ao tempo” e a todas as adversidades. As relações homoafetivas mantidas por integrantes de instituições militares, sobretudo pelos integrantes do Exército brasileiro, são rechaçadas e consideradas crime militar, pois o homem renuncia a sua condição ativa. É inconcebível um homem que se submete à passividade típica das mulheres, e em outras épocas, dos escravos. A passividade conota não ação, preguiça, apatia, desprestígio, estigma.

Essa antinomia ideológica “ativo/passivo” começa nos livros contábeis das empresas e se estende por todo o universo simbólico dominante, ora se transmutando em “ofensiva” e “defensiva” (como na estratégia militar), ora significando “agente” e “paciente”, “movimento” e “inércia”, “vivo” e “morto”. Entre os atributos da “feminilidade” encontramos praticamente o “passivo” em toda parte: no frágil, no tímido, no recatado, no sacrificado, no dependente, no masoquista. A própria posição e função sexual da mulher é designada como passiva pelo discurso dominante (MISSE, 2007 p. 44).

Nesse particular, não há espaços nas fileiras das instituições disciplinares para os indivíduos que divergem desse padrão de normalidade. O Exército brasileiro iniciou a disseminação do padrão de virilidade no processo de constituição dos “filhos da pátria”. Vimos como esse processo se sustentou na relação direta entre o militarismo e a masculinidade para ditar a maneira de “ser macho” nas casernas do Exército. Agora, aguça-nos a curiosidade de pesquisar os reflexos desse processo nas polícias militares - de forma específica, a Polícia Militar do Estado da Paraíba – aquelas, como herdeiras dos princípios institucionais do Exército e tendo a condição de forças auxiliares das forças armas, em conformidade com mandamentos trazidos pela Carta Magna de 1988.

CAPÍTULO II

DON'T BE, DON'T SHOW YOURSELF!": A PERFORMANCE HOMOAFETIVA NAS POLÍCIAS MILITARES

*“Olha só, que cara estranho que chegou
Parece não achar lugar
No corpo em que Deus lhe encarnou
Tropeça a cada quarteirão
Não mede a força que já tem
Exibe à frente o coração
Que não divide com ninguém
Tem tudo sempre às suas mãos
Mas leva a cruz um pouco além
Talhando feito um artesão
A imagem de um rapaz de bem.
(Los Hermanos)”²⁴*

A Revista Exame, em sua página online do dia 09 de junho de 2015, traz a seguinte reportagem: “EUA farão política de igualdade para homossexuais militares”²⁵, informando que a política “Don’t ask, Don’t tell” (“Não pergunte, não comente”, implantada pelas Forças Armadas entre 1993 e 2010) seria revogada, e os casos de discriminação contra homossexuais e transexuais seriam investigados. Contudo, militantes LGBT afirmavam que, apesar de a lei não estar mais em vigor, muitos militares continuaram a ser excluídos das Forças Armadas norte-americanas devido a sua orientação sexual. Como trabalhado no capítulo anterior, o Exército brasileiro impõe aos seus integrantes um padrão de masculinidade segundo o qual toda e qualquer conduta destoante deverá ser punida, a fim de se manterem intactos os pilares da instituição: a hierarquia e a disciplina.

Os indivíduos com comportamento efeminado - tanto os que nasceram com o sexo biologicamente classificado como feminino quanto os que apresentam uma orientação homoafetiva - devem se enquadrar nos padrões institucionais sob pena de sofrer discriminação, sanções institucionais ou, até mesmo, de serem excluídos das fileiras da corporação. É preciso achar um lugar, mesmo que de forma performática, e talhar “uma imagem de rapaz de bem” para alcançar a aceitação e o reconhecimento dos demais membros da instituição.

Neste capítulo, discutimos sobre como os policiais militares – especificamente os que compõem a Polícia Militar do Estado da Paraíba – incorporaram e reproduziram

²⁴ Estrofe retirada da música “Cara estranho”, do grupo musical “Los Hermanos”.

²⁵ Disponível em < <http://exame.abril.com.br/mundo/eua-farao-politica-de-igualdade-para-homossexuais-militares/> > Acessado em 27dez2016.

esse padrão de virilidade herdado do Exército, em sua condição de força auxiliar, como preceitua o título do capítulo, DON'T BE, DON'T SHOW YOURSELF (Não seja, não se mostre), os policiais militares com orientação homoafetiva necessitam manter uma conduta que esteja de acordo com a masculinidade aclamada pela instituição. Ademais, apresentamos como a discriminação e o preconceito é disseminado nos quartéis, diante das normativas e dos “regulamentos morais” (FRANÇA, 2016) que legalizam e legitimam a exclusão desse “Outro” que se encontra localizado no lado inferiorizado do binarismo hierárquico. Por último, trabalhamos o conceito de gênero como um performativo desenvolvido por Judith Butler (2003) sobre as condutas dos sujeitos com orientação homoafetiva que integram a instituição, fazendo um paralelo entre as ideias acerca da “Síndrome de Esparta” (FRANÇA, 2016) e as resistências parodísticas aos gêneros performáticos (BUTLER, 2003).

2.1 O preconceito contra a homoafetividade nas polícias militares como herança das forças armadas

Herdeira das forças armadas²⁶, a instituição policial militar reproduz o ideal moderno de masculinidade quando dita padrões de conduta em seus regulamentos. Os ensinamentos adquiridos nas instituições primárias (família, escola, grupos religiosos, etc.) são reificados nos cursos de formação e reproduzidos no exercício profissional na sociedade. As legislações, os regulamentos e a cultura da caserna reproduzem a visão de mundo do Exército, e a virilidade é um elemento essencial ao desenvolvimento da atividade policial (FRANÇA, 2016).

Instituição disciplinar típica, a Polícia Militar estabelece padrões de normalidades para seus integrantes, por meio de um regulamento disciplinar²⁷ que normatiza as condutas adequadas aos membros da corporação. Sua missão é a de manter a ordem e a paz social, de preservar os bens públicos e de garantir as liberdades públicas, dentre outros direitos constitucionalmente protegidos²⁸. E como é uma

²⁶ Reza o § 6º, do art. 144 da CF/1988: “As policiais militares e os corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios”.

²⁷ O Regulamento Disciplinar da Polícia Militar da Paraíba foi instituído por meio do Decreto nº 8.962 de 11 de março de 1981.

²⁸ “Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I - polícia federal;
- II - polícia rodoviária federal;
- III - polícia ferroviária federal;

polícia ostensiva²⁹, conforme preceitua a Carta Magna de 1988, símbolos como o fardamento, a insígnia, as viaturas caracterizadas, e os instrumentos próprios do trabalho, como a arma de fogo, o colete à prova de bala, a algema etc., são necessários para prevenir o cometimento de delitos.

A própria postura do policial militar deverá se coadunar com uma ação forte e viril, para intimidar os que desejam cometer um crime. Qualquer comportamento fragilizado que impossibilite o cumprimento da missão será desaprovado e punido de acordo com o que está previsto no regulamento disciplinar, pois “missão dada é missão cumprida”³⁰.

Entre os policiais militares a noção de masculinidade encontra-se extremamente cristalizada. Para ser policial é necessário ser “homem de verdade”, pois apenas esses conseguem suportar a dura rotina das atividades relacionadas ao policiamento ostensivo. Na polícia busca-se separar simbolicamente o “universo masculino” do “universo feminino” (OLIVEIRA, 2010, p. 03).

E essa separação não acontece apenas entre o homem e a mulher, mas entre todos os indivíduos que se encontram em uma situação de passividade, como os que têm uma orientação sexual homoafetiva e se identificam com o “ser feminino”. Isso fica bem explícito nos termos utilizados pelos policiais militares para se referirem aos integrantes com orientação homoafetiva. Os mais comuns são: “veado”, “goiaba” e “totalflex” (ANDRADE; FRANÇA, 2015, p. 257). O repúdio social aos homens que rompem com o modelo do “macho”, “viril”, “dominador” advém da ótica da “boa ordem”, segundo a qual, portar-se como mulher é a pior humilhação para um homem (BOURDIEU, 2002).

Voltamos aqui à passividade negativa que marginaliza o “ser feminino”. A representação do feminino é realizada numa lógica binária, em que a própria existência da ideia de masculinidade é feita por meio de uma exclusão do que pode ser ou não considerado como um comportamento viril. É a teoria da complementaridade de Jacques Derrida (2004, *apud* MISKOLCI, 2009), em que os conceitos são elaborados dentro da

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares”.

²⁹ Reza o § 5º do art. 144, da CF/1988: “Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução das atividades de defesa civil”.

³⁰ É razoável afirmar que, na vida intramuros, toda e qualquer solicitação vinda de cima é apreendida como uma inquestionável missão que deve ser “prontamente obedecida”, exceto se implicar em uma ação ilegal ou criminosa por parte do subordinado. (MUNIZ, 1999, p.104)

lógica da presença e da ausência, evidenciando a naturalização e a cristalização das definições de homem e mulher. Essa naturalização dos gêneros se dá de tal maneira que os policiais militares que têm orientação homoafetiva enxergam como negativa pecado ou anormalidade suas práticas sexuais. Vemos um exemplo dessa assertiva na fala de um dos policiais entrevistados, que afirma: “Há pouco tempo, eu aceitei Jesus pra ver se me livrava desse negócio”. Outro militar estadual entrevistado afirmou que não revelava sua orientação sexual “até mesmo pra manter o respeito com eles”. Observa-se que o policial em questão acredita que irá desrespeitar seus colegas de profissão, caso “saia do armário”. Assim, os policiais militares citados acima confirmam a anormalidade imputada às práticas que desviem da heteronormatividade. Os policiais entrevistados, apesar de sua orientação homoerótica, repudiam os atos, os trejeitos e as condutas efeminadas que não se coadunam com a masculinidade típica de um “policial padrão”. Bozon (2004, p. 28-29) assevera que

a masculinidade é regularmente submetida ao desafio dos pares e deve ser ininterruptamente manifestada através da rejeição a comportamento femininos ou afeminados, bem como por meio de uma virilidade permanente no desempenho sexual, na iniciação sexual precoce que não deixe qualquer espaço à suspeita de homossexualidade, da comprovada capacidade para procriar, da vigilância ciumenta das mulheres da família e de relações com outras parceiras. E, desse modo, a sexualidade contribui para conferir estatutos radicalmente diferentes aos homens e às mulheres.

A suspeita de homossexualidade é amplamente combatida pelos indivíduos com relações homoeróticas que exercem a atividade policial militar. Continuando com o relato do militar estadual entrevistado, mencionado no parágrafo anterior, ele diz:

Sobre o meu comportamento dentro da instituição, eu prefiro manter uma postura para que ninguém fique sabendo da minha orientação, que pra mim acho que será melhor

Mesmo os que assumiram sua orientação sexual dentro da instituição, são constantes os discursos de que devem ter uma postura dentro da “normalidade” exigida e ditada pelos regulamentos, porquanto temem a discriminação e a possível punição por cometer transgressões disciplinares, como demonstrado nestas falas:

“Portar-se sem compostura em lugar público” (042).

“Desrespeitar em público as convenções sociais” (082).

"099 – “Ofender a moral por atos, gestos ou palavras”³¹ (099), que fazem parte do rol de transgressões disciplinares trazida pelo Regulamento Disciplinar da Polícia Militar da Paraíba que, ao estabelecer a definição de transgressão disciplinar, deixa a critério do aplicador da lei a identificação do cometimento de um ilícito disciplinar:

Art. 14 - São transgressões disciplinares:

1. Todas as ações ou omissões contrárias à disciplina policial militar, especificadas no Anexo I do presente Regulamento;
2. Todas as ações, omissões ou atos, não especificados na relação de transgressões do Anexo I, que afetem a honra pessoal, o pundonor policial-militar, o decoro da classe ou o sentimento do dever e outras prescrições contidas no Estatuto dos Policiais-Militares, leis e regulamentos, bem como aquelas praticadas contra regras e ordens de serviço estabelecidas por autoridades competentes.

Como as práticas homoafetivas divergem da virilidade exigida por parte da atividade policial, poderão ser enquadradas no item “2” do artigo acima citado, visto que seu teor preceitua que “Todas as ações, omissões ou atos (...) que afetem a honra pessoal, o pundonor policial-militar, o decoro da classe ou sentimento de dever” serão consideradas transgressões disciplinares. O Código Penal Militar, Decreto-Lei nº 1001/1969, que também se aplica aos militares estaduais, traz, no caput do art. 235, o seguinte fato típico:

Art. 235. Pederastia ou outro ato de libidinagem – Praticar, ou permitir o militar que com ele se pratique, ato libidinoso, homossexual ou não, em lugar sujeito à administração militar.

No ano de 2015, o Supremo Tribunal Federal decidiu em sessão plenária, por oito votos a dois, retirar a palavra “pederastia” do título do delito acima elencado e a expressão “homossexual ou não”, devido ao seu conteúdo inconstitucional, por violar os princípios da igualdade, da dignidade humana, da liberdade e da orientação sexual³². Contudo a herança deixada por esse tipo penal reflete ainda hoje na formação e na atuação dos militares e “as práticas discriminatórias pela presença de “gays” nas corporações PM fazem parte da afirmação do ideal de virilidade” (FRANÇA, 2016, p.160). Basta recordar a perseguição sofrida pelo primeiro casal homossexual que se assumiu publicamente, que foi exposta no primeiro capítulo desse trabalho. Um depoimento do, na época, 3º Sgt Alcântara mostra como o preconceito contra as práticas homoeróticas está ligado à perversão:

³¹São exemplos de transgressões disciplinares previstas no Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado da Paraíba.

³² Disponível em < <http://jota.info/justica/stf-mantem-como-crime-militar-sexo-em-quartel-mas-veta-termo-homossexual-28102015> > Acessado em 27dez2016

O preconceito é maior contra os homossexuais porque se acredita que são todos promíscuos. Isso também não é verdade. No Exército nunca vi homossexuais atacando ninguém. Mas, como já disse, fui assediado por superiores que se proclamavam heterossexuais (ARRUDA; FIGUEIREDO, 2008, p. 130).

Em outra passagem do livro, ao relatar a prisão de seu companheiro, o 3º Sgt De Araújo, o autor evidencia as atitudes preconceituosas sofridas por ele e o “medo” que os militares ditos “heterossexuais” tinham de ser assediados por ele:

Não era só com ele que faziam isso. Mas havia uma particularidade em seu caso: o ar de reprovação e deboche decorrente da sua homossexualidade. Já no Hospital Geral de Brasília, um dos guardas que o escoltavam disse certa ocasião, brincando com os colegas, que ele deveria ter um banheiro isolado só para ele, para não ficar “atacando” os colegas (ARRUDA; FIGUEIREDO, 2008, p. 169).

Nos arquivos da Polícia Militar do Estado da Paraíba, podemos encontrar publicação em boletim de punições aplicadas a policiais militares com orientação homoafetiva. Segue uma punição nesses moldes trazida pelo boletim publicado no dia 25 de janeiro de 1917:

Prisão

Fica preso por 15 dias, sem prejuízo do serviço, o soldado nº 24 F. D. O. A., por ter sido encontrado a noite de 21 do corrente no Cinema Ideal da Villa de Cabedelo aos beijos com um aprendiz marinho, faltando assim com o decoro devido a famílias que ali se achavam³³.

O caso relatado acima evidencia bem a máxima de que “se é militar mesmo sem farda”. O policial militar não se encontrava de serviço quando do fato, mesmo assim, foi punido por violar o “decoro a famílias que ali se achavam” e não se portou “mesmo fora do serviço ou na inatividade de modo a que não sejam prejudicados os princípios da disciplina, do respeito e do decoro policial-militar”³⁴. Ele não observou as normas sociais de comportamento que instituem a heterossexualidade como normal. Em sua pesquisa, Andrade & França (2015, p. 258) trazem a opinião de alguns policiais militares do estado Paraíba que se consideram heterossexuais sobre a existência de indivíduos com orientação homoerótica nas fileiras da Corporação:

³³ O boletim foi disponibilizado por um policial militar que foi meu aluno em um curso de formação e que trabalha com os arquivos da instituição. Ele sabia de minha pesquisa, e quando encontrou tal boletim, enviou-me com o intuito de colaborar com o meu trabalho. O nome do policial punido foi abreviado para preservar sua identidade. No texto original do documento, a palavra prisão está escrita com a letra “Z”.

³⁴ Texto do inciso XVI, do art. 27, da Seção II (Da Ética Policial Militar), da Lei nº 3.909 de 14 de julho de 1977, que dispõe sobre o Estatuto dos policiais militares do estado da Paraíba e dá outras providências. Disponível em

http://www.pm.pb.gov.br/arquivos/legislacao/Leis_Ordinarias/1977_DISPOE_SOBRE_O_ESTATUT_O_DOS_POLICIAIS_MILITARES_DO_ESTADO_DA_PARAIBA.pdf> Acessado em 28dez2016

Contando que ele não fosse afrescado e não ficasse tirando onda assim né (risos). Não é opção dele, agora contanto que ele na guarnição seja uma questão profissional mesmo, ele não fique "eehen ehen" aí é foda. Já pensou eu tô na RP com o cara, o povo olhando e o cara afeminado? Tem que ter postura. Excluir não, até porque os tempos são outros né? Opção sexual, a sexualidade de cada uma, contanto que o cara tem uma postura profissional né? Já que se trata de militar, uma postura de militar. Agora o cara quer colocar bota rosa?

O comportamento normal não é somente para não “constranger” os demais policiais, mas também para corresponder ao perfil de policial militar exigido pela sociedade. Um policial másculo, forte e viril transmite mais segurança à sociedade, porquanto não irá “colar as placas”³⁵ nas situações mais adversas. A fala acima deixa bem nítido que o policial é reprovado por causa dos trejeitos efeminados, pois, em sua opinião, os policiais militares precisam “zelar pelo bom nome da Polícia Militar e de cada um dos seus integrantes, obedecendo e fazendo obedecer aos preceitos da ética policial-militar”³⁶ para que não caíam em descrédito caso usem uma “bota rosa”. O binarismo hierarquizante que privilegia o mundo masculino está “na ordem das coisas”, tão naturalizado nas diversas esferas sociais e incorporado nos corpos e nos *habitus* dos agentes que influencia a forma de conceber e de perceber o mundo.

A dominação masculina atua de tal modo que ela não precisa ser justificada e penetra nas orientações cognitivas dos diferentes grupos sociais. Contudo, essa dominação é fruto de uma construção e reconstrução que vem do seio da própria sociedade. No processo de construção social da masculinidade, os policiais são produtos e produtores, uma vez que contribuem para ampliar os diferentes estilos de masculinidade que coexistem na atualidade (OLIVEIRA, 2010, p. 5).

Nessa seara, os policiais com orientação homoafetiva sentem a necessidade de reproduzir os papéis socialmente definidos para os indivíduos do sexo masculino e do feminino, como um mecanismo, como uma performance para exercer sua profissão sem que seus direitos sejam violados por atitudes discriminatórias. Nesses termos, ser viril

é sempre colocar sobre os olhos dos outros a afirmação da própria existência, impor a expansão do próprio eu e a própria vontade, fazer acreditar-se gozando de uma vida mais rica, leia-se, multiplicada. Ao longo dos séculos, os meios adotados mudam, mas a motivação inicial continua (THOMASSET, 2013, p. 201).

³⁵ Expressão utilizada pelos policiais militares para afirmar que um membro da instituição não soube gerenciar uma possível situação de crise ocorrida, geralmente, durante um serviço operacional.

³⁶ Texto do inciso XIX, do art. 27, da Seção II (Da Ética Policial Militar), da Lei nº 3.909 de 14 de julho de 1977, a qual dispõe sobre o Estatuto dos policiais militares do estado da Paraíba e dá outras providências.

Disponível em http://www.pm.pb.gov.br/arquivos/legislacao/Leis_Ordinarias/1977_DISPOE_SOBRE_O_ESTATUT_O_DOS_POLICIAIS_MILITARES_DO_ESTADO_DA_PARAIBA.pdf Acessado em 28dez2016

Os policiais militares com orientação homoafetiva são performáticos em seus comportamentos. Até os que continuam dentro do “armário” ora escondem, ora revelam sua identidade homoafetiva e se apropriam do binarismo sexual, porque, para se adequar aos padrões institucionais, reafirmam a heteronormatividade e regulam sua identidade desviante por meio da performatividade da identidade que lhe é subjetivada. Esse processo de adequação se justifica devido a uma crença estabelecida na instituição de que a atividade policial é “coisa para homem macho”.

A atividade operacional que será desenvolvida exige uma rudeza de comportamento, e os indivíduos devem estar preparados para todas as adversidades inerentes à profissão. Existe até mesmo um jargão militar que diz: “O policial militar é superior ao tempo”. Assim, a masculinidade é utilizada como critério para diferenciar os “bons” dos “maus” policiais. Fugir dessa lógica é colocar-se à margem da carreira militar. Ser performativo quanto ao seu gênero é, pois, um mecanismo de sobrevivência e aceitação, já “que os bravos são escravos são e salvos de sofrer”³⁷

E como escravos de uma identidade de gênero performativa podem ter suas garantias constitucionais reconhecidas? Como se falar de direitos humanos se o próprio conceito de dignidade humana, baseado numa premissa kantiana de autodeterminação, limita o autorreconhecimento em identidades fixas?

2.2 Homofobia, preconceito e dignidade humana: um paradoxo cultural nas casernas policiais militares

O que não é o discurso senão a “reverberação da verdade nascida diante de seus próprios olhos” (FOUCAULT, 1999, p.49), a verdade que é historicamente construída, a tentativa de representar o real por meio de símbolos, que também são construções humanas, ficção que constitui o sujeito e o faz se entender como tal. A dita crise da ideia de identidade, o rompimento com modelos fixos de representação é a crise dos discursos que atendiam a determinadas demandas, conforme o contexto histórico vivido. Stuart Hall (2003, p. 30) é assertivo ao afirmar que “a identidade é irrevogavelmente uma questão de história” e discorre, em sua obra “A identidade cultural na pós-modernidade”, acerca do processo de descentramento dos padrões estáveis de identidade. Para Hall (2014), a crise de identidade representa tanto o deslocamento dos indivíduos do seu lugar no mundo social e cultural quanto de si

³⁷ Estrofe retirada da música “O Vencedor”, do grupo musical “Los Hermanos”.

mesmos. O mesmo autor apresenta três momentos de construção do conceito de identidade.

Durante o Iluminismo, com a secularização do saber, o sujeito foi concebido como uma unidade, um centro, um ser dotado de racionalidade que alcançaria sua maturidade no limite da própria existência. É o sujeito transcendental, autônomo em sua vontade, porém que conserva intacta sua essência. O sujeito sociológico surge como uma crítica a essa autonomia da vontade, trabalhando a formação do sujeito em relação às “‘outras pessoas importantes para ele’, que mediavam para ele os valores, os sentidos e os símbolos – a cultura – dos mundos que ele/ela habitava” (HALL, 2014, p. 11). Ademais, a constituição do sujeito pós-moderno pode ser explicada pelas ideias de Judith Butler (2003), que apresenta a identidade como um devir, quando “o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente” (HALL, 2014, p. 12).

Somos levados a acreditar na existência de uma identidade unificada. Essa sensação é produto dos processos de assujeitamento sofridos pelos indivíduos, que lhe impregnam uma identidade entendida como fixa e acabada. As condutas são normalizadas pelas práticas discursivas, e qualquer desvio da norma é considerado uma anormalidade, uma abjeção. Assim, a norma autoriza

Aqueles que constituem e desarticulam as suas identidades mais ou menos à própria vontade, escolhendo-as no leque de ofertas extraordinariamente amplo, de abrangência planetária. No outro polo se abarrotam aqueles que tiverem negado o acesso à escolha da identidade, que não têm direito de manifestar as suas preferências e que no final se veem oprimidos por identidades aplicadas e impostos por outros – identidades de que eles próprios se ressentem, mas não têm permissão de abandonar nem das quais conseguem se livrar. Identidades que estereotipam, humilham, desumanizam, estigmatizam (BAUMAN, 2005, p. 44).

Esse processo de representação do “eu”, do próprio reconhecimento se dá perante o “outro”, visto que a heteronomia social implica a feitura, a imposição e o reconhecimento dos dispositivos normativos pelos “outros”. Muito mais do que uma diferenciação entre os tão conhecidos imperativos categóricos e hipotéticos de Kant (1960), posto que a moral e a ética, conforme Foucault (2014), também são práticas discursivas que disciplinam condutas e não levam à autonomia da vontade, mas ao atendimento da vontade do poder. O “eu” questiona-se diante dos outros, os impositores, que obstaculizam os processos de afastamento e de desconstrução das identidades fixas. Como o indivíduo se autodetermina dentro desse processo?

A autodeterminação nada mais é do que o reconhecimento de sua identidade, dentro do leque das identidades fixas estabelecido pelo poder-saber. O poder que visa tão somente à constituição de um sujeito destinado a atender aos seus interesses. Tal fato fica bem claro, quando Bauman afirma que alguns indivíduos têm o poder de escolher a identidade, e tantos outros serão sujeitados a ela.

A crise da identidade na pós-modernidade repousa no surgimento e na reificação dos discursos e das práticas discursivas, pois

O sujeito e a identidade são apenas dois dos conceitos que, tendo sido solapados em suas formas unitárias e essencialistas proliferaram para além de nossas expectativas, através de formas descentradas, assumindo novas posições discursivas (HALL, 2003, p. 111).

Nesse particular, como o conceito de dignidade do ser humano – apesar de sua ambiguidade e porosidade e assentado na teoria da autodeterminação da vontade kantiana, pode garantir os direitos humanos fundamentais a esses indivíduos que se encontram à margem da sociedade? Como respeitar e oportunizar o gozo de direitos fundamentais aos policiais militares com orientação homoafetiva, se as normativas da caserna e a cultura institucional violam esses mesmos direitos?

Butler (2006, p. 55, tradução nossa) responde a essas questões ao afirmar que “o paradoxo surge quando o ‘humano’ dos direitos humanos já se conhece de antemão, e está previamente definido e, ainda assim, se supõe que é a base para uma série de direitos e obrigações que são internacionais”. A autora complementa dizendo que a norma autoriza os indivíduos que serão reconhecidos como humanos, pois, “através do recurso das normas, circunscreve-se a esfera do humanamente inteligível, e essa circunscrição tem consequências para qualquer ética e para qualquer conceito de transformação social” (BUTLER, 2006, P, 53, tradução nossa). Apesar de Comparato, (2013) como outros juristas especialistas em direitos humanos, defender que a condição para ser sujeito dos direitos humanos fundamentais é apenas o fato de ser humano, essa condição é constituída por meio de um discurso e de práticas discursivas de uma sociedade disciplinar. Comparato (2013, p. 24) completa:

Ora, essa convicção de que todos os seres humanos têm direito a ser igualmente respeitados, pelo simples fato de sua humanidade, nasce vinculada a uma instituição social de capital importância: a lei escrita, como regra geral e uniforme, igualmente aplicável a todos os indivíduos que vivem numa sociedade organizada.

Por esse mote, o Estado de Direito³⁸, organizado e limitado em suas atribuições pela Constituição, garante os direitos humanos, que limitam o poder estatal. Os ditos direitos humanos nascem com esse propósito. A Revolução Francesa, com seus lemas de “liberdade, igualdade e fraternidade”, almejou a derrubada do Antigo Regime e a implantação de uma organização estatal que privilegiasse as liberdades públicas, dentre elas, a liberdade de circulação de mercadorias e capital, o que deu impulso ao surgimento do sistema capitalista. Pode-se “mesmo afirmar que, sem esse novo estatuto das liberdades civis e políticas, o capitalismo industrial dos séculos seguintes dificilmente teria prosperado” (COMPARATO, 2013, p. 61).

Os direitos humanos foram uma invenção burguesa para legitimar sua dominação. Basta verificar que, no rol dos direitos humanos, elencados em diferentes declarações, tratados, convenções e constituições, o direito à propriedade é colocado como um direito humano de primeira dimensão. Já os direitos humanos de segunda dimensão surgiram em um momento de ameaça ao capitalismo pela ascensão das ideias socialistas, principalmente diante da Revolução Russa de 1917 e a implantação da ditadura do proletariado nesse país. Os direitos sociais, econômicos e culturais são estabelecidos para acalmar uma classe trabalhadora – que vivia em condições sub-humanas - e impedir os avanços do socialismo no Ocidente. Por último, com essa crise de identidade na pós-modernidade, os direitos de terceira dimensão objetivam contemplar a diversidade ética e cultural e trazem à baila as ideias do relativismo cultural, do multiculturalismo e do direito à diferença (COMPARATO, 2013). Comparato faz uma relação entre o desenvolvimento técnico-científico e o surgimento das dimensões dos direitos fundamentais:

Na história moderna, esse movimento unificador tem sido claramente impulsionado, de um lado, pelas invenções técnico-científicas e, de outro lado, pela afirmação dos direitos humanos. São dois grandes fatores de solidariedade humana, um de ordem técnica, transformador dos meios ou instrumentos de convivência, mas indiferente aos fins; o outro de natureza ética, procurando submeter a vida social ao valor supremo da justiça (2013,p. 51).

Nesse sentido, o princípio da dignidade do ser humano fundamenta as dimensões dos direitos humanos e é norteador de sua aplicação. Cabe aqui debater acerca do terceiro momento dos conceitos de identidade trazido por Hall (2013).

³⁸ “o Estado de Direito, isto é, uma organização política em que os governantes não criam o direito para justificar o seu poder, mas se submetem aos princípios e às normas editados uma autoridade superior” (COMPARATO, 2013, p. 53-54).

Foucault (2003), ao desconstruir o sujeito transcendental de Kant (1960), desconstrói a fundamentação do conceito de dignidade humana sustentado por uma teoria da autonomia da vontade. O indivíduo só se autodetermina dentro dos limites que foram estabelecidos pela normativa. Por essa razão, Butler (2006) argumenta que a norma dita os critérios para se conceder a condição de humanidade ao indivíduo. Essa condição de humanidade dar-se-á por seu assujeitamento às instituições disciplinares, porquanto a disciplina “permite, ao mesmo tempo, a caracterização do indivíduo com indivíduo e a colocação em ordem de uma multiplicidade dada” (FOUCAULT, 2014, p. 146). A multiplicidade dada são as identidades possíveis apresentadas pela norma que, ao passo que une os indivíduos por meio de um processo de uniformização, utiliza-se das estratégias de exclusão para solidificar a unidade. Tudo e todos que não se enquadram à norma não pertencem à sociedade civil, não são sujeitos de direitos, não pertencem à categoria “ser humano” e não são protegidos pelos direitos humanos fundamentais.

O universal começa a ser articulado precisamente através dos desafios a formulação que já existem, e o desafio provem daqueles a que não se incluem, daqueles que não têm direitos a ocupar o lugar de “alguém”, mas que, sem embargo, exigem que o universal como tal lhes inclua. Em esse sentido, os excluídos constituem o limite contingente da universalização (BUTLER, 2006, p. 52, tradução nossa).

O conceito de universal se formula com a exclusão do “Outro” que visa incluir. Esse “Outro”, por ser abjeto, anormal, um embaraço para a norma, é privado da dignidade humana. A não utilização do homem como um instrumento, pois é um “fim em si mesmo” (KANT, 1960, p. 134), é uma falácia perante a sociedade disciplinar em que vivemos. As categorias sociais, os enquadramentos, a destruição do sujeito para sua reconstrução ditada pelas disciplinas são violações, pois privam o ser humano do seu direito de escolher. O livre arbítrio não é presente de um Deus piedoso, posto que as escolhas estão ditadas nas Sagradas Escrituras. A secularização do saber não liberta o homem quando ele alcança a maturidade social por meio do conhecimento, pois não existe feito preexistente ao sujeito, tudo é contruído, inventado e imposto aos indivíduos como condições para conquistar sua humanidade.

O sujeito só se autodetermina diante daquilo que é imposto como “normal”. Torna-se até mesmo paradoxal colocar as palavras autodeterminação e imposição numa mesma sentença, pois a autoafirmação é subsidiada pela liberdade de ação. Como ser livre preso às amarras das instituições disciplinares? Foucault chega até mesmo a afirmar que os contrapoderes nascem dentro das relações de poder, pois não existe a possibilidade de resistência fora das estruturas de poder. Por consequência, nesse cenário teórico-analítico esboçado por Foucault vê-se descortinar uma problematização acerca da dignidade da pessoa humana e sua relação com

a autonomia da vontade. O homem não é um fim em si mesmo, ele é um instrumento dócil e útil constituído através de um poder disciplinar que o torna mais dócil quanto mais útil for (ANDRADE; FRANÇA, 2016, p.13-14).

Seguindo esse raciocínio, as normas que estabelecem os gêneros também são uma violação, pois aqueles que se desviam dos gêneros ditos “normais” sofrem reprovações sociais baseadas numa ideia cristã de sexualidade, são diagnosticados segundo um rol de parafilias apresentadas pelo poder psiquiátrico ou, por exemplo, no caso das insituições militares, são criminalizados e classificados como pederastas e sofrem outras sanções de cunho disciplinar. Nesse sentido, a homofobia surge quando há uma inferiorização das relações homoafetivas quando se entende que as relações heterossexualidades são as únicas legítimas, sagradas e normais. Ela é uma manifestação “arbitrária, que consiste em designar o outro como contrário, inferior ou anormal; por sua diferença irreduzível, ele é posicionado a distância, fora do universo comum dos humanos” (BORRILLO, 2015, p. 13).

Segundo Borrillo (2015), a forma mais comum de se manifestar a homofobia é através da violência simbólica, o que impossibilita sua percepção por parte das vítimas. Algumas pesquisas realizadas no Reino Unido por Burke (1993,1994) e Leinen (1993) demonstram que os policiais militares homoafetivos são vítimas de preconceito e de discriminação em seu local de trabalho e que é mais comum a “discriminação sutil, encoberta e indireta” (CHERNEY, 1999). Cherney (1999) explica que a origem dessa discriminação está no fato de os policiais assentarem seus valores e sua organização em modelos trazidos pelas instituições militares e em valores patriarcais, machistas e misóginos, que rechaçam qualquer figura representativa do feminino. Burke (1995) constatou, em suas pesquisas realizadas com policiais homoafetivos, que eles temem não ser aceitos em seu local de trabalho devido a sua homoafetividade, a sua rejeição na comunidade gay/lésbica, em virtude de sua profissão, como também sofrem o estigma social por ambas as razões (ser policial e ser gay/lésbica). Assim, os policiais levam uma vida dupla, em meio a um jogo de exposição e disfarce de sua orientação sexual. Essa violência simbólica também atinge os policiais militares homoafetivos nas casernas da PMPB. Alguns relatos exemplificam como se manifesta a homofobia: “Eu não me lembro de nenhum momento de descriminação não, mas as piadinhas sempre saem”. Veja-se, também, o trecho da entrevista realizada com uma policial militar que tem orientação homoafetiva:

Não tive nenhum tipo de assédio, volta e meia têm umas brincadeirinhas né que sempre soltam de ‘a eu tenho uma...um desejo de sair com duas mulheres’ e tudo mais. Vão soltando uma coisa assim por cima sabe? Mas aí você dar também uma de doida e deixa passar batido também, já pra não dar muita corda pra eles, mas é muito superficial, de boa, meio que dando uma cantadinha de leve.

Identificamos, na fala dos policiais, que a homofobia se manifesta de forma velada, e isso impossibilita que a vítima constate a agressão que a inferioriza e a classifica como abjeto. Ademais, os policiais entendem como “inofensivos” esses tipos de tratamento, porque acreditam que não passam de “brincadeirinhas”. Eles iniciam suas frases com a negativa enfática de que não sofrem preconceito em virtude de sua homoafetividade. Todavia, fazem uma ressalva de que sempre existem “brincadeiras” relativas a sua orientação sexual, o que denota a compreensão de tais atos como algo normal, e não, como uma forma de discriminação.

Essa outra forma de homofobia, mais eufemística e de cunho social, enraíza-se na atitude de desdém constitutiva de um modo habitual de apreender e de categorizar o outro. Se a homofobia afetiva (psicológica) caracteriza-se pela condenação da homossexualidade, a homofobia cognitiva (social) pretende simplesmente perpetuar a diferença homo/hétero (BORRILLO, 2015, p. 24).

Há que se ressaltar que é mais difícil implementar medidas combativas ao preconceito sofrido pelos policiais homoafetivos. Além da homofobia eufemista, outro obstáculo para garantir os direitos fundamentais de policiais com orientação homoafetiva é o fato de que os cursos de formação que lhes são oferecidos prezam por valores heterossexistas. A heteronormatividade é difundida socialmente, por meio de uma “pedagogia da sexualidade” (FOUCAULT, 2014), que traz a heterossexualidade como norma. Nesse contexto, o não reconhecimento das ditas sexualidades marginais “é antecedido e até apoiado por um processo educativo heterossexista, ou seja, por um currículo oculto comprometido com a imposição da heterossexualidade compulsória” (MISKOLCI, 2013, p. 35). O currículo oculto “não dito, não explicitado, não colocado nos textos, mas que estava na própria estrutura do aprendizado, nas relações interpessoais, até na própria estrutura arquitetônica, que continua a ser normalizada” (MISKOLCI, 2013, p. 41). Trazendo para a vida intramuros dos quartéis, a cultura organizacional norteadada pela ideia de virilidade como elemento primordial do *habitus* militar enxerga como indesejáveis os indivíduos efeminados e com orientação sexual desviante da concebida como normal.

Para mudar esse quadro, são necessárias políticas de identidade, como bem preleciona Bauman, visando dá voz aos que se encontram à margem da sociedade. A identidade deve ser entendida como o “devir”, “um processo contínuo de redefinir-se e de inventar e reinventar a sua própria história” (2006, p. 13.). Uma reinterpretação dos conceitos locais de “ser humano” poderá ditar as exigências básicas para uma vida digna ao entender que o conceito de “humano” é ressignificado diante das circunstâncias históricas e culturais (BUTLER, 2006). Em 2010, foi lançada, no Brasil, a Portaria Interministerial SEDH/MJ nº 02 (PI), que “estabelece as Diretrizes Nacionais de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança Pública”. A diretriz de número 13 visa “fortalecer e disseminar, nas instituições, a cultura de não discriminação e de pleno respeito à liberdade de orientação sexual do profissional de segurança pública, com ênfase no combate à homofobia”. Contudo, a efetividade dessa diretriz encontra obstáculos em determinadas legislações da caserna – algumas, inclusive, são anteriores à Constituição Federal de 1988 – que apresentam dispositivos legais divergentes da Portaria Interministerial.

Assegurar esses direitos é ferir as normas regulamentares que, na seara policial militar possuem um forte conteúdo moral quando coloca em jogo aspectos deontológicos da profissão como o “decoro da classe” ou o “pundonor policial militar”. Não por acaso, outras diretrizes do mesmo eixo nesse momento em análise destacam: “Adequar as leis e regulamentos disciplinares que versam sobre direitos e deveres dos profissionais de segurança pública à Constituição Federal de 1988; Valorizar a participação das instituições e dos profissionais de segurança pública nos processos democráticos de debate, divulgação, estudo, reflexão e formulação das políticas públicas relacionadas com a área, tais como conferências, conselhos, seminários, pesquisas, encontros e fóruns temáticos” (FRANÇA; DUARTE, 2017, p.14).

Enquanto a homofobia for a “expressão do heterossexismo” (MISKOLCI, 2013) e ditar os processos socializadores, a constituição do *habitus* primário e do *habitus* militar, dificilmente as legislações que objetivam garantir os direitos humanos dos policiais homoafetivos terão eficácia e produzirão efeitos no mundo jurídico, já que a própria ideia de sujeito de direito não contempla os indevidos que estão à margem da sociedade. Como visto, a única condição para ser detentor de direitos humanos fundamentais é de ser um “ser humano”. Então, como proporcionar esses direitos aos indivíduos desumanizados, segregados e eliminados por serem “marginais em matéria de sexo” (BARRILLO, 2015, p. 44)? Os movimentos de resistência a essa ordem heterossexista surgem dentro das relações de poder que a constituem. Dito de outra forma, só por meio dos deslocamentos do poder, os movimentos de resistências

encontrarão brechas no sistema que lhes permitirão garantir os direitos ditos inerentes à condição humana.

2.3 “Regulamentos morais” e autorreconhecimento: por que é proibido ser um policial militar “gay”?

Como visto no Capítulo I, as práticas homoeróticas, durante a formação histórica de uma moral cristã/burguesa cambia da figura do pecador sodomita para o anormal, emergido em meados do Século XIX, do ponto de intersecção entre o monstro, a criança onanista e o indivíduo a ser corrigido, quando se estabeleceu “uma rede de saber e de poder que reunirá, de acordo com o mesmo sistema ou regularidades, essas três figuras” (FOUCAULT, 2010, p. 53). No mesmo sentido, as relações homoafetivas desvinculam-se do cometimento da sodomia, para se caracterizar como uma androgenia da alma.

A ideia de anormalidade reforça o binarismo que enseja a construção social dos gêneros. Foucault, em suas formulações, refere que a sexualidade é discursivamente forjada no transcorrer do tempo. O estudioso francês rompe com a ideia de sujeito preexistente ao feito, porquanto entende que o sujeito nasce dos processos de assujeitamento e impõe identidades aos indivíduos, por meio dos mecanismos de poder-saber. Em sua crítica genealógica, o autor não busca as origens dos gêneros binários, e sua real intenção é de pautar sua investigação centrando e descentrando as instituições que constituíram o sujeito.

A pesquisa genealógica de Foucault expõe essa “causa” ostensiva como um “efeito”, como a produção de um dado regime de sexualidade que busca regular a experiência sexual instituindo as categorias distintas do sexo como fundacionais e causais, em todo e qualquer tratamento discursivo da sexualidade (BUTLER, 2003, p. 46).

Nota-se que Foucault enxerga o poder como produtivo, porque o sujeito é produzido por meio do poder e para atender aos seus interesses sem a possibilidade de ter uma sexualidade que esteja fora dos seus mecanismos. O gênero estiliza os corpos por meio de repetição de determinados atos no tempo. Esse fenômeno acontece dentro das instituições disciplinares, que regulam, vigiam, controlam e punem. Essa repetição cristaliza de tal forma o gênero que ele passa a ser visto como natural.

Tais formulações são apropriadas pelos precursores da Teoria Queer. Esses pensadores se propõem a investigar as taxonomias sexuais desconstruindo-as, “afirmando a indeterminação e a instabilidade de todas as identidades sexuais,

‘generificadas’” (SALIH, 2015, p. 20). Nesse viés, a Teoria *Queer* faz uma análise dos processos sofridos pelo indivíduo para poder se posicionar como sujeito diante dos demais membros da sociedade.

A sexualidade tornou-se objeto de sexólogos, psiquiatras, psicanalistas, educadores, de forma a ser descrita e, ao mesmo tempo, regulada, saneada, normalizada por meio da delimitação de suas formas em aceitáveis e perversas. Daí a importância daquelas invenções do Século XIX, a homossexualidade e o sujeito homossexual, para os processos sociais de regulação e normalização (MISKOLCI, 2009, p.153).

Uma das mais conhecidas representantes da Teoria *Queer*, Judith Butler (2003), compartilha da ideia de que o gênero não é natural. Ela defende que o gênero não tem início nem término, já que é um “devir”, um “fazer”. Não obstante, temos a percepção de que os enquadramentos sexuais sempre existiram, em virtude da cristalização desses conceitos. No entanto, essa teórica “descristaliza” as definições tradicionais em volta da sexualidade e argumenta que o gênero não é um substantivo, porém um performativo, que utiliza a masculinidade e a feminilidade como estratégias de ocultamento de sua performatividade. Os seres humanos são “generificados” desde o começo de sua existência, quando os corpos são discursivamente construídos, não existindo “corpo natural”. Ademais a própria condição de ser humano se conquista com o gênero. Butler (2006, p.11, tradução nossa) enfatiza que

as normas que governam a anatomia humana idealizada produzem um sentido da diferença entre quem é humano e quem não o é, que vidas são habitáveis e quais não são. Essa diferença opera também em uma ampla variedade de incapacidades (embora a norma que funciona para as incapacidades não visíveis seja outra)

As performances de gênero serão desenvolvidas utilizando-se de um script. “Se nos apraz chamá-lo assim, já está sempre determinado no interior desse quadro regulatório, e o sujeito tem uma quantidade limitada de ‘trajes’ a partir dos quais para fazer uma escolha restrita do estilo de gênero que irá adotar” (SALIH, 2015, p.89-90). Assim, o gênero configura-se com a estilização do corpo, ou seja, uma imposição de atos regulatórios que legitimam uma “heterossexualidade normativa”. Quando o sujeito “escolhe” seu gênero, apenas está interpretando as normas de gênero existentes. O indivíduo se limita a reconhecer e a agir de acordo com o gênero. Ele é o efeito, e não, a causa. Daí emergem as teorias sobre a identidade performativa. Nelas, o sujeito é performativo, pois seu gênero é um “fazer”, todavia o sujeito performativo não é preexistente ao feito. O gênero “poderia ser caracterizado como uma ‘estrutura’, um ‘molde’ ou uma ‘grade’ na qual (ou pela qual) o sujeito é ‘modelado’” (SALIH, 2015,

p. 74). O binarismo em volta do gênero estabelece uma relação mimética entre ele e o sexo, e um é o reflexo do outro. Contudo Butler (2006) afirma que a sexualidade não decorre do gênero nem é determinada por ele, porque, “nem minha sexualidade, nem meu gênero são precisamente uma posse, mas ambos devem ser entendidos como maneiras de ser despossuídos, maneiras de ser para o outro, de fato, em virtude do outro” (BUTLER, 2006, p.07-08, tradução nossa). Portanto, as identidades foram instituídas por normas sociais que as estabilizam por meio dos conceitos de sexo, gênero e sexualidade, ensejando no conceito de “pessoa” e demarcando o campo entre o “humano” e o “não humano”. Não há gênero fora desse binarismo, e a alteridade sexual é decorrente desse campo de inteligibilidade, como bem demarca Foucault (2014, p. 35):

A austeridade sexual pode ser praticada por meio de um longo trabalho de aprendizagem, de memorização, de assimilação de um conjunto sistemático de preceitos de um controle regular da conduta, destinado a medir a exatidão com que se aplicam essas regras, pode-se praticá-la sob a forma de uma renúncia brusca, global e de definitiva aos prazeres como também sob a forma de um combate permanente, cujas peripécias – até os fracassos passageiros – podem ter sentido e valor, ela pode também ser exercida por meio de uma decifração tão cuidada, permanente e detalhada quanto possível, dos movimentos do desejo, sob todas as formas, mesmo aquelas mais obscuras sob as quais ele se oculta.

A austeridade acaba por ser o script. Essa regulação binária não dá espaço para o surgimento das “sexualidades marginais”. A heteronormatividade capilariza-se por todos os âmbitos de convivência social e tem uma de suas expressões nas instituições disciplinares – dentre elas, as militares - que valorizam as características assumidas como masculinas normatizando como transgressão disciplinar, ou até mesmo crime, todas as condutas desviantes. A masculinidade, entendida como “um lugar simbólico/imaginário de sentido estruturante nos processos de subjetivação” (OLIVEIRA, 2004, p. 13), está na ordem das condutas sancionadas e infligidas aos seres humanos que nascem com o “falo” que, em si, simboliza a virilidade e associa comportamentos que conotem ação e dominação.

Ressalte-se, todavia, que, para Butler, o repúdio disseminado nas instituições militares às relações homoeróticas serve para reafirmar e manter a coesão da heterossexualidade. O desejo homossexual não é renunciado, mas conservado na instituição para preservar o discurso reprobatório da homossexualidade.

Evidentemente isso não é admitido pelas autoridades militares, que buscam impedir as declarações homossexuais, considerando-as equivalentes a atos sexuais. Totem e tabu proporciona a Butler um arcabouço para discutir a metáfora do contágio utilizada nos discursos militares, nos quais as

admissões verbais de homossexualidade são vistas como uma doença (SALIH, 2015, p. 155).

O enunciado acima pode ser comprovado por meio da fala de um dos policiais militares entrevistado, que sentencia:

Preconceito sempre tem, em todo canto tem preconceito né? Mas aqui não, aconteceu só uma vez um caso aí depois de ter saído já. Eu assumi uma patrulha aí e tinha outro...mais moderno do que eu que não quis assumir a patrulha ficou no meio da rua sozinho, eu saí, então deixei ele na rua e saí com o resto do pessoal e ele ficou lá e se juntou com outra...

Os indivíduos do sexo feminino não são bem aceitos na Polícia Militar, porque a imagem da mulher está associada à fragilidade, à fraqueza, à sensibilidade e, principalmente, à passividade, que conota a incompetência para assumir funções que denotem ações fortes e corajosas ou uma posição de comando, de liderança. Há, assim, um controle e uma tendência à padronização heteronormativa dos policiais homoafetivos. Estabelece-se uma fronteira entre “o hegemônico (heterossexualidade) e o subordinado (homossexualidade), um regime que permite definir a si mesmo como hétero em oposição a outro - caricatura ou estereótipo - que sintetiza tudo o que não é nem é desejável que seja (o homossexual)” (COSTA, 2008, p.169).

Nesse diapasão, o gênero pode ser entendido como um molde utilizado para modelar o indivíduo. No caso dos membros da Polícia Militar, a masculinidade é o norteador para modelar seus membros visto que a hombridade é fundamental para o bom desempenho das atribuições inerentes à instituição. O tempo todo ela deve estar sendo demonstrada e reforçada e só pode ser conseguida “quando se demonstra o que não é, por exemplo, fraco, homossexual, mulherzinha, veadinho, medroso etc.” (OLIVEIRA, 2010, p. 10). Assim, policiais que têm relações homoeróticas encobrem sua orientação por meio de uma performance que reproduz o binarismo hierarquizante. Ressaltando-se as críticas realizadas por Misse (2007) sobre o conceito de estigma apresentado por Goffman, o autor afirma que o estigma sobre a passividade inerente ao feminino não se encontra mais na relação formal e atribui tal característica ao corpo da mulher, porquanto há um deslocamento do âmbito físico para o psicológico, o que encobre a estigmatização.

Esse “deslocamento” poderia, de algum modo, justificar uma hipótese: um dos fundamentos simbólicos da estigmatização feminina constituiria uma síndrome sobre uma condição natural da mulher, mas por algum motivo a base natural deveria ser deslocada para o nível psicológico. Em outras palavras, a “naturalização” simbólica da “passividade” feminina – conteúdo sintético do mito da feminilidade – se constitui sobre um conjunto de atributos psicológicos, embora sua referência última, deslocada e não-dita no discurso cotidiano, refira-se a uma condição física da mulher, usada

como matéria-prima principal da estigmatização e que, de algum modo, deve funcionar também como “símbolo do estigma”. (MISSE, 2007, p. 27)

Esse estigma não é exclusivo dos indivíduos que nascem com o sexo biológico feminino e se reflete também nos sujeitos que se identificam com o feminino e carregam consigo esse estigma social, porém não conseguem renunciar ao seu desejo considerado desviante. Desse modo, eles atuam passando uma impressão para o outro que deseja transmitir, criam uma fachada, um lugar de representação, e exercem uma “exigência moral sobre os outros, obrigando-os a valorizá-los e a tratá-los de acordo com o que as pessoas de seu tipo têm o direito de esperar” (GOFFMAN, 2002, p. 21). Isso gera um comportamento paranoico nas pessoas estigmatizadas, pois, ao tentar corrigir um aspecto de sua vida que considera insuportável - no caso em questão, não são as práticas homoafetivas, mas a discriminação e o preconceito decorrente delas – tenta, a todo custo, remodelar sua realidade almejando diminuir seu sofrimento, a busca pela felicidade e pela aceitação (FREUD, 1930).

Goffman (1988), ao estudar os estigmas sociais, percebe que os indivíduos possuem uma ou algumas identidades virtuais e uma ou algumas identidades reais. As identidades virtuais remetem às performances, às representações que observam os indivíduos como atores sociais que devem representar uma cena lógica à situação dada. A identidade real remete à percepção que o indivíduo tem de si mesmo, sua intimidade, ou seja, o entendimento dos seus impulsos subjetivos em relação à realidade. O estigma visualizado pela construção da identidade homossexual está guardado na subjetividade individual e compõe a identidade real do indivíduo. O estigma identitário homossexual necessita ser encoberto, enquanto o indivíduo estabelece performances em contextos e situações sociais de que faz parte ou que compõem a complexidade de sua identidade virtual. Por outro lado, a identidade real, que possibilita o aflorar dos desejos e afetividades homoeróticos, tende a ser mostrada em círculos restritos em que o desviante comunga com outros. Observamos, a partir desse exemplo, o caráter fragmentário das convivências e da vida em sociedade, que vai especializando práticas sociais em lugares específicos, tornando dividida a vida para melhor governá-la. (COSTA, 2008 P. 375)

Nesse particular, não são as relações homoafetivas o principal alvo do preconceito e da exclusão, mas os comportamentos passivos dos indivíduos que têm orientação homoerótica. O estigma trazido pela passividade feminina reflete nos polos ativo e passivo existentes numa relação homoafetiva. Andrade & França (2014) constataram, por meio de entrevistas concedidas por um grupo de policiais que se consideravam heterossexuais, a reprovação aos trejeitos efeminados de alguns policiais militares homossexuais, em virtude de estes últimos destoarem do padrão exigido pela instituição e de atingirem o “decoro” e o “pundonor” militares.

França (2016) trabalhou o conceito da “Síndrome de Esparta”³⁹ em uma pesquisa com cadetes da Academia de Polícia do Estado da Bahia com orientação homoafetiva e relatou o paradoxo entre o ingresso desses indivíduos na Polícia Militar e suas práticas homoeróticas. Os alunos são performáticos quando reproduzem o padrão de comportamento ditado pela Corporação e escondem sua orientação homoafetiva como mecanismo de defesa, sobrevivência e aceitação, que o autor denomina de “Síndrome de Esparta”. Sobre esse aspecto, ele referiu:

Nesse percurso, as respostas nos levaram a compreender o que passamos a denominar de “síndrome de Esparta”, ou seja, quando indivíduos homoafetivos resolvem ingressar em carreiras militares mesmo sabendo da existência do preconceito à homoafetividade nas casernas militares (tanto nas Forças Armadas quanto nas PM), para alcançar reconhecimento e realização profissional. (FRANÇA, 2016, P. 162)

Em contrapartida, recentemente, no dia 17 de dezembro de 2016, um aluno do Instituto Tecnológico da Aeronáutica participou de sua formatura trajando vestes femininas. O website do Jornal Folha de São Paulo⁴⁰ trouxe a seguinte reportagem:

A cerimônia de colação de grau dos formandos do ITA foi no último sábado, dia 17. Talles Oliveira Faria, 24 que se formou em engenharia da computação, recebeu o diploma com um vestido rosa, salto alto e maquiagem. A roupa ainda trazia mensagens críticas ao ITA.

“A manifestação não só foi relacionada à homofobia, mas também à violência psicológica que ocorre aqui dentro”, disse Faria, que é homossexual e ativista contra homofobia.

A decisão de comparecer vestido de mulher à colação foi motivada por uma série de punições que recebeu após outro protesto, em maio do ano passado, quando ele se vestiu de drag queen para marcar o Dia Mundial do Combate à Homofobia (17 de maio).

³⁹ O autor faz alusão à batalha entre 150 casais de amantes tebanos que compunham o Batalhão Sagrado de Tebas contra Felipe da Macedônia. (FRANÇA, 2016)

⁴⁰ Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/12/1843114-aluno-recebe-diploma-do-ita-de-salto-alto-e-vestido-em-ato-contra-homofobia.shtml> > Acessado em 26dez2016.

Figura 2 - Talles Oliveira Faria, aluno do ITA, vestido de *drag queen* em sua formatura



Fonte: Reprodução - Folha de São Paulo⁴¹

Esse episódio pode ser bem explicado com as seguintes palavras de Foucault (2010, p. 105): “Que lá onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo), essa nunca se encontra em posição de exterioridade ao poder”. Nesse mesmo raciocínio, Butler (2006) trabalha os “deslocamentos” como forma de resistência desse poder que constitui o sujeito. Ela apresenta as práticas parodísticas para denunciar a ilusão dos gêneros ditos normais. A paródia, em si, é uma forma de reescrever o original, algumas vezes, de forma cômica. Mas a paródia em Butler tem o papel de denunciar a fantasia envolta do “original”, ou seja, denunciar a performatividade do gênero. No caso em questão, a paródia feita pelo estudante do ITA desmistifica a premissa de que, para ser um integrante das Forças Armadas, é necessário se adequar a determinado padrão viril, que represente a atividade e o poder de comando. Ele não quebrou com o binarismo, porque os trejeitos que representam o feminino foram utilizados por ele, fazendo uma ligação do gênero com sua sexualidade. Contudo, ele fez um deslocamento do poder, quando um homem integrante de uma instituição

⁴¹ Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/12/1843114-aluno-recebe-diploma-do-ita-de-salto-alto-e-vestido-em-ato-contra-homofobia.shtml> > Acessado em 26dez2016.

disciplinar, que constitui os corpos por meio das disciplinas para atender a uma normalização de conduta, perturba essa normalidade ao “sair do armário” e representar o feminino, por sua vez, a passividade, que desabilita a mulher das funções de mando. Ele confunde os atos repetidos que marcam a performatividade.

A repetição parodística do gênero denuncia também a ilusão da identidade de gênero como uma profundidade intratável e uma substância interna. Como efeito de uma *performatividade* sutil e politicamente imposta, o gênero é um “ato”, por assim dizer, que está aberto a cisões, sujeito a paródias de si mesmo, a auto críticas e aquelas exhibições hiperbólicas do “natural” que, em seu exagero, revelam seu status fundamentalmente fantástico (BUTLER, 2003, p. 211).

A autora continua informando que a criatividade atua por meio do corpo, inaugurando algo novo, porém esse “novo” não é preexistente nem externo ao sujeito. Ela faz críticas à ideia de homossexualidade como um gênero e refere “que, ao converter-se em homossexual, cessam de ser homens ou mulheres e que o gênero, tal como agora o conhecemos, é radicalmente incompatível com a homossexualidade” (BUTLER, 2006, p. 28, tradução nossa). A autora pretende evidenciar que sexo e gênero são coisas distintas e que o objetivo da teoria *queer* é de desconstruir as taxonomias sexuais e proporcionar uma vida fora do conceito de gênero.

O aluno Talles Oliveira Faria e outros alunos do ITA que são homoafetivos divulgaram, no “Dia Internacional contra a homofobia”, um vídeo relatando episódios de discriminação que sofreram durante o período do curso de formação. No clipe, “oito estudantes mostram cartazes com ofensas que dizem terem ouvido dentro da instituição de professores, superiores militares e colegas. Entre os dizeres, estão: 'Bicha afeminada me dá nojo', 'No ITA, se é veado a gente expulsa' e 'Você é a verdadeira visão do inferno’”⁴².

A reportagem a respeito do aluno do ITA finaliza informando que ele foi punido por causa da manifestação contra a homofobia durante sua colação de grau e de postagens feitas nas redes sociais de igual teor ao da manifestação. Vimos que a disciplina e a hierarquia, princípios basilares das instituições militares, impossibilitam os integrantes da corporação que têm uma orientação homoafetiva de viverem sua sexualidade sem recorrer aos gêneros performativos. Aqueles que assumem sua orientação na instituição são estigmatizados e considerados inaptos para as atribuições que caracterizam a atividade policial. No próximo capítulo, analisamos como esses

⁴² Trecho retirado da reportagem “Alunos e ex-alunos gays do ITA gravam clipe com crítica à homofobia na instituição”. Disponível em < <http://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/alunos-e-ex-alunos-gays-do-ita-gravam-clipe-com-critica-a-homofobia-na-instituicao.ghml> > Acessado em 29maio2017.

mecanismos performativos e as resistências parodísticas acontecem nas casernas da Polícia Militar do Estado da Paraíba.

CAPÍTULO III

VESTINDO A FARDA E FICANDO NO ARMÁRIO: a homoafetividade policial militar

*“Olha ali quem tá pedindo aprovação
Não sabe nem pra onde ir
Se alguém não aponta a direção
Periga nunca se encontrar
Será que ele vai perceber
Que foge sempre do lugar
Deixando o ódio se esconder”.*
(Los Hermanos)⁴³

No final do ano de 2011, eu concluía o Curso de Formação de Oficiais. Fui declarada aspirante a oficial da Polícia Militar do Estado da Paraíba. Logo em seguida, fui designada para servir em uma Unidade Operacional da Região Metropolitana. Lá prestei serviço por volta de dois meses e, como houve mudança do comandante da citada OPM, fui transferida para outra Unidade Operacional. Prestava serviço nessa OPM como coordenadora do Policiamento da Unidade. Uma praça era escalada como motorista para cada oficial, visando prestar-lhe auxílio em suas atribuições. Logo simpatizei com o policial que seria meu motorista - simpático, gentil, prestativo e disciplinado. Como diz o ditado popular, “Nossos santos cruzaram”. A amizade foi surgindo e se firmando com o passar do tempo. Tornamo-nos confidentes e, em meio a tantas conversas que tínhamos no transcorrer dos serviços, ele me interpelou e falou: “Tenente, não sei se a senhora já percebeu, mas eu sou gay”. Naquele instante, eu não tinha noção das implicações que essa revelação traria para minha vida. Outros policiais militares já haviam comentado sobre a orientação sexual do meu motorista. Alguns chegaram a fazer brincadeiras maldosas, insinuando que minha guarnição era composta de “duas fens”⁴⁴.

Eu já havia sentido na pele o preconceito e a discriminação por ser mulher e fazer parte de uma instituição que aclama os valores da masculinidade e presenciei atitudes discriminatórias contra um colega de turma que era gay. Ele sofreu tanto *bullying* durante todo o curso e comentários e atitudes maldosas, que teve surtos depressivos. Os demais cadetes de minha turma o classificavam como uma das “fens”

⁴³ Estrofe retirada da música “Cara estranho”, do grupo musical “Los Hermanos”.

⁴⁴ “Na cultura vivenciada pelos PMs, não por acaso, as mulheres policiais são tratadas pejorativamente pela expressão ‘FEM’ (MOURÃO, 2010), o que deprecia e reafirma a figura da mulher policial como mãe ou doméstica e ainda cria a crença compartilhada pelos homens ou até mesmo disseminada por outras mulheres policiais de que algumas delas usam da prerrogativa de ser mulher para obter vantagens na instituição” (DUARTE; FRANÇA, 2017, p. 15).

e o parodiavam constantemente. Porém ele procurava desesperadamente se afirmar e mostrar que tinha capacidade de estar naquele curso e de ser um bom oficial. Esse fato já trazia uma inquietação acerca do véu de estigmatizações que frequentemente forjam o chamado “bom policial”.

Mas, voltando ao caso do policial que era meu motorista, convivendo com ele e devido ao exercício de nossas funções operacionais, inquietaram-me questões sobre ser mulher ou qualquer figura que representava as performances do feminino na instituição. Por que minha presença e a do meu motorista incomodavam tanto? O que tínhamos de diferente? O que não era normal em nossas condutas?

A questão chegou ao quando eu comandava o policiamento ostensivo de um bloco carnavalesco. Distribuí o efetivo em patrulhas, e cada graduado ficou responsável por comandar uma pequena fração do efetivo. Era do conhecimento de todos na OPM em que trabalhava que determinado graduado tinha orientação homoafetiva, pois assumira sua condição dentro da corporação. O graduado estava escalado para trabalhar no citado policiamento para comandar uma patrulha. Durante a realização do policiamento, ele deu uma ordem para uma policial que integrava sua patrulha, todavia ele não cumpriu e justificou que não recebia ordens de um “desmoralizado”. Tal fato chegou ao meu conhecimento. Chamei o graduado ofendido e disse-lhe que faria um documento para que fosse apurada a conduta do policial que desobedeceu a sua ordem. Contudo, o policial pediu para eu “deixar isso para lá”, pois não queria se expor nem sua orientação sexual em proporções maiores, para não ser vítima de outras atitudes discriminatórias.

Embora compreendesse as razões do policial ofendido, não me conformei com o desfecho daquela celeuma, principalmente na condição de aluna do Curso de Ciências Jurídicas e por ainda acreditar que o fim único do Direito era de proporcionar justiça. Assim, transformei minha indignação em tema para o Trabalho de Conclusão de Curso. Foi a primeira vez que debati sobre essas questões. O interesse por aprofundá-las surgiu da oportunidade de cursar uma pós-graduação em Direitos Humanos com o apoio e o incentivo do meu professor orientador, que me apresentou as ideias de Michel Foucault e seus processos de constituição do sujeito.

Apresento todas essas lembranças, momentos e experiências como integrante da instituição, para dar suporte e direcionamento a tudo o que é discutido neste capítulo e à análise das entrevistas dos policiais militares que apresentam uma orientação

homoafetiva. Inicialmente, meu objetivo era de entrevistar dez policiais militares homoafetivos. Porém alguns deles desistiram de me conceder as entrevistas. Alguns alegaram o medo de se expor, embora eu tenha argumentado que seria mantido o sigilo sobre as informações pessoais dos entrevistados e os áudios das entrevistas. Outros não tinham assumido sua homoafetividade na corporação e tiveram receio de serem entrevistados por uma tenente da Polícia Militar, porque temiam que eu revelasse sua orientação para outros militares.

Embora tenha encontrado dificuldades para fazer as entrevistas, consegui que oito policiais militares respondessem a um roteiro de entrevista semiestruturado sobre suas performáticas homoafetiva e policial militar. Acredito que não existem suficientes adjetivos para qualificar o teor dos discursos que me foram apresentados pelos entrevistados. Foi muito difícil resumir as memórias de vida que me foram confidenciais. Por isso, direcionei a análise das entrevistas em observância ao objetivo geral desta pesquisa – o de investigar como a existência de profissionais na PMPB que têm orientação homoafetiva pode divergir do padrão normalizador de condutas, baseado no conceito de masculinidade normalizado por uma cultura institucional e normatizado pelas legislações institucionais da PMPB.

Nesse sentido, dialoguei com as ideias sobre gênero performativo de Butler, para quem “a performance é realizada com o objetivo estratégico de manter o gênero em sua estrutura binária – um objetivo que não pode ser atribuído a um sujeito, devendo, ao invés disso, ser compreendido como fundador e consolidador do sujeito” (2003, p. 200), e complementei com as pesquisas de França (2016) sobre a “síndrome de Esparta”, onde os policiais militares homoafetivos reproduzem e se adequam ao *ethos* militar visando ao reconhecimento profissional por parte dos demais membros da instituição. Neste capítulo, o objetivo primeiro é de evidenciar a performance dos policiais militares homoafetivos que buscam a “aprovação” dos seus colegas de trabalho, seguindo a direção que é apontada pelas normas reguladoras da conduta de um “bom policial militar”. Permanecer no armário ou sair dele é uma decisão que implica a escolha entre as performances, já que “se declarar *fora* do armário da sexualidade escondida pode ser uma libertação pessoal, mas implica reconhecer a centralidade da heterossexualidade e reforçar a marginalidade daqueles que ainda estão *dentro* do armário” (PAULIN, 2006, p. 43). Visando preservar a identidade dos policiais militares entrevistados, eles foram identificados pelas letras iniciais de

personagens do mundo artístico, representantes do Movimento *Queer* (Lady Gaga, Madona, Prince, Tina Turner, David Bowie, Ney Matogrosso, Elke Maravilha e Vera Verão).

3.1 “Existem muitos militares que vivem uma vida dupla”⁴⁵

Aos sete pra oito anos, quando eu via meus amigos falando de meninas, a gente brincava e tal e ali eu sentia diferente, eu me sentia diferente no caso, eles falavam assim... ficavam soltando assim, dando cantada, como antigamente falava, pras meninas e eu não sentia vontade de fazer aquilo. Já me achava estranho assim, né? Diferente e tal, assim essas coisas. Então acho que foi aos sete anos pra oito anos que eu descobri que já era gay.

O trecho acima foi retirado de uma das entrevistas realizadas com um policial militar que, atualmente, integra os quadros dessa instituição na situação de ativo⁴⁶. Presta serviço em uma unidade operacional da região metropolitana⁴⁷, e para preservar sua identidade, iremos chamá-lo de “L”. L nasceu em uma família evangélica e, desde os sete anos de idade, sentia-se diferente dos demais garotos. Segundo relatou, sua família nunca o reprimiu, e seus pais sempre foram bons com ele, contudo L lhes omitiu que, aos catorze anos de idade, teve a primeira experiência amorosa com um garoto que morava na mesma rua de sua família. L frequentava a igreja evangélica de que seus pais faziam parte. Converteu-se a essa religião e se relacionou com meninas durante esse período. Interessou-se por prestar concurso para a PMPB, depois que sua cunhada a informou sobre a existência de tal concurso:

Na verdade, eu nem sabia que se fazia concurso pra entrar na polícia, a minha cunhada foi quem me orientou no sentido de fazer as provas, né? O concurso público, e aí ela foi falando, eu fui me interessando e quis entrar. E também é um emprego, né? É um trabalho muito bom por sinal. Aí pronto, aí fiz a prova passei, e a partir daí, comecei a ter vontade, desejo de entrar na polícia e, graças a Deus, eu entrei.

Como ainda fazer parte de uma igreja evangélica no período em que ingressou na PMPB, L não assumiu sua condição homoafetiva assim que entrou na corporação, porém, depois de mais ou menos três anos que prestava serviço à PMPB, voltou a se relacionar com homens e não tornou pública sua orientação sexual:

Não, não assumi porque, até então, teve uma época que eu voltei pra igreja no caso, eu tinha me convertido novamente aos meus dezesseis anos, e quando eu entrei na polícia, eu era evangélico ainda, entendeu? Mas eu acho que eu tinha uns dois a três anos de polícia quando eu realmente... eu não

⁴⁵ Fala de um dos policiais militares entrevistados.

⁴⁶ Termo utilizado para designar os policiais que ainda estão prestando serviço nas fileiras da instituição.

⁴⁷ Foram realizadas entrevistas com policiais militares de diversas unidades operacionais da PMPB. Para preservar a identidade dos policiais militares entrevistados, não serão identificadas as unidades operacionais onde são lotados.

me assumi, mas eu comecei novamente a me relacionar ...Depois que passou algum tempo e eu comecei a me relacionar mesmo com homem, eu não tive mais problema de assim... eu não exponho a minha vida sentimental pra seu ninguém, mas também, se me perguntarem hoje, eu falo, eu falo. Como por exemplo, no batalhão onde eu estou, todos sabem tranquilamente, como também lá na outra Cia que eu trabalhava a maioria sabia.

Na verdade assim, eu não queria me expor tanto né? Porque eu sempre soube que a polícia era muito, a maioria né um pessoal muito preconceituoso por ser uma instituição de maioria homem né? Aí eu não quis me expor tanto, mas com o passar do tempo eu fui tirando aquilo da cabeça, “rapaz eu tenho que me aceitar do jeito que eu sou, eu sou assim, se as pessoas quiserem me aceitar me aceitem, também senão quiser eu também não vou obrigar, eu vou respeitar todo mundo como tem que ser respeitado e exigia também, que da mesma forma fosse também respeitado. Aqui dentro eu sou policial, independente de qualquer coisa.

L traz uma problemática muito importante, ao afirmar que se sentia diferente dos outros meninos. Por que L se sentia diferente? Quais eram os parâmetros que o faziam se sentir assim? O que causava estranheza em L? Como surge esse sentimento de se perceber como diferente? Em sua fala, L mencionou que os meninos com os quais brincava gostavam de meninas, e ele entendia que era “normal” meninos gostarem de meninas. Achava-se diferente e, apesar de ser menino, sentia-se atraído por outros meninos. L constitui-se como sujeito mediante a exclusão do que não é legitimado pela norma, pois a formação do sujeito “exige uma identificação com o fantasma normativo do ‘sexo’, e essa identificação acontece através de um repúdio que produz um campo de abjeção, um repúdio sem o qual o sujeito não pode emergir” (BUTLER, 2002, p. 20, tradução nossa). Ele aprendeu, por meio de seus processos socializadores, que as pessoas do sexo masculino devem sentir desejo pelas do sexo feminino, e tudo que foge dessa regra é errado, é proibido, é anormal. L sentiu-se diferente porque não se enquadrou na norma e violou o princípio binário que organiza a realidade das coisas. Ele não consegue inscrever seu corpo no mundo ditado pelo imperativo da heteronormatividade.

Essa condição de normal ou diferente não se desenvolve de maneira estática. Há uma reiteração forçada de atos, gestos, comportamentos, atitudes etc., que regularizam a constituição do sujeito por meio de uma identidade de gênero. Como já foi debatido no capítulo anterior, a ideia de gênero como um performativo decorre da imposição da heterossexualidade como norma, compondo-se os polos da relação binária, naturalizando-se características biológicas do “nascer homem” e do “nascer mulher”. Dessa feita, “as normas reguladoras do “sexo” atuam de uma maneira performática para constituir a materialidade dos corpos, para materializar a diferença

sexual como causa de consolidação do imperativo heterossexual” (BUTLER, 2002, p. 18, tradução nossa).

A hipótese do poder como produtor dos corpos novamente aqui é incisiva, ao eleger a heterossexualidade como norma e fazer nascer da sua transgressão o indivíduo perverso. Butler (2003) e Foucault (2010) convergem quando compactuam da ideia de que o sujeito nasce da inscrição do gênero em seu corpo. Foucault (2010) denomina esse fato de processo de assujeitamento, e Butler (2003), como a performativa do gênero. O sujeito de direito é aquele que está formado pelo gênero, porquanto o ser humano, ao nascer, precisa ser classificado como “homem” ou “mulher”, para ser reconhecido no âmbito jurídico e ter a possibilidade de pleitear seus direitos. As instituições médico-jurídicas têm a responsabilidade de ditar as vidas consideradas viáveis e classificadas como seres humanos para atender a certas demandas políticas, ocultando e naturalizando seus objetivos. Os que não atenderem à normatização dessas instituições serão considerados como anormais, abjetos. Não há sujeito antes do processo de “generificação”. Isso significa que o sujeito nasce a partir do momento em que é classificado em um gênero e surge das relações de gêneros, pois “a matriz das relações de gênero é anterior à aparição do ‘humano’” (BUTLER, 2002, p. 25, tradução nossa). Ante o exposto, em seu livro “Problemas de Gênero”, Butler (2003) descontrói a diferença entre os conceitos de “sexo” e “gênero”, pois, para essa autora, a materialidade do sexo é concebida por meio do dispositivo normativo que o regula e não pode se dissociar dele. A relação entre gênero e sexo não pode ser estabelecida utilizando-se critérios biológicos e culturais, já que o gênero “não está para a cultura como o sexo para a natureza. Ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual ‘a natureza sexuada’ ou ‘um sexo natural’ é produzido e estabelecido como ‘pré-discurso’, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura” (BUTLER, 2003, p. 25). Assim, o sexo só pode ser definido de maneira dinâmica e determinar a viabilidade e a inteligibilidade das vidas humanas. As vidas inviáveis, os seres inominados - já que a linguagem atende à lógica do poder - serão destinados aos espaços de correção, porém a impossibilidade de sua correção será o substantivo de sua existência.

Mas essas heterotopias biológicas, essas heterotopias de crise desaparecem cada vez mais e são substituídas por heterotopias de desvio: isto significa que os lugares que a sociedade despõe em suas margens, nas paragens vazias que a rodeiam, são antes reservados aos indivíduos cujo comportamento é desviante relativamente à média ou à norma exigida. Daí as casas de

repouso, as clínicas psiquiátricas, daí também, com certeza, as prisões (FOUCAULT, 2013, p. 22).

O conceito de diferente nasce, então, na transferência do que é entendido como natural (sexo masculino/sexo feminino) para a realidade posta como normal (ser homem/ser mulher) por meio da linguagem, dos símbolos e de tudo o que possa trazer efetividade e eficácia à norma, visto que “ser homem” e “ser mulher” exigem uma constante ação e atuação dos sujeitos que são classificados como tal. Nesse sentido, “o pensamento diferencialista aparece como o substrato ideológico de certa maneira de produzir sujeitos cuja identidade sexuada e sexual articula-se em torno das categorias homem/mulher, hétero/homo” (BORRILLO, 2015, p. 33). Durante a primeira entrevista realizada com L, ele falou que não tinha assumido sua homoafetividade na instituição, como foi citado no capítulo anterior⁴⁸, porém, em um segundo momento – exposto acima – decidiu revelá-la para seus colegas de profissão. Quando perguntado sobre o que mudou em sua vida depois dessa decisão, respondeu:

Eu até fiquei mais feliz, porque quando eu não era assumido eu me policiava muito, eu andava engessado na verdade. E hoje, graças a Deus eu sou mais tranquilo, eu consigo conversar olhando olho no olho, brinco com as pessoas, os meus amigos brincam comigo dentro da instituição, claro que tem aqueles que são mais chatinho assim né? Mas assim, entre os meus amigos mesmo, eu percebo que eu estou bem mais tranquilo, não me polício tanto quanto antes.

L “policiava” sua conduta para não “dar pinta” e deixar que os outros percebessem sua orientação, porque até para os que assumiram sua orientação sexual dentro da instituição é constante o discurso de que devem ter uma postura pautada na “normalidade”, que é exigida institucionalmente, temendo tanto a discriminação quanto a possível punição por cometer transgressão disciplinar, como refere 042: “Portar-se sem compostura em lugar público”, que faz parte do rol de transgressões disciplinares trazida pelo Regulamento Disciplinar da Polícia Militar da Paraíba. Esse policial finaliza sua fala com a opinião de que, hoje em dia, existem muitos “gays” ingressando na carreira militar, todavia por razões econômicas, posto que, segundo ele, é muito difícil para uma “gay” seguir tal carreira, por causa da cultura machista presente na Corporação.

Hoje em dia estar tão assim normal né? Pra juventude de hoje e a gente sabe que o que tá mais entrando hoje na polícia, entra muitos hoje né, muitos gays optam pela vida militar da polícia né? Eu acho mais que é por causa do salário, a questão econômica, não porque gosta, porque é muito difícil né,

⁴⁸ Ver o tópico intitulado “O preconceito contra a homoafetividade nas polícias militares como herança das forças armadas”, do Capítulo II.

um “homo” gostar dessa vida militar porque são muito rígidos, geralmente os gays são mais liberais, mais tranquilos assim.

Esse sentimento de estranheza colocado por L sobre sua homoafetividade é compartilhado por outros policiais militares que também são homoafetivos. Vejamos outro depoimento:

Quando eu me identifiquei que gostava da pessoa do mesmo gênero foi quando eu tinha 15 anos. Foi por uma pessoa mais velha, eu tinha 15 ele tinha 18 anos e ia fazer 19 anos. Até o momento, eu não tinha sentido atração, eu tinha sentido afinidades é...do outro gênero, tipo assim: eu era uma pessoa mais delicada, eu gostava de tá mais em casa, eu gostava de estudar e isso aos poucos, era meio estereotipado no interior porque o menino, ele tinha que tá mais com o pai com a figura do pai. E eu não, já desde criança meus laços afetivos era mais com a minha mãe. Eu gostava de assistir televisão, gostava de estudar, gostava de estar na cozinha com ela cozinhando e meus laços foram mais afetivos, desde o início a minha mãe, apesar de que eu no interior o primeiro filho homem, a briga começou desde o meu nome que é muito complicado, meu pai é um pouco machista queria que, como era filho homem, ele que ia dá o nome.

A fala acima é do policial militar “M”, que foi entrevistado quando ainda estava passando pelo Curso de Formação de Soldados. Segundo a classificação da PMPB, M ainda era uma recruta na época da feitura da pesquisa de campo. M nasceu em uma cidade do interior do estado do Rio Grande do Norte, e sua fala evidencia alguns hábitos decorrentes do “ser nordestino”, mais especificadamente, do “ser sertanejo”. Na cidade natal de M, é costume o pai escolher o nome do filho do sexo masculino e que ele esteja sempre próximo ao pai para aprender a ser um homem como seu pai é. O primeiro capítulo deste trabalho trouxe, em um dos seus tópicos, o histórico sobre como se formaram as elites nacionais depois da Abolição da Escravidão e da Proclamação da República e como elas elencaram os valores de uma virilidade branca, contida, cristã e patriarcal para se diferenciar do negro liberto. Esses movimentos sociais emergentes do período republicano trouxeram um risco para o modelo de virilidade aclamado na sociedade brasileira, e como contraponto a essa ameaça, começa-se a construir a imagem do nordestino, “um homem macho, sim, senhor”.

O nordestino é uma figura que vem sendo desenhada e redesenhada por uma vasta produção cultural, desde o começo desse Século. Figura em que se cruzam uma identidade regional uma identidade de gênero. O nordestino é macho. Não há lugar nessa figura para qualquer atributo feminino. Nessa região até as mulheres são macho, sim senhor! Na historiografia e sociologia regional, na literatura popular erudita, na música, no teatro, nas declarações públicas de suas autoridades, o nordestino é produzido como uma figura de atributos masculinos. Mesmo em seus defeitos é com o universo de imagens, símbolos e códigos que definem a masculinidade em nossa sociedade, que ele se relaciona (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2013, p. 18).

M sente-se diferente por ter mais afinidades com sua mãe, rompendo com a lógica da educação dispensada aos meninos da cidade do interior em que morava. Ele relata que tinha mais semelhanças com a mãe e gostava de fazer “coisas de menina”, como cozinhar. Assim, M não se encaixa no modelo do nordestino instituído socialmente e passa a ser estigmatizado como uma pessoa “delicada”. Ele é diferente, porque não reproduz os comportamentos que alguém nascido com o seu sexo deveria reproduzir. M se definiu como um “nerd delicado”, no período em que cursava o colégio. E, apesar de fazer parte do time de futsal, tinha trejeitos efeminados. Ele relata sua primeira experiência homoerótica:

Aconteceu a minha primeira atração assim...física, foi quando é...tava na feira de ciências do colégio e um cara mais velho, do terceiro ano, na época eu fazia o terceiro ano, se eu não me lembro, era primeiro ou oitavo. É... ele tipo me acochou como se fala né lá no colégio mesmo, chegou junto de mim e falou tipo assim: “é aí boy, quando você pode ir lá em casa pra gente jogar um futsal, jogar uma bola?”. Aí eu até achei meio estranho porque eu tinha tido pouco contato com ele, aí “não depois a gente marca não sei o quê”. Aí a feira era três dias, quando foi no domingo aí eu tava no banheiro, ele chegou no banheiro acabou é...dando uma mordida no meu pescoço por trás e me acochando sexualmente, assim, eu sentindo o órgão dele, isso foi traumático pra mim. Eu passei quase um mês com aquilo dentro de mim. Eu não sabia se eu tinha gostado, o que era aquilo, algo meio perturbador...

M acha-se incoerente quanto ao sexo com que nasceu e ao desejo que sente, pois não consegue traduzir, com os aparatos linguísticos de que dispunha, sua condição sexual. A experiência sexual em M e seu reconhecimento como sujeito de desejo são ininteligíveis no que diz respeito às possibilidades apresentadas pelos campos de conhecimento que se articulam para ditar as sexualidades. A moral⁴⁹ que norteou a educação de “M” (seu *habitus* primário) o impede de se sentir coerente diante do fato de ter nascido homem e gostar de pessoas do mesmo sexo que o seu. Sua austeridade sexual fica prejudicada quando ele não é capaz de controlar e regular suas condutas nem de reproduzir mimeticamente todos os valores atribuídos a sua condição de homem. A quebra do valor simbólico “ter o falo” gera a ameaça da feminização, e M sente tal processo, quando os que estão ao seu entorno o classificam como um “nerd delicado”. Esse estigma diminui sua condição do passivo, já que ele passa a ser

⁴⁹ “Porém, por ‘moral’ entende-se igualmente o comportamento real dos indivíduos em relação aos valores e às regras que lhes são propostos: designa-se, assim, a maneira pela qual eles se submetem mais ou menos completamente ao princípio de conduta; pela qual eles obedecem ou resistem a uma interdição ou a uma prescrição; pela qual eles respeitam ou negligenciam em conjunto de valores”. (FOUCAULT, ANO, p. 32)

localizado no lado inferior do binarismo sexual. M é tomado por um sentimento de abjeção, que causa a perturbação que esse explicita no final desta sua fala:

A “coerência” e a “continuidade” da “pessoa” não são características lógicas ou analíticas da condição de pessoa, mas, ao contrário, normas de inteligibilidade socialmente instituídas e mantidas. Em sendo a “identidade” assegurada por conceitos estabilizadores do sexo, gênero, sexualidade, a própria noção de “pessoa” se veria questionada pela emergência cultural daqueles seres cujo gênero é “incoerente” ou “descontínuo”, os quais parecem ser pessoas, mas não se conformam às normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas (BUTLER, 2003, p. 38).

Devido à confusão gerada por sua primeira experiência, M questionou-se sobre quem era e de que gostava. Ela já tivera experiências com meninas e, depois desse fato, relacionou-se com um menino mais velho, que protagonizou o episódio no banheiro do colégio onde estudou. Depois que terminou o ensino médio, foi morar na capital, onde teve acesso a outros tipos de leituras que o ajudaram a se perceber como homoafetivo. Ele “nunca imaginaria que se tornaria um militar”. E depois de concluir a graduação em Ciências Aplicadas na área de Humanidades, prestou o concurso por incentivo de um ex-namorado que era oficial da Polícia Militar do Rio Grande do Norte. Ele disse que, logo que foi aprovado no concurso, durante a etapa dos testes físicos, suas fotos “já rolavam nos grupos do whatsapp”, pois era ativista LGBTT, militava e participava de congressos debatendo sobre as questões de gênero e tinha uma linha política “esquerdista”. Ao discorrer sobre a semana de adaptação no Curso de Formação de Soldados, referiu:

A semana zero foi o estopim o que aconteceu lá. De início eu fui muito bem acolhido, mas eu percebi que eu não ia encaixava naquela estufa militar. Eu via que o meu perfil não encaixava, porque eu ia ter que desconstruir muita coisa que eu aprendi, desde a minha vida de ensino médio, minhas leituras acadêmicas, desde a minha participação dos movimentos sociais, da minha literatura que eu tinha adquirido na academia, na universidade, do meu posicionamento político, eu ia ter que engolir tudo e desconstruir e despedir pra mim poder vestir uma farda. Aí foi onde eu, no terceiro dia da semana zero, eu digo “eu não aguento isso”. Sabe é algo que eu não vou deixar perder dentro de mim, foi quando eu pedi pra sair de forma, porque tava muitas coisas assim que eu não concordava, muitas coisas assim que eu não entendia a fundamentação daquilo de você tá no meio, no sol rachando de doze e meia, com fome e você tá de punho serrado é... fazendo flexão, e eu queria saber qual era a fundamentação daquilo, daquela pessoa gritando no seu ouvido pedindo pra você sair como se você não tivesse passado por um processo seletivo difícilimo.

M se decepiona ao entrar no universo policial militar e confia que desconhecia como era a rotina na caserna, mas não imaginava que teria que se “desconstruir e se despir” de tudo em que acreditava para poder se adequar ao padrão

institucional. Ser militar exigia um adestramento da conduta de M que ia de encontro a sua atuação como militante LGBTT e defensor dos direitos humanos. Os questionamentos sobre qual era o fundamento em “pagar flexão de punho serrado, embaixo de um sol do meio dia” diverge do objetivo das disciplinas e do poder disciplinar que “é, com efeito, um poder que, em vez de se apropriar e retirar, tem como função maior ‘adestrar’ ou, sem dúvida, adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor” (FOUCAULT, 2014, p. 167). Os regulamentos militares preceituam que a cada ordem corresponderá uma resposta pronta, um movimento exato, um cumprimento de missão que não abre espaço para questionamentos, reflexões nem ponderações. Muniz (1999) afirma que os policiais militares costumam utilizar as palavras de forma “reativa”, principalmente, para cumprir as ordens de seus superiores e prestar serviço ao público civil. Esse é “um tipo de procedimento discursivo em nada estranho para atores que foram cuidadosamente adestrados para ‘não fazer questionamento’ e produzir resultados imediatos ‘evitando a conversa’, quase sempre entendida como um prenúncio para o bate-boca e para o descontrole” (MUNIZ, 1999, p.89). Assim, não se deve perguntar o porquê dos “gritos no seu ouvido pedindo para você sair”, porquanto o que importa é que o aluno aguentasse as agressões físicas e psicológicas como prova de sua virilidade e de sua vocação para ser um bom policial militar. M continua relatando suas experiências vividas durante a semana de adaptação:

Eu ficava meu Deus que mundo é esse sabe? Era algo que eu questionava e ao mesmo tempo era aquela coisa: “Pede pra sair”, aquela pessoa gritando no seu ouvido como se eu tivesse me oferecido pra tá ali, não que eu tivesse passado num processo seletivo de 63 mil pessoas, tivesse feito um monte de exames de saúde, um monte de coisa, tivesse apto pra assumir aquele cargo público e fosse mais uma ferramenta, uma marionete, alguma coisa que eles pudessem usar. A minha cabeça tava cortada ali só tava meus músculos. Era como se fosse um produto que eles quisesse ali. Eu não podia questionar, que eles falam ponderar né? Eu não podia intervir, eu não podia argumentar, eu não podia dizer que eu tava passando mal, porque se eu dissesse que tava passando mal, como eu disse no segundo dia pelo fato de não dormir bem, pelo fato de acordar de madrugada, jogarem água aquela coisa todo do que é uma semana zero, de quem é militar sabe, minhas defesas baixaram, meu psicológico estava extremamente alterado e eu não tava me sentindo bem, e eles só me falavam pede pra sair, você tá fazendo corpo mole.

Todas as atividades desenvolvidas no período do curso, conhecido como “semana de adaptação”, objetivam colocar à prova os candidatos que foram aprovados no concurso, como forma de fazer uma triagem entre os que estão e os que não estão aptos à atividade policial militar. Os testes físicos e os psicológicos baseiam-se em um jargão, muito difundido na tropa, de que o policial militar “é superior ao tempo” e tem

a obrigação de estar preparado para todas as situações adversas e perigosas. Os que não corresponderem a esse jargão, serão considerados inaptos para exercer as atribuições inerentes ao policial militar. Os candidatos que não correspondem a um padrão de virilidade marcado pela exaltação da força, da resistência física e da potência sexual são considerados efeminados e indesejáveis nas fileiras de uma instituição que exalta os valores viris. Por isso a Polícia Militar se recusa a incorporar em seus quadros as mulheres e os homoafetivos, pois nas instituições marcadas pela “dominação masculina, a homofobia organiza uma espécie de vigilância de gênero, porque a virilidade deve estruturar-se em função de dois aspectos: negação do feminino e rejeição da homossexualidade” (BORRILLO, 2015, p. 26). Para provar que é capaz de cumprir seu papel como profissional da segurança pública, M confidenciou que se dedicava mais do que seus colegas de turma, já que era cobrado duas vezes mais.

Parece que você é cobrado suas vezes mais, no meu eu sou cobrado pelo fato de ser militar e pelo fato de ser militar e ser gay, então eu sou cobrado duas vezes mais, então eu tenho que ser o espelho duas vezes mais pra os outros, porque não basta eu ser bom militar, eu tenho que ser bom militar e ser um bom gay militar e isso é uma cobrança exigida desde de tudo de lá, por exemplo, no “TAF” eu sempre sou bem, aí o povo “vixe tá perdendo pra ele”. sabe os tipos de comparação, “vixe perdeu pra fulano” entendeu? como se minha condição de homossexual me diminuísse em alguma coisa.

As policiais e os policiais homoafetivos têm, constantemente, que provar sua capacidade de exercer as funções inerentes à profissão, porque, devido aos papéis construídos socialmente destinados aos homens e às mulheres, a atividade policial é naturalmente pertencente ao universo masculino. A presença das mulheres e dos homoafetivos ameaça a feminização dessa atividade virilizada em sua essência. Os quartéis dos Exércitos e, posteriormente, os das Polícias Militares foram lugares incumbidos de formar e de conter o *ethos* guerreiro que, com o estabelecimento da ordem burguesa, tinha o objetivo de otimizar o uso de violência para proteger a propriedade privada e manter a classe mercantil no poder. Feminilizar essa atividade é colocar em risco toda a estrutura de controle social. Assim, na Polícia, as figuras do feminino devem reproduzir o gênero performativo, independentemente de sua orientação sexual. Ao descumprir tais preceitos, os policiais ficam suscetíveis a serem alvos de sanções institucionais ou coerções informais nascidas da cultura militar que disseminam atitudes discriminatórias e preconceituosas.

O policial “P”, que foi vítima de preconceito por parte de outro policial militar, já completou trinta anos de serviço prestados à PMPB, porém continua trabalhando em

uma unidade operacional. Ele mora com os pais e os auxilia nos cuidados com a saúde, já que são idosos. Ele se percebeu como um indivíduo homoafetivo na adolescência, quando manteve uma relação com um vizinho de sua família. Os pais de “M” tomaram conhecimento de sua orientação homoafetiva quando ele chegou à idade adulta e “nunca aceitaram, mas se conformaram com a situação”. É válido ressaltar que seu pai é um militar reformado das forças armadas. Quando perguntado sobre se sofreu alguma atitude discriminatória ou preconceituosa dentro da caserna, P respondeu que, por ter revelado sua homoafetividade, outro membro de sua guarnição recusou-se a trabalhar ao seu lado, porque o considerou como um “desmoralizado”. Aqui, fica bem explícita a ideia do contágio, do incômodo causado pelos policiais militares que têm relações homoeróticas. Ao romper com a condição de atividade e não mais reproduzir o ideal de masculinidade requisitado pela instituição, esses indivíduos tornam-se “perigosos”. Por isso, é necessário restabelecer a ordem e evitar o contágio dos “policiais saudáveis”.

Quando afirma “há pouco tempo eu aceitei Jesus prá ver se me livrava desse negócio, entrei na igreja e parei uns tempos mesmo, mas é muito difícil que a gente sente falta”, P dá a entender que sua homoafetividade é algo ruim, equiparado a uma doença, a um distúrbio que deveria ser tratado e, por consequência, curado. Ele se angustia diante do fracasso por não conseguir se manter afastado de suas “práticas homoeróticas”. O aparato da sexualidade dá ao Estado o dispositivo para controlar os corpos por meio da “pedagogia do sexo”. Assim, a educação e a formação do *habitus* primário ditarão as sexualidades marginais e apontarão a abjeção, fazendo com que qualquer indivíduo que não esteja de acordo com a heterossexualidade compulsória se sinta anormal.

A abjeção acaba sendo maior via sexualidade porque ali se unem esses sentimentos mais profundos, em que a pessoa mais se sente em confronto com a ordem social. Quer você esteja apaixonado por uma pessoa do mesmo sexo ou do sexo oposto, não importa, toda pessoas que está envolvida na questão da afetividade e do amor se vê necessariamente num particular, num pessoal, e aí qualquer espécie de norma social que venha mexer com isso acaba sendo violenta (MISKOLCI, 2013, p. 42-43).

As entrevistas até aqui apresentadas nos mostram que os policiais militares entrevistados foram educados segundo a lógica de uma sexualidade que privilegia a moral heteronormativa e, dentro dessa relação binária trazida pela heterossexualidade compulsória, o homem, que exerce o papel de dominador, jamais poderá se equiparar a passividade atribuída ao feminino. Isso seria negar “ter o falo” e se sentir angustiado por não ocupar o lugar que é seu “por direito”, advindo de uma naturalização dos fatores

biológicos. Assim, “a posição simbólica que marca um sexo como masculino é uma posição através da qual se diz que o masculino ‘tem’ o falo; é uma posição que obriga mediante a ameaça do castigo, é dizer, a ameaça de feminização, uma identificação imaginária e, por tanto, inadequada” (BUTLER, 2002, p. 154, tradução nossa). Os homens que não reproduzem os caracteres da performativa atribuída ao seu gênero são considerados anormais, porque violam a ordem natural das coisas, que é construída socialmente e legitimada por relações de poder que ocultam seus objetivos e que são eficazes justamente por mascarar seus anseios.

Aos sujeitos constituídos pelos gêneros performáticos é dada a falsa ideia de autonomia e de poder de escolha, quando, na verdade, esta última está condicionada às possibilidades de gêneros oferecidas socialmente. Então, classificar um ser humano com determinado sexo “é, em certo sentido, uma ‘identificação’ e parece que a identificação é um local no qual se negociam insistentemente a proibição e o desvio. Identificar-se com um sexo é manter certa relação com uma ameaça imaginária, imaginária e vigorosa, que é vigorosa precisamente porque é imaginária” (BUTLER, 2002, p. 153, tradução nossa).

Considerar o gênero como um performativo é associá-lo ao conceito de identidade natural e fixa, nascida do sujeito cartesiano e disseminada a partir da “era da razão”. A manifestação do biopoder através dos processos educativos é de fundamental importância para fazer funcionar a agência da sexualidade. O que seria o *habitus* senão a reiteração da performatividade dos gêneros. Essa performativa nos é transmitida desde a mais tenra idade e se reproduz até o fim de nossa existência, como condição mesma dessa existência. Os processos socializadores são voltados para produzir um *ethos* guerreiro que reafirme os valores de “ter o falo” e todas as suas implicações nas relações de dominação. E “se o mesmo se torna homem, é porque, à medida que se realiza o lento trabalho de maturação biológica, as instruções que participam de sua socialização encarregam-se de transmitir-lhe o hábito viril, isto é, o conjunto de disposições físicas e psíquicas que lhe permitirão desempenhar seu papel de homem uma vez chegada a maturidade” (BAUBÉROT, 2013, p. 191). Por sua vez, a *hexis* é a reprodução das expressões, das posturas, dos comportamentos e das atitudes que marcam e identificam o ‘ser masculino’ e o ‘ser feminino’ (ROSA & BRITO, 2010). A dinâmica se reproduz, dá uma conotação natural aos gêneros e perpetua as

fobias, os preconceitos e as discriminações em todos os indivíduos que se negam a compactuar com essa realidade. Complementando o que preleciona Miskolci,

socializar-se, portanto, costuma ser um processo marcado por formas muito violentas de recusa, em si mesmo, do que a sociedade quer evitar como “contaminante”, seja uma identidade de gênero diferente das mais conhecidas ou formas de desejo fora de modelo em voga (2013, p.43).

Retomando a ideia de *habitus* já discutida no primeiro capítulo, o *habitus* primário seria o momento inicial do processo socializador e cabe à família educar a criança segundo os valores burgueses que perpassam a figura da família nuclear burguesa. Já o *habitus* secundário origina-se da interação social vivenciada nas universidades, nos cursos de formação, nas relações laborais etc. Todavia essas duas fases do processo socializador apresentada por Rosa & Brito (2010) não são estanques e se comunicam de forma que os valores aprendidos em um momento serão reproduzidos em outro.

Isso posto, o *ethos* e a *hexis* se apresentam como reiteração da performatividade que leva os policiais militares a imporem a masculinidade como um elemento constitutivo do *habitus* militar. A norma reguladora traz como mandamento que “ser macho” por excelência é a prerrogativa para ser um policial “padrão”, ou seja, está no polo da dominação, no polo da “atividade” da relação binária. Passiva por natureza, a condição do feminino e tudo o que se assemelha a ela denotam a incapacidade de enfrentar o crime e todos os perigos que derivam dele, por isso, viriliza-se é a prerrogativa para ser um “bom policial militar”. Diante desse quadro, a forma encontrada pelos policiais militares homoafetivos para serem reconhecidos e desempenhar suas funções é ser performativo e seguir o script destinado a ditar as regras de “como ser um policial militar gay/lésbica”.

Nota-se que o *habitus* militar é incorporado como natural e até mesmo exige dos militares que os mesmos sejam homens fortes, viris, machos, disciplinados, que estejam preparados para lidar com situações adversas, não demonstrando fragilidade nem medo quando designados para suas missões. Nesse universo, não há espaço para pessoas que destoem das características acima relacionadas. Elas não se enquadram, não pertencem a esse mundo, a esse campos que diferencia as relações militares das outras relações sociais, representando, por vezes, uma ameaça, um perigo, uma mácula aos pilares da corporação (ANDRADE; FRANÇA, 2015, p.244).

A síndrome de Esparta tem como principal “sintoma” a reprodução do *ethos* militar pelos policiais homoafetivos, “fazendo-os criar mecanismos de proteção que justifiquem a apatia na luta pelo reconhecimento de suas identidades, como quando se

afirma o distanciamento entre a vida profissional e a afetiva” (FRANÇA, 2016, p.163).

Tal assertiva é bem perceptível nesta fala de M:

Quando você veste a farda, você se torna macho nem que você não queira, porque é algo que é inerente a farda, já me falaram muito isso “você é outra pessoa quando você tá fardado (...) eu tento fazer o que é o padrão, o que é o certo, o que é legalista, o que tá dentro da lei, o que a própria polícia me ensinou.

Em sua fala, M demonstra que segue os procedimentos “padrões” que são ensinados no Curso de Formação de Soldados e se torna “macho” a partir do momento em que veste a farda. Ele segue o script da performance “policial militar” e zela por sua conduta com o objetivo de se destacar, de conseguir prestígio entre seus pares e seus superiores, de ser reconhecido profissionalmente (MUNIZ, 1999). Isso também pode ser constatado na fala de “T”, que, além de ser policial militar, é professor de literatura portuguesa. Por estar em busca de desafio, decidiu prestar o concurso para ingressar na carreira de policial militar, por acreditar que a atividade policial estava relacionada a possíveis situações de aventura. Ele nasceu em uma família cristã e se decepcionou com a questão da aventura na Polícia. Afirma que é “muito bem quisto” pelos demais policiais militares com quem trabalha e que nunca se compreendeu como homoafetivo porque não concorda com essas nomenclaturas, argumentando que todo mundo é “um em potencial, pois gosta de todo mundo, mas prefere homens”. Teve sua primeira relação homoerótica aos 18 anos e, na época da primeira entrevista, tinha um companheiro, contudo, informalmente, confidenciou-me que havia terminado sua relação. T descreve sua postura como policial militar da seguinte forma:

Minha postura na PM é uma postura profissional, eu acho que o profissional tem que ser técnico, ele tem que usar as habilidades dele a serviço do trabalho que ele desempenha, portanto minha postura na polícia é uma postura igual aos outros, não me vejo diferente. Hoje graças a Deus, eu estava trabalhando na rua, eu pedi pra ir pra reserva de armamento porque eu tô precisando de um tempo pra me dedicar a vida acadêmica e aos estudos, mas aí direto o pessoal que tá na rua diz... volta pra rua eu gostava tanto de você, e era tão bom trabalhar com você. E quando eu estava na rua, era disputado, as guarnições disputavam pra vê com quem eu ia trabalhar porque diz que eu desenvolvo um trabalho sério, eu não tenho o hábito de tá conversando sobre situações de guarnição, e inclusive eles costumam comparar dizem que eu sou muito mais homem do que determinados homens, por conta da minha postura ética de não tá comentando situações de guarnições, o que acontece em guarnições, de por exemplo a gente abordar alguém e eu por exemplo, ter uma abordagem com firmeza, abordar da forma correta, abordar dentro dos padrões da abordagem, não esquecendo nenhuma, nenhum critério de segurança tanto pra guarnição, quanto pra mim e a questão também de agir de acordo com o cliente, normalmente a gente faz uma abordagem ética, baseada na boa educação, mas aí dependendo da resposta e quem é atendido a gente vai avaliando os métodos e passando para métodos mais opressivos, digamos, ou repressivos, não sei qual a palavra melhor pra usar nesse momento, mas é nesse sentido.

Segue a mesma opinião do militar acima, o policial militar “D”, que trabalha em uma unidade operacional do interior da Paraíba, considera-se uma pessoa equilibrada e, “desde criança, teve fases precoces da vida”, sempre procurando “estudar e buscar o que tinha de melhor para sua vida”. Na infância, já havia percebido que era diferente dos outros meninos da sua idade: “Desde que eu me entendi de gente, de ser humano, que tive uma capacidade de raciocínio, de entender o que era o mundo, eu já percebi isso, acho que desde os sete anos, desde que comecei a ter um entendimento do que era vida, de o que era o mundo eu já percebi essa diferença”. Quando perguntado sobre como era sua atuação na instituição militar, respondeu: “Eu me sinto um profissional, eu cumpro com o meu papel, com o meu dever de profissional policial militar, certo? E eu acho que a profissão, independente de qualquer que seja, não tem nada a ver com a sexualidade e com a opção sexual, nada do tipo, então isso não interfere na minha vida não, apesar de ser uma instituição que a gente sabe que tem uma cultura machista, mas, pra mim, é tranquilo”.

Constatamos, com as falas dos policiais militares, que, apesar de sua orientação homoafetiva, eles se consideram “iguais aos outros”, pois se comportam observando o “decoro”, o “pundonor”, a “ética militar”⁵⁰ e cumprem com o seu papel como policiais militares e não rompem com o padrão de masculinidade que é exigido dos membros da instituição. Dessa forma, através da normalização de suas condutas em obediência à norma, esses policiais são corrigidos, transformados, incluídos e, inclusive, “disputados” pelos comandantes das demais guarnições. Por fim, seus colegas de trabalho os caracterizam como “muito mais homens do que determinados homens”, devido às “performances” que reproduzem as características do gênero masculino e o *ethos* militar, independentemente de suas relações homoeróticas. Esses policiais orgulham-se de sua atuação profissional e reproduzem os ditames da hierarquia e da disciplina, marcas distintivas da conduta policial militar, que “consiste em um lugar ritual privilegiado para encenar a aceitação e o orgulho do pertencimento, para exhibir a honra e a distinção não apenas para o mundo externo mas, principalmente, para dentro da própria PM” (MUNIZ, 1999, p. 95). T finaliza sua fala exaltando sua

⁵⁰ “Nessas corporações, a formalização dos regulamentos mantém estreita relação com os valores morais que norteiam a conduta dos PM, o que se traduz no “pundonor policial militar”⁴. Assim como ocorre no Exército, esse aspecto deontológico acaba, pois, por servir de mecanismo cultural para o enaltecimento do *éthos* masculino em detrimento da presença de indivíduos homoafetivos nos seus quadros” (FRANÇA, 2016, p. 159).

conduta diante das situações de risco, em que se utiliza das técnicas e das táticas policiais, dentre elas, quando necessário, o uso progressivo da força. A aprovação e a aceitação da tropa de sua postura podem ser explicadas pelas colocações de Haroche (2013, p. 29):

Os homens devem ser fortes, mais ainda, devem se mostrar fortes. Porém, considerados, ou se considerando como “naturalmente” viris, os homens temem acima de tudo serem descobertos na sua vulnerabilidade, serem reconhecidos na sua impotência. De maneira que a dominação masculina poderia também ser explicada como uma tentativa de dominação da impotência masculina. Alguns homens – em nome de uma virilidade explícita ou implícita – são levados, ou seja, procuram continuamente colocar o outro numa posição de fraqueza, física ou mental, quer se trate da violência – mais psíquica –, da dominação insidiosa, ou da violência física e psíquica das “personalidades autoritárias”.

T relata que, durante o Curso de Formação de Soldados, sofreu muito com perseguições de instrutores e de outros policiais que não aceitavam homoafetivos nas fileiras da PMPB:

Durante o ingresso, eu sofri demais (...) fui muito discriminado, fui vítima de buling. Começou por um dos instrutores da minha turma eu tinha machucado o músculo posterior da perna e ele começava a me forçar a correr e dizia que a turma de soldado, a minha turma (...) tava sofrendo, estava pagando por conta de mim, então tudo era culpa minha. A ponto de um dia eu chagar numa instrução colocar todo mundo sentado e dizer que odiava homossexuais e por ele atiraria no crânio, na testa dos homossexuais. E eu passei um período assim aterrorizado por conta dessa ideia. Eu achava que ele realmente queria me matar.

O repúdio disseminado nas instituições militares às relações homoeróticas serve para reafirmar e manter a coesão da heterossexualidade. O desejo homossexual não é renunciado, mas conservado na instituição para preservar o discurso reprobatório da homossexualidade. Isso decorre do fato de que a virilidade se apresenta como relacional, pois, para que existe, é necessária a presença de uma figura feminina para compor o lado negativo do binarismo hierárquico. Da mesma forma, a heterossexualidade é conceituada diante dos parâmetros ditados pela homossexualidade que lhe dá origem.

Evidentemente isso não é admitido pelas autoridades militares, que buscam impedir as declarações homossexuais, considerando-as equivalentes a atos sexuais. Totem e tabu proporciona a Butler um arcabouço para discutir a metáfora do contágio utilizada nos discursos militares, nos quais as admissões verbais de homossexualidade são vistas como uma doença (SALIH, 2015, p. 155).

Retomemos, então, a figura do indivíduo perigoso e abjeto. A ideia de que o indivíduo homoafetivo é um doente induz à possibilidade do contágio, razão por que é

preciso controlar os que se desvirtuam da norma para que não contaminem os demais membros da tropa. A ideia de vigilância e de controle respalda-se nos dispositivos legais que regularizam as condutas dos policiais militares. O processo de assujeitamento forjador do “bom policial” impõe aos militares estaduais a constante vigilância dos seus atos, “uma espécie de estado existencial de prontidão, jamais perdendo de vista o comprometimento de sempre ‘honrar a farda’ ‘em cada ação realizada’, ‘em cada ideal alcançado’, em suma, ‘em cada exemplo deixado’” (MUNIZ, 1999, p.100). O medo de incorrer em transgressão disciplinar e, conseqüentemente, de violar a moral da caserna coage os policiais a se comportarem de acordo com uma ética policial militar. Junta-se a isso um exercício de vigilância de todos os membros da tropa entre si, fundamentada em regras de condutas informais, nascidas de uma cultura institucional.

Há, pois, um controle e uma tendência à padronização heteronormativa dos policiais que têm orientação homoafetiva e estabelece-se uma fronteira entre “o hegemônico (heterossexualidade) e o subordinado (homossexualidade), um regime que permite definir a si mesmo como hétero em oposição a outro - caricatura ou estereótipo - que sintetiza tudo o que não é nem é desejável que seja (o homossexual)” (COSTA, 2008, p.169). Como mecanismo de integração na “vida na caserna”, os policiais adotam performances

cambiantes que possibilitam ora o encobrimento, ora a divulgação da identidade homossexual. O indivíduo se apropria dessa identidade, uma vez que ela mesma expressa um *lôcus* de regramento sexual pela própria binaridade em que essa identidade é originada e pela contraposição desviante que identifica esse regramento (COSTA, 2008, p. 374).

Nesse sentido, a reprodução da *hexis* militar reafirma os valores que norteiam as condutas dos policiais militares. O gênero performativo modela o indivíduo, e a instituição, com todo o seu aparato jurídico, coage-o a se adequar ao *habitus* militar. No caso da Polícia Militar, a masculinidade é o parâmetro para modelar seus membros posto que a hombridade é fundamental para o bom desempenho das atribuições inerentes à instituição. Ela deve estar, a todo momento, sendo demonstrada e reforçada e só pode ser conseguida “quando se demonstra o que não é, por exemplo, fraco, homossexual, mulherzinha, veadinho, medroso etc.” (OLIVEIRA, 2010, p. 10). Assim, os policiais que têm relações homoeróticas encobrem sua orientação por meio de uma performance que reproduz o binarismo hierarquizante. Isso fica bem claro na fala de T,

que descreve como os policiais militares que trabalham com ele percebem seu relacionamento e sua conduta profissional:

Hoje em dia, eu não sofro nenhum tipo de discriminação. É claro que, às vezes, você tem aquela pessoa que lhe olha meio diferente, mas eu não considero isso uma maneira de discriminação, mas que olham no sentido de não conhecer, de ser alheio a. Porque hoje no batalhão que eu trabalho, (...) todo mundo me aceita, me trata com cordialidade, com companheirismo, são muito gentis comigo, inclusive costumam sempre ressaltar o respeito que tem a mim por eu ter assumido isso sempre e nunca ter escondido de ninguém, já que, segundo uns militares, existem muitos militares que vivem uma vida dupla, ou que se escondem, sem necessidade, que é bem mais fácil ser igual a mim, que hoje sou respeitado, que hoje eu sou aceito, que não tem problema nenhum porque todo mundo sabe da minha opção, da minha postura e da minha vida. Então ninguém questiona isso e até brincam hoje, não brincadeiras maldosas, mas tipo (...) é o “garanhão”, “ele é pegador”, “ele gosta de uns boyzinhos e tal”, e se (...) sabe disso, porque eles chamam (...) meu namorado, mas é tipo aquela situação todos os dias quando eles me veem, em alguma situação, a primeira pergunta que vem é “e aí como é que tá(...)?” “(...) tá viajando?” “você estão bem?”. É como se eu fosse o casal modelo ou me tratasse como um casal realmente de fato que somos. Hoje não tem nenhuma discriminação, que bom, graças a Deus.

O policial constata que, atualmente, sua condição homoafetiva é aceita por seus colegas de trabalho e afirma que eles o tratam com gentileza e cordialidade. Percebe-se, ainda, que o policial é considerado “garanhão”, pois gosta de paquerar os “boyzinhos”. Por último, ele vê seu relacionamento como modelo que segue o padrão igual a qualquer outro relacionamento estabelecido entre heterossexuais. Esse policial segue o script já pré-estabelecido e se comporta de acordo com a construção social inerente ao seu sexo biológico. Isso significa que, apesar de ter relações homoeróticas, ele está no polo ativo da relação, porquanto pertence ao mundo masculino e reproduz essa masculinidade nos diferentes contextos sociais.

A heteronormatividade é um regime de visibilidade, ou seja, um modelo social regulador das formas como as pessoas se relacionam. Em nossos dias, a sociedade até permite, minimamente, por sinal, que as pessoas se relacionam com pessoas do mesmo sexo; portanto, ao menos para alguns estratos sociais privilegiados, já não vivemos mais em pleno domínio de heterossexualidade compulsória. Nas classes médias e altas urbanas, sobretudo metropolitanas, ganhou clara visibilidade e existência de pessoas que se interessam por outras do mesmo sexo. Nesse contexto, não é possível dizer que se nega a elas a homossexualidade, mas a sociedade ainda exige o cumprimento das expectativas com relação ao gênero e a um estilo de vida que mantêm a heterossexualidade como modelo inquestionável para todos/as (MISKOLCI, 2013, p. 45).

Bourdieu (2012), ao compartilhar uma opinião semelhante, quando expõe que a dominação masculina, fundamentada em uma visão androcêntrica legitimadora da divisão dos papéis sociais com base na naturalização das características biológicas –

principalmente, os órgãos genitais – induz os dominados a incorporarem e a reproduzirem a dominação que lhes foi imposta. Assim, “suas percepções estão estruturadas de conformidade com as estruturas mesmas da relação da dominação que lhes é imposta, seus atos de conhecimento são, inevitavelmente, atos de reconhecimento, de submissão” (BOURDIEU, 2012, p. 22). Sobre essa assertiva, observemos a seguinte fala de “T”:

Eu, particularmente, até que mude essa lei, existe uma diretriz para os servidores públicos, então a gente tem uma postura e quem vai para o serviço público, quem vai pra qualquer serviço eu acho que tem que se adequar ao que aquilo pede então acho que não é a instituição que tem que se adequar a mim, não que isso ele vá negar o afeto dele pela outra pessoa do mesmo sexo ou do mesmo gênero. Mas eu acho que tipo... eu acho, eu não consigo entender, por exemplo, uma travesti querendo entrar em uma instituição militar. Eu sei que pode acontecer, mas assim eu acho que é mais por... eu ainda entendo, talvez seja uma postura preconceituosa, entender que isso é “birra” pra implicar, pra tumultuar já que é uma ambiente fechado.

O discurso de T denota que o policial militar deve se adequar às normas institucionais que ditam a postura de um componente da tropa e acha que é inadmissível que um travesti ingresse na instituição, pois causaria um embaraço aos regulamentos, criando uma situação estranha ao padrão institucional. É notório, na fala de T, que, apesar de sua homoafetividade, ele reproduz a heteronormatividade, porque entende que, para ser policial militar, é preciso recusar e reprovar todos os comportamentos efeminados. O ser feminino - mais precisamente, o que é construído socialmente, como o dominado e o passivo - a ideia de mulheres e as ações femininas devem ser excluídos do mundo militar, por serem incompatíveis com a natureza do serviço desempenhado durante a feitura do policiamento ostensivo. O modelo de “ser gay”, na Polícia Militar, é aquele que reproduz o *habitus* militar e a *hexis* que reiteram e reafirmam a masculinidade. O “gay” policial deve ser o “gay bofe”, e não, o “gay bicha”⁵¹, que não deve negar sua condição ativa nas relações sexuais, já que, como penetrador, demonstra seu potencial viril e violento tão necessário para combater o crime e manter a segurança pública e a paz social.

⁵¹ “O homossexual será o passivo dominado frente ao dominador masculino, ou seja, um homem que é penetrado e sujeito ao prazer do macho dominador, nesse sentido, assumindo o papel feminino, um ser, naquele momento, sujeito ao desprezo. Esse contexto, de acordo com Fry (1982), estabelecerá popularmente um modelo “homossexual hierárquico”, constituído pelas figuras da bicha (um verme), ou seja, o passivo, que assume o papel feminino na relação sexual, e o bofe, o macho, cujo papel de penetrador não altera sua figura masculina e nem sua condição de heterossexual” (COSTA, 2008, p.361).

Nesse certame, uma travesti bagunçaria a “ordem natural das coisas”, porque nasceu com o sexo biológico masculino, consequentemente, com o privilégio de dominar. E ao recusar sua posição “natural” no mundo, ele assume a condição de passivo e efeminado, e essa mudança considera “antinatural”, embaraça os regulamentos e faz emergirem as seguintes indagações: “Ele será tratado como ‘homem ou mulher?’”, “Que performática esse indivíduo irá reproduzir na instituição?”. Além disso, a travesti será considerada como traidora “do gênero ao qual ele ou ela pertence ‘naturalmente’”(BORRILLO, 2015, p. 27). Nesse sentido, a feminilidade é uma constante ameaça ao mundo viril militar, e a afirmação da masculinidade está justamente na percepção dos policiais do que se considera como feminino. Por esse mote, a produção da masculinidade “supõe um combate em duas frentes, a fim de conter, marginalizar ou excluir o feminino no interior, mas também no exterior, o que permite ligar a formação e a preservação do eu macho às mais amplas estruturas sociais de controle e de dominação” (FORTH, 2013, p. 172-173).

Assim, considerando tudo o que foi exposto acima, surge a pergunta: “Como é vista a policial militar homoafetiva pelos demais policiais?”. Andrea Shactae (2011), em sua tese intitulada “Farda e batom, arma e saia: a construção da Polícia Militar Feminina no Paraná (1977-2000)”, trata do padrão de comportamento exigido das policiais militares da Polícia Militar do estado do Paraná. Dentre os casos estudados, ela traz um que envolve determinada aluna do Curso de Formação de Soldados Feminino do ano de 1979, contra quem foi instaurada uma sindicância pública, depois de ter sido denunciada por algumas colegas de turma que consideravam seu comportamento incondizente com a instituição, em virtude de sua orientação homoafetiva. Inicialmente, acreditava-se que o motivo que causou a instauração de tal procedimento foi o fato de essa policial ter ido ao banheiro com outra aluna do curso. Isso teria levado três colegas a denunciarem essa conduta à P/2 (seção de investigação da PMPR). Porém, com o decorrer do relato trazido pela autora, constatou-se que foi a seção de investigação que iniciou o procedimento, com base em um episódio ocorrido durante uma instrução de tiro, quando a aluna envolvida posou para uma fotografia em posições e com roupas inadequadas para seu gênero. Juntou-se a isso a informação sobre a orientação sexual e o fato de a aluna viver com uma senhora mais velha que lhe dava dinheiro.

A denúncia da diferença no segundo processo foi realizada por dois documentos, um relatório da Seção da P/2 (seção encarregada de investigar a vida dos agentes da instituição) sobre o comportamento de “alunas

Soldados”⁵⁷⁴ e um documento que o Tenente instrutor da disciplina de Psicologia e Relações Públicas e Humanas encaminhou ao Chefe da Divisão de Ensino do CFAP, informando sobre “comportamento irregular de alunas”⁵⁷⁵, qualificando dessa forma o fato de duas alunas irem juntas ao banheiro. Os dois documentos (datados dos dias 17 e 18 de abril) foram formalidades necessárias para a abertura do processo administrativo. (SCHACTAE, 2011, p 221).

Os documentos apresentados indicavam que a aluna se comportava como um “macho” e que frequentava locais impróprios para policiais militares, portanto, foi classificada como “má companhia”. Ademais, veio à baila a suposta convivência da policial com uma mulher – informação inverídica – e de que “dava em cima” de outras mulheres que passavam na rua. Nesse sentido, a aluna não condizia com o modelo de “mulher honrada” cobrado das policiais militares paranaenses, porque queria assumir o papel do homem na instituição, queria ser o ativo, razão por que a instituição se preocupava em comprovar sua orientação homoafetiva. A aluna do caso citado foi punida com a exclusão da PMPR.

Ao serem consideradas como introdutoras da desonra na instituição elas são punidas com a exclusão, restituindo com essa pena a honra coletiva perdida. Os processos que julgam a honra se constituem uma encenação da honra – da disciplina e hierarquia institucional -, que constrói e reproduz diferenças, bem como estabelecem a homogeneidade – o padrão de comportamento de uma Policial Feminina. Os processos contras as alunas Soldados da turma de 1979 também possibilitam identificar como as mulheres olham para as outras mulheres e as identificam e qualificam, colaborando com a instituição na reprodução de relações de poder de gênero e reforçando as diferenças generificadas. A permanência da legislação é um indicativo que muitas mulheres aceitam o padrão de comportamento feminino estabelecido pela instituição (SCHACTAE, 2011, p 236).

Vejamos a realidade das policiais homoafetivas na PMPB. “V” ingressou na Polícia por ter vislumbrado a oportunidade de um trabalho, mas, com o passar do tempo, “se apaixonou” pela profissão. Ela está próxima de completar os trinta anos de serviço para poder se reformar e, durante grande parte do seu tempo de serviço, atuou na atividade operacional. Desde a mais tenra idade, percebeu-se como homoafetiva, porém sempre teve medo de não ser aceita por seus familiares. Quando ingressou na PMPB, tomou coragem para assumir sua homoafetividade tanto para a família quanto para os outros policiais com os quais trabalhava. Até hoje, a mãe recrimina sua orientação, apesar de aceitar e de morar com ela. V relata um momento de sua vida em que sofreu discriminação por outro militar:

Vou relatar um pequeno, só um pequeno, porque já tive vários, mas eu vou relatar só um pequeno mesmo. Eu tava num PAC (...), de serviço. Chegou a minha irmã que trabalhava na (...) pra esperar lá o ônibus, porque ela morava lá...a parada ficava bem de frente, depois chegou as duas filhas dela, que é

minhas sobrinhas. Aí o cidadão, que é militar, não citarei nome, chamou e disse que eu estava envergonhando e peguei e olhei pra ele e disse: não tô entendendo nada que você quer dizer. Ele quis dizer que eu estava namorando, que eu estava desrespeitando. Aí eu falei pra ele: desrespeitando quem tá é você agora, porque aqui é minha irmã e aqui é minhas duas sobrinhas. Você me desrespeitou, eu falei pra ele e se ele não parasse com isso eu iria denunciá-lo.

É sabido que indivíduos do sexo feminino não são bem aceitos na Polícia Militar, porque a imagem da mulher está associada a fragilidade, fraqueza, sensibilidade e, principalmente, passividade, que conota a incompetência para assumir funções que requeiram ações fortes e corajosas ou uma posição de comando e de liderança. A mulher que apresenta uma orientação sexual desviante da que é imposta a sua condição biológica é considerada como uma ameaça ao “poder do falo”. Uma concorrente que quer tomar o lugar “naturalmente” pertencente ao homem. De maneira geral, “o acesso ao poder, seja ele qual for, coloca as mulheres em situação de *double bind*: se atuam como homens, elas se expõem a perder os atributos obrigatórios da ‘feminilidade’ e põem em questão o direito natural dos homens às posições de poder; se elas agem como mulheres, parecem incapazes e inadaptadas à situação” (BOURDIEU, 2012, p. 84). Nos dias atuais, V ainda sofre com atitudes preconceituosas de alguns superiores, pares e subordinados. Ela relata uma situação recente, em que foi advertida por um superior pelo fato de sua esposa ter levado seu jantar e aguardá-la no alojamento feminino.

A minha esposa veio aqui e trouxe a minha janta, porque não eu não tenho tempo pra trazer, aí trouxe a minha janta aí ela ficou esperando no alojamento, mas o alojamento aberto entendeu? O alojamento aberto pra ninguém confundir que eu não gosto disso aí, eu não gosto de misturar o meu trabalho com a minha vida pessoal e eu tenho casa, não precisa daqui né? Aí nesse mesmo dia que foi, só fiz só jantar e mandei ela embora aí antes dela ir embora, ele veio me chamou aqui, ela escutou só não levou a frente pra delegacia porque eu mandei deixar pra lá, mas ela ia prestar queixa na delegacia, porque ele tava aqui, gritando aqui comigo. Aí que até perguntei: “se fosse a mulher do senhor, de qualquer um o senhor ia levar pra lá

A policial militar acima afirma, também, que as mulheres de outros policiais militares também levam o jantar para seus maridos, porém eles não são repreendidos por essa atitude e que, na OPM em que trabalha, existe um oficial que a trata diferente, em virtude de sua homoafetividade. Ele evita falar com ela, e quando é obrigado a fazê-lo, demonstra certo incômodo. V finaliza dizendo:

Até ainda hoje, sofro preconceito, ainda temos preconceito ainda. Eu acho que nunca vai deixar de existir esse preconceito. E na minha instituição existe um bocado, embora que são muitos que não gostam de mulheres na

polícia, imagine mulher homossexual aí é que eles detestam, fazem de tudo pra derrubar. Mas eu levo... ego a cabeça pra cima, confio em Deus, minha família aceita é o que vale é minha mãe, o resto vou pra frente e(...) isso nunca vai deixar de existir, então não vou deixar de viver a minha vida por causa de ninguém não.

“N” é uma policial militar que atualmente está passando por um Curso de Formação. Ela nasceu em uma cidade do interior da Paraíba. Seus pais se divorciaram quando ela tinha sete anos de idade. A mãe é professora, e o pai é semianalfabeto. Desde muito cedo, trabalhava no restaurante da família ajudando os pais. Compreendeu-se como homoafetiva por volta dos vinte anos de idade, quando havia terminado um relacionamento. Segundo afirmou, foi por curiosidade. Ela confidenciou que, quando bebia, começava a “olhar as meninas de forma diferente”. N sempre almejou ingressar na Polícia Militar e considera isso como “uma realização pessoal incrível”. Relatando sobre o Curso de Formação de Soldados, ela fala o seguinte:

Quando eu entrei no curso de soldado eu tinha muito medo das pessoas descobrirem que eu era gay, porque...principalmente com relação ao alojamento é... eu ficava com medo das meninas terem um certo receio de eu vê-las despidas é sei lá alguma coisa do tipo. Então durante o período do curso eu nunca cheguei pra ninguém lá pra falar que eu era gay ao contrário, o fazia até linha com um amigo meu, todo mundo lá sabia que eu namorava um carinha entendeu. Então assim, eu tinha medo disso, muito medo de ser mal interpretada. Então por essa razão eu não tive nenhum tipo de preconceito não. Tinha um menino na minha sala que ele por vezes, ficava meio que digamos assim, me insultando me chamando de “ela sapatão”, porque tinha um jeito enérgico demais em sala, ele sempre assim... vibrando demais é... fazendo coisas que os meninos também faziam e querendo ou não, quando eu colocava a farda e até hoje quando eu coloco a farda meio que eu me transformo é... eu visto é...uma... eu mudo o meu jeito fico um pouco mais masculino, digamos assim, mas por uma questão de autodefesa não que eu curta é... o fato de ser machinho ou alguma coisa do tipo, ao contrário na minha, na minha vida diária assim, fora dos quartéis, na minha vida social eu gosto, eu gosto de me vestir como mulher, eu gosto de ser “menina” (risos), entendeu. Mas eu te confesso que eu mudo um pouquinho quando eu coloco a farda, eu fico um pouquinho mais fechadinha então por essa razão é algumas vezes ele usou dessa palavrinha pesada aí que eu não curtinha muito não, mas daí o pessoal ficava completamente em dúvida porque eu tinha um namorado entendeu.

A policial revela que, durante o curso, escondeu sua homoafetividade, porque temia que as s colegas de turma ficassem com receio de conviver com ela. N se adequou ao padrão heteronormativo por não saber como sua homoafetividade seria recepcionada pelas outras policiais. Contudo, por ter traços considerados masculinos, foi denominada de “sapatão”, um termo que, de forma preconceituosa, designa as mulheres homoafetivas. Nota-se, aqui, que o abjeto se refere ao que foi “apelidado do corpo, descartado como excremento, tornado literalmente ‘Outro’. Parece uma expulsão de

elementos estranhos, mas é precisamente através dessa expulsão que o estranho se estabelece” (BUTLER, 2003, p. 191). Ela completa dizendo que, quando veste a farda, masculiniza-se como forma de autodefesa, e não, porque gosta de ser masculina. Quando está longe de suas atividades laborais ou em seus períodos de folga, gosta de “ser menina”.

A fala dessa policial denota que as mulheres integrantes da Polícia Militar reproduzem os atos performáticos que condizem com seu sexo, pois a virilização feminina representa um risco em duas vertentes: a primeira, quando as mulheres ameaçam “usurpar” o lugar dos homens tanto nas posições de comando quanto na “cama das outras mulheres”; e a segunda seria a feminização dos aspectos viris da corporação. Em consonância com as ideias de Butler (2002, p.47, tradução nossa), “a dimensão ‘performativa’ da construção é precisamente a reiteração forçada das normas”. A partir do momento em que N se masculiniza, ela retorna à lógica heteronormativa e reproduz a heterossexualidade compulsória, visando a uma “autodefesa”.

O binarismo de, por um lado a homossexualidade masculina feminizada, e por outro, a homossexualidade feminina masculinizada, se produz como o espectro restritivo que constitui os limites demarcadores do intercâmbio simbólico. É importante assinalar que, esses são espectros produzidos *por* esse simbolismo como seu exterior ameaçador como um modo de salvaguardar sua permanente hegemonia. (BUTLER, 2002, p. 157, tradução nossa)

N tornou pública sua homoafetividade nas fileiras da instituição por ter sido vítima de um boato. Espalhou-se pela OPM onde trabalhava que estava tendo relações sexuais com um oficial, e para desmentir tal fato, ela contou ao seu comandante que era casada com uma mulher e que gostava dela. Confidenciou que, ao se assumir publicamente, sentiu um alívio por poder mostrar quem era de verdade e que, depois que os outros integrantes da OPM em que era lotada souberam de sua homoafetividade, não sofreu preconceito por parte das outras companheiras de trabalho e, até o presente momento, não passou por situações discriminatórias. Porém já recebeu uma cantada, como a do tipo “tinha a fantasia de sair com duas mulheres”. Ela afirma que tem “jogo de cintura” para lidar com o assédio de outros policiais militares desejosos de viver a “fantasia sexual” de manter relações sexuais com duas mulheres. Isso reflete a

misoginia que, ao transformar a sexualidade feminina em um instrumento do desejo masculino, torna impensável as relações erótico-afetivas entre mulheres. A iconografia pornográfica heterossexual ilustra perfeitamente essa realidade: os jogos sexuais entre mulheres que elas deem a impressão de ter prazer, o desfecho do espetáculo sexual é sempre protagonizado pela penetração e pela ejaculação do homem. (BORRILLO, 2015, p. 29)

Os casos citados – da policial militar paranaense e das policiais militares paraibanas – nos levam a concluir que o ingresso das mulheres na Polícia Militar deveria seguir determinado padrão, segundo o qual elas continuariam assumindo atribuições correspondentes a atividades típicas do seu sexo, comportando-se como “honradas”, e, em nenhuma hipótese, poderiam equiparar-se ao homem e assumir o lugar dele, seja nas relações profissionais, seja nas afetivas. Daí advém o duplo risco que as policiais homoafetivas representam para a Corporação, já exposto no parágrafo anterior.

A virilidade das mulheres continua a causar medo. Ela desencadeia quase automaticamente um julgamento estético e moral negativo. Uma jogada de tênis como Amélie Mauresmo, por exemplo, pagou um preço por isso. Não é sem hesitação que se dá um uniforme as mulheres que entram para a polícia ou para o exército. É preciso permanecer “mulher”, “assumir a sua feminilidade de” como se se tratasse de um já aí evidente e obrigatório, tal como se entende ainda hoje (BARD, 2013, p. 151-152).

Depois de todas as discussões realizadas neste capítulo, concluímos que a Polícia Militar é uma instituição disciplinar que tem o objetivo de forjar profissionais capacitados a prevenir e a reprimir crimes. Para tanto, é necessário afirmar e reproduzir comportamentos masculinizados, que só podem ser identificados por aquilo que não são, ou seja, trejeitos afeminados, fragilizados, medrosos etc. Dessa feita, qualquer conduta que desvie da norma é considerada abjeta.

Por esse mote, os indivíduos que têm relações homoafetivas recorrem a performances para poder se integrar na vida no *intra* muro da caserna. Observando os argumentos de Butler, esses policiais estilizam os seus corpos para reafirmar uma heteronormatividade que regula a identidade homoafetiva que visam encobrir. Eles seguem um script pré-determinado que os constitui e os posiciona como sujeitos diante dos demais membros da instituição. Entretanto, podemos identificar algumas resistências à norma heterossexual que emerge das fissuras presentes nas relações de poder. São os contrapontos à masculinidade que permeiam a vida na caserna, quando ela é substantiva para paródias e contestações das regras institucionais. Então, onde e como são visíveis essas resistências ao poder heteronormativo nos quartéis da PMPB?

3.2 “Tem um artista entrando na Polícia”

*Alguma reclamação para fazer
com coragem
Muito astuto assoar o interlúdio
Sustentando sofrimento para o
jogo de humor
Parado fora para ser renovado.
(Red Hot Chili Peppers)⁵²*

“E. M.” é o artista que ingressou na PMPB. Ele é um ativista cultural. Até os seis anos de idade, foi criado pelos avós. Os pais se separaram quando a mãe fugiu para o estado do Rio de Janeiro, porque “não aguentava sofrer mais com seu pai”, que violentou sexualmente sua irmã mais nova. E. M., então, denunciou seu pai, que foi preso. Ao saber disso, a mãe de E.M. retornou à Paraíba para buscá-lo e seus irmãos. No Rio de Janeiro, um senhor conhecido como Zé do Norte acolheu E.M. e sua família e os conduziu até a casa do Sr. Sebastião Luiz de França, que “ajudava todos os nordestinos. E lá foi onde a gente começou a trabalhar pra ele, verdadeiramente, era um serviço escravo, só pela comida e dormida”. Eles tiveram a oportunidade de estudar, e o Sr. Sebastião construiu um “barraco na favela” onde E. M. foi morar com sua mãe e seus irmãos. Depois de adulto, E.M. retornou ao estado da Paraíba, quando conheceu a atual esposa. Seu maior sonho era servir ao Exército brasileiro. Ainda chegou a prestar serviço ao Exército, mas não conseguir permanecer, pois não havia vagas suficientes naquela força armada. Fez duas vezes a prova para entrar na PMPB e conseguiu ser aprovado na segunda tentativa. E.M. afirma que, como foi criado com a avó, ela o tratava de forma diferente. Além disso, preferia brincar com meninas. Segundo relatou, ele “tinha certa depressão de tá com meninos, esse negócio de jogar bola essas coisas, eu tinha medo dessas coisas, eu sempre fui mais próximo as meninas”. Passou três anos sendo evangélico, até que, certo dia, envolveu-se com um primo. É casado há trinta e um anos e tem uma filha e uma neta. Ele confidenciou que sente desejos por mulher, porém ainda mantém outros relacionamentos homoafetivos extraconjugalmente, que são de conhecimento de sua esposa. Inicialmente, não revelou suas relações homoeróticas na PMPB, pois era casado, evangélico e não se compreendia como homoerótico. Passou por uma situação discriminatória quando foi confundido com uma *drag queen*:

Eu terminei em 1990 o segundo grau e em 1992 pra minha honra eu passei num concurso público, mas tive uma dificuldade no corpo de aluno quando

⁵² Trecho retirado da música “Tell me baby”, da banda norte-americana de rock alternativo “Red Hot Chili Peppers”.

eu fui chamado, uma sargento com nome de (...) veio dizer que eu tava fazendo show numa boate gay. E eu naquela idade nunca tinha entrado numa boate gay, então eu disse que ela tava errada. Eu já era artista, e esse dom vem desde criança. Ela disse no corpo de aluno que já tinha visto eu fazendo show “drag” em boate gay. Eu disse a ela que nunca tinha entrado numa boate gay, então ela não viu eu fazendo show e depois, no outro dia eu pedi pra trazer meus certificados, meu histórico, meu currículo mostrei tudinho lá, recorte de jornais revistas de entrevistas, diplomas de quando eu tinha ação global de tantas coisas que eu passei já. Fui figurante da novela “Dona beija” da antiga “TV Manchete”. Aí eu dizia pra ele o meu currículo. Eu disse olhe “tem um artista entrando na polícia senão puder vocês me digam, mas o que ela tá dizendo aí eu nunca fiz não”. Até que ela lembrou do personagem “Tetê Espínola” que ela disse que viu eu fazendo. Aí eu só tinha feito “Tetê Espínola” uma vez que foi na “Festa das Neves” no programa é... de “J Ferreira”. Eu fui calouro do mês imitando “Latino” venci aí fui pra final. Aí na final só eram quatro calouros da semana pra uma final que foi na “Festa das Neves”. Eu acho que ela devia tá de serviço lá, aí ela viu eu fazendo lá.

E.M. só expôs seus desejos homoeróticos por volta dos 24 anos de idade, apesar de ter se envolvido com um primo aos 12 e aos 18 anos. Ele nos conta o episódio que o levou a revelar suas experiências homoeróticas e todas as implicações que isso trouxe para sua vida, inclusive uma tentativa de suicídio:

Foi quando houve um acidente comigo, porque eu conheci um rapaz na caravana “Show da Xuxa no Nordeste”, e qual despertou, foi ele que me despertou mais pra esse lado, porque de tudo rolava entre nós dois e eu me aproximei dele por cinco anos. Só que teve um atrito, nós fomos a cidade de Solidade pra uma apresentação na caravana é...a janta lá não era do nosso agrado, eu tava com dinheiro e a gente foi, saiu pra ir jantar e a gente juntou na rodoviária, só que a gente não quis passar pela frente do colégio onde tava todo mundo hospedado, porque é...os demais iam vê e ia querer seguir a gente. Então a gente veio por trás e pulou o muro e como tinha um pessoal dentro do ônibus (...) disse que a gente tava pulando o muro da escola, mas eles não sabiam o porquê (...). Mas Deus é testemunha, é...não houve nada dessa coisas, que eu não era nenhum doido de tá praticando essas coisas em lugares inadequados. Eu mostrei que não foi (...). Aí veio essa coisa, começou aquela pressão, começaram a dizer coisas, eu com medo do meu casamento, na época eu trabalhava com o comandante geral e... foi muita pressão e não foi por causa do rapaz, eu tentei suicídio, mas não foi por causa dele, foi por causa da pressão que as pessoas tavam me pressionando e principalmente, meu sogro.

E.M. tentou suicídio por causa das consequências que a revelação de suas experiências trouxe para sua vida e para as das demais pessoas presentes em seu convívio social. Ele teve uma discussão com o sogro e tentou se suicidar. Para Borrillo (2015), o indivíduo que sente desejo sexual por outro do mesmo sexo sofre sozinho com as dúvidas e as angústias associadas ao seu desejo “sem qualquer apoio das pessoas à sua volta e, muitas vezes, em um ambiente familiar também hostil. Ele é mais facilmente vítima de uma aversão a si mesmo e de uma violência interiorizada, suscetíveis de lavá-lo até o suicídio” (BORRILLO, 2015, p. 40). E.M. disse que, depois

desse fato, não sofreu mais por causa de suas experiências homoeróticas e deixa bem claro que não sabe enquadrar seu desejo sexual nas classificações oferecidas pela linguagem, pois entende que não existe um padrão fixo generificado correspondente ao seu desejo:

Ainda não me descobrir, não sei se me caso ou se dou pra “quenga” (risos). Tipo assim eu não sei verdadeiramente o que eu sou, porque hoje a maioria dos...das pessoas que curte isso são mais gay do que a própria pessoa, independe da ocasião. Muitos não têm coragem de encarar e dizer: “eu sou”. Na verdade eu acho que tudo vale da experiência, porque na minha visão, tô falando por mim, eu acho que todo mundo curte, eu acho que todo mundo curte, porque se passa um cara na rua ele solta piada, mas quando ele tá sozinho conversando com o cara basta ele querer ir pra uma festa, querer uma coisa pronto... eu acho que a prostituição tá na mente de cada ser humano, agora cada um deve se prevenir porque um dia eu tava numa palestra e o médico disse que isso era uma doença é... e se é doença porque não existe cura? Eu nunca vi cura, por mais que digam que aceitou o evangelho, que não sei o que, mas ele faz, mais cedo ou mais tarde ele faz, escondidinho, mas faz, mas não tem coragem de dizer, entendeu.

E.M representa os questionamentos a respeito de suas experiências sexuais de forma irônica, ao dizer: “Não sei se me caso ou se dou pra ‘quenga’” e emprega seus dons humorísticos para, como diz a epígrafe deste tópico, ter coragem de contestar a ordem e burlar o sofrimento com bom humor. E.M. realiza shows de “chirumba”⁵³ solicitados por alguns comandantes de OPM, comenta que a “polícia de hoje é outra” e defende que houve mudanças nas normas institucionais, porém confidencia: “Tem uns que entende. Certo dia, eu fiz a “Xuxa Preta” pra o dia das crianças (...) aí, quando eu tava saindo, eu vi a guarda soltar uma piada pra mim: ‘É... a polícia mudou muito. Um militar vestido de chirumba dentro do quartel’. Aí eu disse: ‘A polícia mudou, só o que falta mudar é o seu pensamento, é você’”. E. M. é *queer* no momento em que brinca com os conceitos, com os enquadramentos, com os insultos e os preconceitos dirigidos a eles. Vemos, em suas atitudes, “uma prática resignificante pela qual o poder de condenação da palavra “queer” é revertida para sancionar oposição aos termos de legitimidade sexual” (BUTLER, 2002, p. 325, tradução nossa).

E.M não se considera uma “travestir”, inclusive recrimina os homens que se travestem e baseia seus argumentos em passagens da bíblia cristã. Todavia rechaça os padrões heteronormativos quando se recusa a enquadrar seu desejo em uma taxonomia sexual. Também parodia sua condição de policial militar viril, forte e masculinizado, ao fazer shows de humor dentro dos quartéis da PMPB. Ele diz que já foi contratado

⁵³ Segundo o entrevistado, “chirumba” é uma apresentação artística em que os atores parodiam personagens conhecidos do “show business”.

para fazer shows pelos próprios comandantes de várias unidades operacionais, reproduz ideias de um gênero performático e resiste a determinados valores buscando em sua arte uma forma diferente de existir.

O “eu” que se oporia à sua construção sempre parte de algum modo dessa construção para articular sua oposição, ademais, o “eu” obtém em parte o que se chama sua “capacidade de ação” pelo feito mesmo de estar implicado nas relações mesmas de poder as quais pretende se opor. Em consequência, estar implicado nas relações de poder ou, mais precisamente, estar capacitado pelas relações de poder as que o “eu” se opõe não é algo que pode se reduzir as formas já existentes de tais relações (BUTLER, 2002, p. 181).

Encontramos outros momentos de resistência nos comportamentos do policial M, cuja trajetória de vida foi exposta no item anterior. M é um militante LGBTT, com posicionamentos políticos voltados para uma ideologia “de esquerda”, e defensor dos direitos humanos. Ele afirma que provoca muitos debates sobre esses pontos durante sua formação e evidencia sua orientação de homoafetivo continuando na militância LGBTT. Relatou um episódio em que revelou seu desejo de, em sua formatura, realizada depois do término do curso de soldados, “descer as escadas com a bandeira LGBT”:

Já que eu vou participar, se for pra descer as escadas, eu vou descer as escadas com a bandeira LGBT, tendo orgulho de quem eu sou e da minha classe que me trouxe até aqui, através dessa luta que me empoderou a chegar aqui. Se não fosse aquelas pessoas que levam nome de “veado” de “bicha” de “gay” que dão a cara a tapa, as travestis (...) a superior do corpo de alunos me chamou pra conversar que estória era essa que eu tava dizendo nos pelotões que se fosse pra participar da formatura, eu ia descer com a bandeira LGBT, se eu tava louco, se eu tava surtando, se eu queria ser punido, se eu queria é... ficar preso que eu ia desonrar a classe, a instituição, que isso não era admitido, que eu tava em que planeta que tava pensando uma coisa dessa. Aí mais uma vez fui calado.

A resistência de M está em demonstrar que existem “gays militantes” na tropa. Ele desmistifica a ideia de que a polícia militar é composta somente de homens viris, másculos, fortes, heterossexuais e que reproduzam a *hexis* militar. Essa atitude de M foi extremamente temida por seus comandantes, porque, ao descer com a bandeira LGBT, ele denunciaria as falhas no sistema militar e traria à tona o ocultamento da normalização do *habitus* militar. As disciplinas, como formadoras de sujeitos úteis ao sistema capitalista, que encontra nos quartéis militares o molde do homem perfeito para atender aos seus anseios, deparam-se com a ameaça trazida pela suspeita da “abjeção” entre os componentes da tropa. A presença de um gay é a prova de que o “molde”

falhou. Disso advém a preocupação dos superiores de M em não permitir e ameaçá-lo com punição, caso ele tomasse tal atitude.

O homossexual é ainda frequentemente percebido como um homem “fracassado”, aquele que falhou nos testes da virilidade. Importaria, portanto, para “ser um homem”, não parecer ou agir de modo a deixar pensar que se poderia ser homossexual. As injúrias tais como “bicha”, “sodomizado” (enculé), correntemente usado, funcionam assim como chamamentos à ordem de uma obrigação de virilidade, que é também uma obrigação de heterossexualidade (TAMAGNE, 2013, p. 425).

E. M. e M. parodiam os gêneros e deixam claras suas instabilidades, seu “devir”. Eles compactuam com a “repetição estilizada de atos”, característica dos gêneros performáticos, mas representam a resistência a esse mesmo gênero performático, brincando e embaraçando as normas institucionais nas brechas e nas fissuras deixadas por elas, já que “é precisamente nas relações arbitrárias entre esses atos que se encontram as possibilidades da incapacidade de repetir, numa deformidade, ou numa repetição parodística que denuncie o efeito fantasístico da identidade permanente como uma construção politicamente tênue” (BUTLER, 2003, p. 201). Assim, serão nossas últimas personagens possíveis caricaturas ou a performance, por excelência, do rizoma do não lugar do desejo? De outro modo, em todo o nosso texto, tentamos também nos desconstruirmos e pensar sobre as experiências repartidas pelos coautores de modo que nos levassem à seguinte indagação: “Há necessidade de enquadramentos?” Que venham mais rizomas como *coturnos rosas e ordem unida!*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O poder é, por excelência, macho. Tal frase define bem a dominação do mundo pelo “ser masculino”, quando se estabeleceu a relação entre as interações sociais e as sexuais, em que os polos ativo e passivo geram os binarismos que criam as “generificações”. Assim, todos aqueles que estão numa condição de passividade serão dominados pelos indivíduos que estão no polo ativo. Essa é a razão por que a mulher é inferiorizada, e todos os que apresentam trejeitos femininos - visto que ficam “por baixo” - “são penetrados” durante a relação sexual. O falo é o símbolo da dominação masculina e a masculinidade impõe o *ethos* e a *hexis* que estilizam os corpos de acordo com o padrão de virilidade necessário ao momento histórico vivido.

A queda do feudalismo e a formação dos Estados nacionais iniciaram um processo civilizador que teve como consequência a contenção das pulsões, dos desejos e das paixões humanas. A virilidade, alicerçada na força física e na rudeza das condutas, passou a ser expressa pelas regras de etiqueta e pelo trato social. Com o fim do sistema de vassalagem, os antigos integrantes da cavalaria começaram a vender seus serviços aos senhores das famílias mais ricas, que resistiram ao momento de transição dos feudos para a organização estatal em torno de uma figura central: o monarca. Essa nova relação social exigiu que os cavaleiros modelassem seus comportamentos e deixassem de lado a vida de pilhagens, duelos e bebedeiras nas tavernas. Nesse momento, a formação da aristocracia e da sociedade de corte surgiu para legitimar o poder do rei e controlar a ascensão de uma nova classe social: a burguesia. Os jogos de poder e de privilégios entre a classe nobre e a classe mercantil caracterizaram o sistema absolutista e garantiram a manutenção do monarca no poder, pois ele passou a mediar os conflitos entre as duas classes. Nesse contexto, o duelo foi substituído pela “diplomacia”, e todos da Corte passaram a praticar a vigilância de suas condutas e das dos demais nobres.

Com a formação dos Estados nacionais, o Estado passa a ser responsável pelo uso da violência, que será direcionado para a defesa da soberania estatal. Os exércitos fazem surgir uma virilidade baseada na contenção das pulsões, pois os comportamentos violentos só serão permitidos em tempo de guerras e em conflitos civis. Em tempo de paz, as práticas esportivas auxiliaram a regular as condutas viris. Assim, o Exército cria o molde-padrão da masculinidade, que deverá ser copiado por todos os que desejam se tornar “verdadeiros homens”. Tudo o que representa o feminino e sua passividade nata

será excluído do mundo viril e passará a ser parâmetro para o conceito da própria masculinidade.

Nessa perspectiva, a homoafetividade migra da condição de pecado para a de hermafroditismo da alma, e a prática psiquiátrica se apropria de tal figura, legitimando discursos sobre a origem, a explicação e a cura para a homoafetividade no saber médico. Esse poder-saber constitui o sujeito moderno, aquém é imposta uma identidade que não pode se desviar da normalidade, sob pena de uma sanção corretiva. Vigiar e corrigir os desvios são funções exercidas pelas instituições disciplinares. A educação das crianças volta-se para a divisão dos mundos entre meninos e meninas. Nesse contexto, cabe à família nuclear burguesa o papel de iniciar o processo de formação dos “filhos da pátria” que será finalizada nos quartéis dos exércitos.

As instituições jurídicas e médicas, juntamente com os saberes que legitimam suas atuações sociais, influenciaram a formação das elites republicanas brasileiras. Como colônia de um país europeu - Portugal, os intelectuais do Brasil importaram as ideias europeias eugenistas no momento de mudança da monarquia para a República. A abolição da escravidão criou um problema por gerar uma massa de desempregados composta de negros libertos. A figura do negro representava o atraso e ameaçava os interesses republicanos, segundo uma visão elitista branca, patriarcalista, cristã, machista e heteronormativa. Assim, iniciou-se uma agenda de branqueamento social, com a imigração de europeus brancos, principalmente para trabalhar nas lavouras cafeeiras. Assim como na Europa, o Exército brasileiro era o lugar onde se formariam “os verdadeiros homens”, responsáveis pela “ordem” e pelo “progresso” da nação.

Herdeira dos valores dos exércitos e na condição de força auxiliar deles, a Polícia Militar é uma típica instituição disciplinar, cujos pilares organizacionais são a hierarquia e a disciplina. Sua missão, segundo a Constituição Federal de 1988, era de fazer o policiamento ostensivo, para prevenir o cometimento de crimes e manter a ordem pública. Para exercer suas atribuições, os policiais militares assumem posturas virilizadas que só podem ser identificados por aquilo que não são, ou seja, trejeitos afeminados, fragilizados, medrosos etc. Dessa feita, qualquer conduta que desvie da norma é considerada anormal, pois o *habitus* militar tem como elemento fundamental a masculinidade, que estiliza os corpos dos militares estaduais conforme o *ethos* guerreiro e a *héxis* militar.

Nessa instituição, não há espaço para a figura do feminino, seja ela mulher ou os policiais homoafetivos com conduta do “gay bicha”, ou seja, com trejeitos efeminados que violam o padrão de masculinidade imposto pela instituição. Para pertencer aos quadros da PMPB, o indivíduo homoafetivo precisa se adequar ao padrão de “gay e lésbica” exigido pela corporação - o que reproduz a heteronormatividade. Todos aqueles que vão de encontro a essa premissa estarão passíveis de ser punidos formalmente por ferir o “decoro”, a “ética” e o “pundonor” militar e sofrem sanções informais advindas da cultura da caserna, que privilegia valores heterossexistas, misóginos e homofóbicos. Cria-se, então, uma celeuma jurídica, visto que as normas que regem os direitos fundamentais dos policiais homoafetivos colidem com as normas institucionais, muitas das quais não foram recepcionadas pela Constituição Federal de 1988, porém continuam em vigência.

Por esse mote, os indivíduos que têm relações homoafetivas recorrem a performances para se integrar à vida no *intra* muro da caserna. Os policiais estilizam os seus corpos para reafirmar uma heteronormatividade que regula a identidade homoafetiva que visam encobrir. Eles seguem um script pré-determinado que os constitui e os posiciona como sujeitos diante dos demais membros da instituição, adequando-se a uma masculinidade compulsória, seja no desempenho de suas funções, seja nos seus relacionamentos afetivos. O binário ativo/passivo caracteriza as relações afetivas desses policiais, que chegam a reproduzir comportamentos característicos das relações heterossexuais.

Ressalte-se, entretanto, que algumas resistências a essa masculinidade compulsória podem ser observadas nos quartéis da PMPB. Policiais que não classificam seu desejo segundo as “taxonomias da sexualidade”, que brincam com as generificações da conduta, que parodiam os valores viris e militam nos movimentos LGBTTs representam uma resistência à heteronormatividade e ao molde institucional do “homem macho por excelência”. Esses policiais militares denunciam as falhas no sistema e mostram como os gêneros são performáticos e construções sociais naturalizadas. Eles representam o “devir”, a fluidez das identidades e a quebra do sujeito cartesiano, o rizoma que desconstrói conceitos legitimadores de fobias com os indivíduos colocados à margem social. Muito mais do que uma mera paródia sobre a virilidade compulsória, “o coturno rosa e a ordem unida” é uma expressão que

demonstra como a figura do feminino é associada a passividade, fragilidade e incompetência para exercer a função policial militar.

Durante a realização das entrevistas e como tenente da PMPB, foi impossível não me identificar com o teor dos discursos relatados pelos policiais homoafetivos. Compartilhei do sentimento de angústia, de revolta, de indignação e de descontentamento ao saber que, por mais que nos esforcemos, dificilmente conseguiremos reconhecimento profissional pelo fato de não nos adequarmos ao padrão de policial militar exigido pela instituição. Foram muitas as chacotas, as brincadeiras e os comentários irônicos direcionados a mim por estar escrevendo uma dissertação de Mestrado sobre os policiais homoafetivos. Contudo, a possibilidade de dar voz a esses coautores, de proporcionar o debate sobre um tema “tabu” e de desconstruir conceitos normalizantes compensa todo o esforço direcionado a esta pesquisa.

Acredito que a produção científica tem uma função social, e poder impulsionar mudanças é fundamental, principalmente em tempos de pânico social que estamos vivendo atualmente. Foi imensamente gratificante realizar esta pesquisa, tanto no que diz respeito ao aspecto acadêmico quanto ao pessoal. Nesse contexto, ressalto a importância de todos os policiais militares entrevistados que confiaram tantos episódios de suas vidas para o desenvolvimento desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Nordestino: a invenção do falo*. Uma História Do Gênero Masculino (1920-1940). 2 ed. São Paulo: Intermeios, 2013.

ANDRADE, Nayhara Hellena Pereira; FRANÇA, Fábio Gomes de. *Polícia Militar, Homossexualidade e Preconceito: Um Estudo Sobre a Efetividade Jurídica e a Profissão Policial*. In: FRANÇA, Fábio Gomes; Santos, Carlos Eduardo Batista dos (orgs.). *Estudos em Segurança Pública: Direitos Humanos, Polícia e Violência*. João Pessoa: Ideia, 2015. 241-263.

ANDRADE, Nayhara Hellena Pereira; França, Fábio Gomes de. *Entre documentos, saberes e poderes: A construção da subjetividade policial militar in Seminário Internacional Sociologia e Política: Instituição Democrática na América Latina*, nº 7, 2016, Curitiba-PR. Anais. pp 01-15. Disponível em < http://e-democracia.com.br/sociologia/anais_2016/pdf/GT03-105.pdf > Acessado em 04dez2016

ARRUDA, Roldão; FIGUEIREDO, Fernando Alcântara de. *Soldados não choram: A vida de um casal homossexual no Exército Brasileiro*. São Paulo: Globo, 2008.

ATÁSSIO, Aline Prado. *A formação profissional dos militares e a lógica da distinção hierárquica*. Saberes em perspectivas, Jequié, v. 5, n. 11, pp. 25-36, Jan/Abril de 2015. e-ISSN 2237-7891

BARD, Christine. *A virilidade no espelho das mulheres*. In: CORBIN, Alan et al. *História da Virilidade: 3. A virilidade em crise? Século XX-XXI*. Petrópolis: Vozes, 2013.

BAUBÉROT, Arnaud. *Não se nasce viril, torna-se viril*. In: CORBIN, Alan et al. *História da Virilidade: 3. A virilidade em crise? Século XX-XXI*. Petrópolis: Vozes, 2013.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BENÍTEZ, María Elvira Díaz-. *Posições Políticas: A exuberante fama de país sensual esconde em seus bastidores desigualdade de raça, classe e gênero*. Revista de História da Biblioteca Nacional, ano 8, n. 93, pp. 32-34, Junho de 2013. ISSN 1808-4001.

BERTAUD, Jean-Paul. *O exército e o brevê de virilidade*. In: CORBIN, Alan et al. *História da Virilidade: 2. O triunfo da virilidade o século XIX*. Petrópolis: Vozes, 2013.

_____. *A virilidade militar*. CORBIN, Alan et al. *História da Virilidade: 2. O triunfo da virilidade o século XIX*. Petrópolis: Vozes, 2013.

BIET, Christian. *Confusão de gênero e experiência teatral*. In: CORBIN, Alan et al. *História da Virilidade: 1. A invenção da virilidade da Antiguidade às Luzes*. Petrópolis: Vozes, 2013.

BONAVIDES, Paulo. *Ciência Política*. 13 ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

BORRILLO, Daniel. *Homofobia: História e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOZON, Michel. *Sociologia da Sexualidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível: <http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/artigobd.asp?item=%201359> Acessado em 16maio2016.

BURKE, Marc. *Identities and disclosures: The case of Lesbian and gay police officers*. Disponível em <www.brown.uk.br> Acessado em 01fev2017.

BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan: Sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”*. 1 ed. Buenos Aires: Paidós, 2002

_____. *Problemas de Gênero: Feminino e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

_____. *Deshacer el Género*. Editorial: Paidós Iberica, 2006.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *A presença do autor e a pós-modernidade em antropologia*. Novos Estudos, n. 21, pp. 133-157, Julho de 1988.

CHERNEY, Adrian. *Gay and lesbian issues in policing*. Current issues in criminal, v. 11, n. 1, pp. 35-52, July/1999. Disponível em:<
file:///C:/Users/Nayhara%20Hellena/Downloads/13-1.pdf>. Acesso em 23nov2016.

CICOUREI, Aaron. *Teoria e método em pesquisa de campo*. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar. *Desvendando Máscaras Sociais*. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora.

COMPARATO, Fábio Konder. *A Afirmação Histórica Dos Direitos Humanos*. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CORBIN, Alain. *A obrigação da virilidade, fonte de ansiedade e angústia*. In: CORBIN, Alan et al. *História da Virilidade: 2. O triunfo da virilidade o século XIX*. Petrópolis: Vozes, 2013.

COSTA, Benhur Pinos da. *A contradição na condição homossexual: a diversidade homoerótica e a emergência de microterritorializações*. SERPA, Ângelo. (Org). *Espaços Culturais: vivências, imigrações e representações*. Salvador, EDUFBA, 2008. E-Book. Disponível :<<http://static.sielo.org/scielobooks/bk/pdf/serpa-9788523211899.pdf>> Acessado em 23junho2016.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo: Ensaio sobre a noção e poluição e tabu*. Rio de Janeiro: LTDA, 2010.

DRÉVILLON, Hervé. *Do guerreiro ao militar*. In: CORBIN, Alan et al. *História da Virilidade: 1. A invenção da virilidade da Antiguidade às Luzes*. Petrópolis: Vozes, 2013

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes*. Vol. 1. Brasil: Zahar, 1990.

_____. *O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização*. Vol. 2. Brasil: Zahar, 1993.

_____. *A sociedade de corte: Investigação sobre a sociedade da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

FACCHINETTI, Cristiana. *Doença do Prazer: No início do século XX, a medicina queria imprimir uma conduta que impedisse tanto o excesso quanto a continência sexual*. Revista de História da Biblioteca Nacional, ano 8, n. 93, pp. 32-34, Junho de 2013. ISSN 1808-4001

FONSECA, Márcio Alves de. *Michel Foucault e a Constituição do Sujeito*. São Paulo: EDUC, 2007.

FORTH, Christopher E. *Masculinidade e virilidade no mundo anglófono*. In: CORBIN, Alan et al. *História da Virilidade: 3. A virilidade em crise? Século XX-XXI*. Petrópolis: Vozes, 2013.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso: Aula Inaugural no Collège de France, Pronunciada em 2 de Dezembro de 1970*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Ed. Nau, 2003.

_____. *Os Anormais: Curso no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.

_____. *O corpo utópico, as heterotopias*. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

_____. *História da Sexualidade II: o uso dos prazeres*. São Paulo: Paz & Terra, 2014.

_____. *História da Sexualidade III: O cuidado de si*. 1 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014

_____. *Vigiar e punir: história das violências nas prisões*. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

FRANÇA, Fábio Gomes de. *Hierarquia e invisibilidade: preconceito e homofobia na formação policial militar*. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 10, n. 2, pp. 155-170, Agosto/Set de 2016. Disponível em:

file:///C:/Users/Nayhara%20Hellena/Documents/700-1719-1-SM.pdf. Acesso em 23nov2016.

FRANÇA, Fábio Gomes de; DUARTE, Anderson. “Soldados não choram”: Reflexões sobre Direitos Humanos e vitimização Policial Militar. Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP/Marília, ed, 19, pp. 01-22, Maio de 2017. Disponível em: file:///C:/Users/Nayhara%20Hellena/Downloads/7012-22540-1-PB.pdf. Acesso em 19jun2017.

FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização (1930)*. Disponível em <<http://conexoesclinicas.com.br/wp-content/uploads/2015/01/freud-sigmund-obras-completas-imago-vol-21-1927-1931.pdf>> Acessado em 15dez2016.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 2002.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidade e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

HAROCHE, Claudine. *Antriopologias da virilidade: O medo da impotência*. In: CORBIN, Alan et al. *História da Virilidade: 3. A virilidade em crise? Século XX-XXI*. Petrópolis: Vozes, 2013.

KANT, Immanuel. *Fundamentos da Metafísica dos Costumes*, in: Os Pensadores-Kant (II), Trad. Paulo Quintela. São Paulo: Abril, 1960, p. 103-162

MISKOLCI, Richard. *A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização*. Sociologias. ano 11, nº 21, p. 150-182, jan./jun. 2009.

_____. *Teoria Queer: Um Aprendizado Pelas Diferenças*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

_____. *O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX*. São Paulo: Annablume, 2012.

MISSE, Michel. *O estigma do passivo sexual: Um símbolo de estigma no discurso cotidiano*. 3 ed. Rio de Janeiro: Booklink: NECVU/IFICS/UFRJ: LeMetro/IFICS/UFRJ, 2007.

MUNIZ, Jaqueline de O. *Ser policial é, sobretudo uma razão de ser: Cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro*. 1999. 286f. Tese de Doutorado. IUPERJ. Disponível em <http://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2011/05/Ser_policial_sobretudo_razao_ser.pdf> Acessado em 20mar2017.

NEVES, Márcia. *A concepção da raça humana em Raimundo Nina Rodrigues*. Revista Filosofia e História da Biologia, v. 3, pp. 241-261, 2008. Disponível em: <<http://www.abfhib.org/FHB/FHB-03/FHB-v03-13-Marcia-Neves.pdf>> Acessado em 13nov2016.

PEREZ, Satre. *Louis XIV ou a virilidade absoluta?*. In: CORBIN, Alan et al. *História da Virilidade: 1. A invenção da virilidade da Antiguidade às Luzes*. Petrópolis: Vozes, 2013

OLIVEIRA, Jonas Henrique. *Masculinidade na polícia militar: com a palavra os homens. Anais do Fazendo Gênero 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*. Santa Catarina: 2010.

OLIVEIRA, Osmar Nascimento; Oliveira, Terezinha. *O Processo Civilizador Segundo Norbert Elias*. Disponível em <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1342/56>>. Acessado em 05nov2015.

OLIVEIRA, Pedro Paulo. *A construção social da masculinidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

RAUCH, André. *O desafio esportivo e a experiência da virilidade*. In: *História da Virilidade: 2. O triunfo da virilidade o século XIX*. Petrópolis: Vozes, 2013.

REGULAMENTO DISCIPLINAR DA POLÍCIA MILITAR. Decreto nº8.962, de 11 de março de 1981, que dispõe sobre o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado da Paraíba e dá outras providências.

REVIN, Regis. *Homossexualismo e virilidade*. In: *História da Virilidade: 2. O triunfo da virilidade o século XIX*. Petrópolis: Vozes, 2013.

ROSA, Alexandre Reis; Brito, Mozar José. *Corpo e Alma” nas Organizações: um Estudo Sobre Dominação e Construção Social dos Corpos na Organização Militar*. RAC, Curitiba, v. 14, n. 2, art. 1. Disponível em <http://www.anpad.org.br/rac>. Acesso em: 15dez 2016.

ROUZEAU, Stéphane. *Conclusão – A Grande Guerra e a história da virilidade*. In: *História da Virilidade: 2. O triunfo da virilidade o século XIX*. Petrópolis: Vozes, 2013.

SALIH, Sara. *Judith Butler e a Teoria Queer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

SATRE, Maurice. *Virilidades Gregas*. In: CORBIN, Alan et al. *História da Virilidade: 1. A invenção da virilidade da Antiguidade às Luzes*. Petrópolis: Vozes, 2013

SCHACTAE, Andréia Mazurok. *Farda e batom, arma e saia: A construção da polícia militar feminina no Paraná (1977-2000)*. 2011. 282f. Tese de Doutorado. UFPR. Disponível em <file:///C:/Users/Nayhara%20Hellena/Downloads/tese%20(1).pdf> Acessado em 24nov2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEPULVEDA, José Antônio. *A formação do campo militar e educacional a partir dos conceitos de campos e habitus*. Revista Contemporânea de Educação, v. 8, n. 16, pp 409-424, Agosto/Dezembro de 2013.

SETTO, Maria da Graça Jacinto. *A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea*. Revista Brasileira de Educação, n. 20, pp.60-154, Maio/Jun/Jul/Agosto de 2002.

SPARGO, Tamisim. *Foucault E A Teoria Queer*. Rio De Janeiro: Paulin, 2006.
THOMASSET, Claude. *O medieval, a força e o sangue*. CORBIN, Alan et al. *História da Virilidade: 1. A invenção da virilidade da Antiguidade às Luzes*. Petrópolis: Vozes, 2013.

THUILLIER, Jean-Paul. *Virilidades romanas: vir, virilitas, virtus*. CORBIN, Alan et al. *História da Virilidade: 1. A invenção da virilidade da Antiguidade às Luzes*. Petrópolis: Vozes, 2013

VIGARELLO, Georges. *A virilidade e seus "outros": a representação da masculinidade paradoxal*. In: CORBIN, Alan et al. *História da Virilidade: 1. A invenção da virilidade da Antiguidade às Luzes*. Petrópolis: Vozes, 2013.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANOS, LETRAS E ARTES - CCHLA
NÚCLEO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS,
CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

APÊNDICE - A
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
RESOLUÇÃO CNS Nº 466/2012

Prezada

Sr(a). _____

Estamos desenvolvendo um estudo que visa compreender um pouco sobre as percepções dos policiais militares acerca do Militarismo presente na instituição. Nossa pesquisa está sendo realizada através do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba. Por isso, o/a senhor/a está sendo convidado/a a participar deste estudo.

Esclareço que os riscos que se corre durante a pesquisa são bem inferiores em relação aos benefícios que serão proporcionados. Esclarecemos que, se os entrevistados se sentirem cansados e quiserem desistir de participar da pesquisa, poderão fazê-lo sem quaisquer prejuízos ou penalidades e que não haverá custos ou forma de pagamento por sua participação no estudo. A fim de garantir sua privacidade, seu nome não será revelado.

Estaremos sempre à disposição para qualquer esclarecimento acerca dos assuntos relacionados à pesquisa, no momento em que desejar, através do telefone (83) 98772-4094, ou do agendamento de encontro no seguinte local: Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos, Universidade Federal da Paraíba, Cidade Universitária, s/n - Castelo Branco, João Pessoa - PB, CEP 58051-900, fone: (083) 3216-7468.

É importante que o/a senhor/a saiba que sua participação neste estudo é completamente voluntária e que pode recusar-se a participar dela ou interrompê-la a qualquer momento sem penalidades.

Pedimos que assine este consentimento, para confirmar sua compreensão sobre este convite, e sua disposição para contribuir com a realização do trabalho, em concordância com a resolução CNS nº 466/2012, que regulamenta a realização de pesquisas que envolvem seres humanos. Desde já, agradecemos por sua atenção.

NAYHARA HELLENA PEREIRA ANDRADE
Pesquisadora responsável

Eu, _____, depois de ler este documento, declaro que compreendi o objetivo do estudo proposto e confirmo meu interesse em participar da pesquisa.

Assinatura do participante

João Pessoa, ____ / ____ / ____
dia mês ano



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES - CCHLA
NÚCLEO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS,
CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

APÊNDICE B
ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO

Posto ou Graduação: _____
Tempo de serviço em anos: _____

- 1) Solicitar ao entrevistado que faça um breve relato sobre a sua trajetória de vida.
- 2) Quando/Como se compreendeu como um indivíduo que possui uma orientação homoafetiva?
- 3) Você se recorda de alguma experiência que envolveu sua vida afetiva durante o período de ingresso na instituição, como por exemplo na semana zero?
- 4) A partir de que momento da sua vida profissional você resolveu tornar público na instituição sua vida afetiva? Se possível, relate episódios de discriminação.
- 5) Como você se sente exercendo suas atividades nas fileiras da instituição?
- 6) O que você entende por militarismo?
- 7) O fato de você se considerar homoerótico foi motivo para alguma punição institucional?
- 8) Como você vê outros militares, inclusive das Forças armadas, que se assumem publicamente? Relatar, como exemplo, o caso do rapaz do ITA. Como você enxerga este tipo de ato?
- 9) Como você se enxerga diante de distintas performances como a policial e homoerótico?
- 10) Como você avalia sua vida depois de ter assumido sua condição sexual na instituição policial?